



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 181, SÁBADO, 23 DE NOVEMBRO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 225^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	9
1.2.2 – Realização de sessões	
Realização de sessão especial em 25 de novembro de 2019, às 10 horas, destinada a homenagear o Hospital de Amor, nos termos do Requerimento nº 908/2019, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores.	9
Realização de sessão especial em 25 de novembro de 2019, às 16 horas, destinada a comemorar o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, nos termos do Requerimento nº 1.022/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores.	9
1.2.3 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2019, que <i>acrescenta o art. 166-A na Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual.</i>	9
1.2.4 – Oradores	
Senador Izalci Lucas, como Líder – Defesa da paridade salarial das carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Federal, bem como de reajuste salarial para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do DF. Registro da participação de S. Exa no III Seminário de Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Exposição sobre a situação da infraestrutura de pesquisa no Brasil. Exposição sobre a importância do financiamento público nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia. Expectativa quanto à proibição de contingenciamento do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia.	9
Senador Acir Gurgacz – Comemoração dos aniversários das cidades de Ji-Paraná, Vilhena, Pimenta Bueno e Cacoal, no Estado de Rondônia.	16
Senador Paulo Paim – Cumprimentos ao Sr. Renato da Matta, por articular projeto de lei, de autoria de S. Exa., que garante a aposentadoria das pessoas com HIV/aids. Síntese da discussão da reforma da previdência no Congresso Nacional durante a tramitação da matéria em 2019.	17



1.3 – ENCERRAMENTO 24

2 – ATA DA 226^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2019

2.1 – ABERTURA 26

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a celebrar o 170º aniversário de nascimento de Ruy Barbosa, nos termos do Requerimento nº 891/2019, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores. 26

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro 26

2.2.2 – Exibição de vídeo institucional 26

2.2.3 – Oradores

Sra. Marta Olkowska, Encarregada de Negócios da Embaixada da República da Polônia 26

Sra. Esther Bemerguy de Albuquerque, Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal 28

Sr. Dario Alberto de Andrade Filho, Historiador e Consultor Legislativo do Senado Federal 29

Senador Paulo Paim 32

2.2.4 – Doação, realizada pelo Senador Paulo Paim ao Senado Federal, de carta de autoria de Ruy Barbosa 34

2.2.5 – Oradores (continuação)

Senador Randolfe Rodrigues 36

2.3 – ENCERRAMENTO 41

3 – ATA DA 227^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2019

3.1 – ABERTURA 43

3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, do Zumbi dos Palmares e da Fundação Cultural Palmares, nos termos dos Requerimentos nºs 51 e 912/2019, dos Senadores Paulo Paim e Rodrigo Pacheco e outros Senadores 43

3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela cantora Realleza 43

3.2.2 – Oradores

Sr. Frei David dos Santos, Diretor-Executivo da ONG Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes 44

Sra. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB 46

Sr. Vanderlei Lourenço, Presidente da Fundação Cultural Palmares 49

Sr. César Oliveira Gomes, Defensor Público Federal 51

Sra. Márcia Maria da Silva, Coordenadora da Articulação Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores de Relações Raciais e Subjetividades da Região Centro-Oeste 54



Sra. Denise da Costa Eleutério, Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/DF	57
Senador Wellington Fagundes	60
Sr. Esequiel Roque do Espírito Santo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	63
Sra. Edelamare Barbosa Melo, Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho	64
Sr. Mário Lisboa Theodoro, Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Sorbonne (Paris) e ex-Consultor Legislativo do Senado Federal	71

3.2.3 – Realização de Sessão

Realização de sessão de debates temáticos em 9 de dezembro de 2019, às 15 horas, destinada a celebrar o Dia Internacional de Direitos Humanos e a População Negra	73
---	----

3.2.4 – Oradores (continuação)

Sr. Wanderson Flor Nascimento, professor de Filosofia e Bioética da Universidade de Brasília - UnB ..	74
Sra. Jackeline Silva, especialista em Políticas Públicas Culturais de Base Comunitária pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLASCO - Ibercultura Viva	77
Sr. Hédio Silva, Secretário de Justiça do Estado de São Paulo (2005-2006), advogado e professor	79
Senador Paulo Paim	81
3.2.5 – Interpretação da canção "Escolhas" pela cantora Realleza.	88
3.3 – ENCERRAMENTO	88

PARTE II

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 225^a SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso para que o Substitutivo da Câmara nº 6/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 55/1996 continue sua tramitação.	90
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 34/2015.	90
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 25/2018.	90
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 70/2018.	90
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 104/2018.	90
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 669/2015 (Ofício nº 393/2019-CCJ).	90



4.1.2 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Aviso nº 907/2019, na origem, do Tribunal de Contas da União, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor 93

Encaminhamento do Ofício nº 143/2019, na origem, da Nuclebras Equipamentos Pesados, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor 94

4.1.3 – Comunicações

Da Liderança do PSDB, de substituição de membro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (**Ofício nº 123/2019**). *Substituído o membro.* 96

Do Senador Zequinha Marinho, que justifica a não participação de S. Exa. em missão, objeto do Requerimento nº 964/2019 (**Ofício nº 93/2019**) 97

Dos Senadores Rodrigo Pacheco, Nelsinho Trad e Humberto Costa que encaminham relatórios de viagens realizadas por S. Exa. em missão, nos termos dos Requerimentos nºs 1.018, 799 e 870/2019, respectivamente. 98

Da Liderança do PSL, de indicação de membro e desligamento do Senador Flávio Bolsonaro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 107/2019**). *Substituído o membro.* 99

Do Senador Flávio Bolsonaro, de desfiliação partidária de S. Exa. do PSL (**Ofício nº 113/2019**). 100

Da Liderança do PODEMOS, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício s/nº/2019**). *Substituído o membro.* 102

Do Senador Luiz Pastore, de filiação partidária, adoção do nome parlamentar e diplomação. 103

4.1.4 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Acir Gurgacz – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno 106

4.1.5 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei da Câmara nº 17/2017. 113

4.1.6 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2019, que *acrescenta o art. 166-A na Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual.* 115

4.1.7 – Mensagens do Presidente da República

Nº 592/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 4/2019 (proveniente da Medida Provisória nº 866/2018), sancionado e transformado na Lei nº 13.903/2019. 121

Nº 593/2019, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16/2019, sancionado e transformado na Lei nº 13.904/2019. 122

4.1.8 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 444/2019, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 54/2010, sancionado e convertido na Lei nº 13.900/2019. 125

Nº 445/2019, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 1/2016. 126



Nº 1.381/2019, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 55/2011. 127

4.1.9 – Requerimento

Nº 1.037/2019, da Senadora Rose de Freitas, de licença para tratamento de saúde no período de 20 de novembro de 2019 a 25 de março de 2020. 130

4.1.10 – Término de prazos

Término do prazo, em 19 de novembro de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 61 e 69/2018 e aos Projetos de Lei nºs 4.672, 5.018 e 5.104/2019. 133

Término do prazo, em 19 de novembro de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 75/2016; 355/2017 e 26 e 429/2018 e dos Projetos de Lei nºs 549, 1.747, 2.342, 3.011, 3.135, 3.260, 3.700 e 5.183/2019. 133

Término do prazo, em 12 de novembro de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 182/2017; 146/2018 e 145, 146, 171, 174, 254, 526, 530, 532, 544, 549, 562, 574, 585, 591 e 604/2019. 133

5 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – PARECER APROVADO EM COMISSÃO

Nº 271/2019-CDH/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 669/2015 135

PARTE III

6 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 141

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 143

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 146

9 – LIDERANÇAS 147

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 149

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 154

12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 157

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 196



Ata da 225^a Sessão, Não Deliberativa, em 22 de novembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 5 minutos e encerra-se às 10 horas e 12 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocando uma sessão especial a realizar-se no dia 25 de novembro, segunda-feira, às 10h, destinada a homenagear o Hospital de Amor, nos termos do Requerimento 908, de 2019, do Senador Eduardo Gomes e de outros Senadores.

A Presidência lembra também às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocando uma sessão especial a realizar-se no dia 25 de novembro, segunda-feira, às 16h, destinada a comemorar o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, nos termos do Requerimento 1.022, de 2019, do Senador Izalci Lucas e de outros Senadores.

Projeto recebido da Câmara dos Deputados: Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2019, que acrescenta o art. 166-A na Constituição Federal para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. A matéria vai à CCJ. (**Vide item 4.1.6 do Sumário**)

Convido o Senador Paulo Paim para assumir a Presidência para que eu possa fazer aqui o pronunciamento. Vou falar pela Liderança, para comunicação inadiável, e, na sequência, V. Exa. fala, porque eu preciso falar também como orador inscrito.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra de imediato ao Senador Izalci Lucas, representante da Capital Federal do Brasil, Brasília, DF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Senador Paim, Senadores e Senadoras, nesta primeira fala, quero falar um pouco sobre a questão da segurança pública aqui no Distrito Federal.

Eu participei da campanha para o Governo do DF, quando o Governador Ibaneis fez alguns compromissos com a segurança pública. Um dos compromissos foi com a Polícia Civil, o que era um compromisso nosso também, inclusive, o que tem todo o nosso apoio. E fizemos todo um esforço aqui, no Senado, no Congresso Nacional, para fazer o que é de direito.

E, aqui, há nove, quase dez anos, houve uma distorção que foi a questão da paridade da nossa Polícia Civil com a Polícia Federal. Desde a criação da Polícia Civil, desde o início de Brasília, havia essa paridade, Polícia Civil e Polícia Federal. E, num momento do Governo Agnelo, ele queria dar um aumento, e a Presidente Dilma pediu que não desse, porque ela não tinha condições naquele momento de dar o aumento para Polícia Federal. Logo em seguida, aconteceu inverso: o Governo Federal deu aumento para Polícia Federal, e, aqui no DF, o Governo Agnelo acabou não dando para Polícia Civil essa paridade. E isso praticamente está completando agora dez anos.

No início do ano, o Governador encaminhou para o Planalto, para o Governo Federal uma solicitação e uma proposta de medida fazendo exatamente isto: a paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal. Chegando aqui no Congresso, nós fizemos todo um esforço. Eu, particularmente,



acompanhei passo a passo na Comissão Mista do Orçamento. Aprovamos os PLs criando um ambiente para o reajuste tanto na LDO quanto no PLN de complementação orçamentária. Isso foi desde abril, mas o Governo Federal optou por não encaminhar a medida provisória. Tendo em vista que a reforma da previdência ainda não tinha sido aprovada, o Governo Federal achou por bem segurar e só encaminhar após a aprovação da reforma previdenciária.

Durante esse período, Senador Paim, nós fizemos aqui, em função das reclamações da falta de sinalização do Governo local com relação à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, diversas reuniões, inclusive reunião da bancada, em que nós, então, fizemos todo um estudo do impacto relacionado também ao reajuste da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para que esse se desse concomitantemente ao da Polícia Civil. Tive oportunidade depois de reunir todas as associações e todas as partes interessadas da Polícia Militar, dos oficiais, dos praças. Nós fizemos, então, uma proposta concreta, com todo um estudo feito do impacto no fundo constitucional do parcelamento do reajuste para que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros também pudessem ter, no mesmo momento, após a votação da reforma da previdência, também a equiparação com relação à Polícia Civil. Apresentamos ao Governador a proposta, inclusive com a minuta da medida provisória, e entreguei também pessoalmente ao Presidente Jair Bolsonaro uma cópia daquilo que entreguei para o Governador, em que realmente nós colocamos todo o impacto financeiro e orçamentário e também...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... o valor que poderia ser dado a essas instituições, porque, com certeza, teria que ser dado o mesmo tratamento que foi dado à Polícia Civil.

Depois de todo esse tempo – e já faz mais de mês –, nós fomos surpreendidos antes de ontem. Foi feito um evento do qual eu não participei, não fui convidado para participar, mas houve um evento no Palácio do Buriti onde o Governo apresentou publicamente uma proposta de medida provisória já com a previsão de reajuste da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

É evidente que, na minuta da medida provisória, ele apresenta apenas o reajuste do soldo e da gratificação. Então, em um primeiro momento – e eu acompanhei pelas redes sociais –, houve até uma euforia pela recepção da medida provisória. Acontece que, quando você lê a medida com detalhe, inclusive com o resultado dos descontos, não houve aumento nenhum. Muito pelo contrário, há uma redução salarial grande, significativa!

E por que foi que nós promovemos essas reuniões para buscar o reajuste da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros? Primeiro, o DF, que sempre foi o 1º ou o 2º temos de remuneração, hoje é o 17º. E, mesmo assim, com a articulação e o entendimento na votação do PL 1.645, das Forças Armadas, que incorpora a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, no caso do Distrito Federal, aprovada essa lei, que já foi aprovada na Câmara e já está no Senado, onde já foi feita, inclusive, uma audiência pública, o DF perderia, por si só, uma parcela significativa, porque, no DF, nós já temos a paridade e a integralidade. O que nós ganhariamos seria apenas um aumento da alíquota da tributação. Então, o que sobraria para a PM e os Bombeiros do DF seria um aumento da taxa de contribuição previdenciária e também, evidentemente, perderiam isso. Com isso, nós, então, trabalhamos a questão do reajuste.

Aqui, no Distrito Federal, um artifício ainda do Governo Agnelo, foi colocado para os policiais e bombeiros militares um pagamento de auxílio-moradia, que era uma indenização. Então, eles tinham o salário, e, como não receberam aquele reajuste, o Governo na época deu o



auxílio-moradia, o que de certa forma foi questionado pelo tribunal, mas já foi superado. E o que foi que o Governo fez agora? Ele consolida os pagamentos até agora do auxílio-moradia, mas incorpora ao soldo e à gratificação a partir de junho de 2020. Então, ele retira isso agora nos próximos meses, após a aprovação da medida. Então, provavelmente em dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, os policiais deixarão de receber o auxílio-moradia e ainda vão ter, a partir de janeiro, a tributação do PL 1.645. E a primeira parcela do reajuste vai ser em junho de 2020, e, por incrível que pareça, mesmo com essa parcela, mesmo com a incorporação no salário do auxílio-moradia, ainda haverá redução salarial, porque, como é uma parcela indenizatória, não tem tributação de imposto de renda, mas, no momento em que se incorpora, passa a haver o desconto do imposto de renda e da previdência. Então, em junho de 2020, haverá a incorporação disso mais a dedução do imposto de renda e da previdência. Então, no primeiro momento, vão perder o auxílio-moradia até julho do ano que vem, porque, em junho, há, mas só recebem no primeiro dia de julho, e até lá já perdem o desconto da tributação em função do PL 1.645.

Eu só acho que deve ter sido um equívoco. Não é possível, não há lógica em que a proposta seja essa! Alguém errou na redação. Não pode! Todos nós sabemos que não pode haver redução salarial. E, nesse caso específico, há redução, e muito grande. Então, é óbvio que os policiais estejam revoltados com isso.

Na proposta que nós fizemos e encaminhamos ao Presidente e ao Governador, nós tivemos cuidado, inclusive, de mostrar o impacto disso, das possibilidades todas de parcelar, dentro de uma viabilidade econômica orçamentária, e tivemos o cuidado também de diminuir as desigualdades, a distância salarial entre os oficiais e os praças. E, nessa proposta do Governo, há um distanciamento ainda maior, ou seja, os praças ficam ainda mais prejudicados com relação ao que acontece hoje.

Eu sei que o Governador está viajando para assistir lá ao jogo do Flamengo, mas não dá para brincar com a segurança pública. São eles que defendem a sociedade, são eles que nos garantem a segurança, a nossa própria vida, porque, hoje, realmente, todos sabem o que está acontecendo na segurança pública do Brasil. Nós temos a melhor Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil do País e temos que tratá-los com respeito e com dignidade. Não dá para eles serem surpreendidos com a ilusão de que haveria aumento salarial sendo que agora a gente vê, na ponta do lápis, uma redução significativa da remuneração dos policiais militares e bombeiros.

Eu vou conversar ainda hoje – já conversei ontem – com o Ministro Jorge. Eu disse: "Há equívocos nisso aí. Há erros nessa proposição, porque não tem sentido reduzir salário, é constitucional isso!".

Eu espero que o Governo do DF também possa refazer esses cálculos, refazer a proposta e encaminhar para o Planalto uma nova proposta para que a gente possa consolidar, aqui no Congresso, a votação imediata.

Eu sei que todos aqui já estão sensibilizados, sabem do problema que está ocorrendo aqui há nove anos, que é a questão da Polícia Civil e da Polícia Militar, e nós queremos, então, solucionar isso.

Já pedi ao Secretário de Segurança e ao Secretário de Fazenda que leiam novamente a minuta da medida provisória e o seu reflexo, porque só pode ser engano, não tem lógica você consolidar o auxílio-moradia do que se pagou até hoje e suspender o pagamento para retornar isso como aumento salarial em junho de 2020. Alguma coisa está errada!



Senador Paim, essas são as minhas considerações. Isso me preocupou muito ontem no debate que fizemos. Eu sei da insatisfação geral das corporações do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar e espero realmente que isso seja um equívoco, um engano, que alguém tenha escrito isso de forma equivocada e que a intenção não tenha sido essa. Espero que aconteça isso. Vou procurar ainda hoje o Secretário de Segurança e o Secretário de Fazenda e, ao mesmo tempo, alertar o Palácio do Planalto de que isso aqui, realmente, não é um aumento, é uma redução salarial significativa da remuneração da segurança pública. Então, era isso, Sr. Presidente.

Eu não sei se V. Exa. já recebeu o discurso de V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Recebido ou não, V. Exa. tem sete minutos ainda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu tenho outro tema de que eu gostaria de falar e já libero V. Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. tem oito minutos, no mínimo – no mínimo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, eu vou entrar no discurso normal, pedindo a V. Exa. que colocasse o tempo normal...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou atualizar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou falar um pouquinho agora sobre a questão da ciência e tecnologia, que é mais um desafio neste País – não é possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nesta última terça-feira, eu participei do III Seminário de Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que aconteceu aqui no Hotel Royal Tulip. Foi um encontro maravilhoso. As pessoas que têm condições hoje de resolver a questão do País estavam nessa reunião, porque nada vai acontecer neste País sem ciência, tecnologia e inovação. Se não cuidarmos disso, nós vamos ficar na rabeira novamente, dependendo sempre dos países desenvolvidos.

Houve uma seleção de 252 institutos de ciência e tecnologia, mas só houve recurso para contemplar cento e poucos, mais de 150 ficaram fora – e são coisas espetaculares, coisas que estão na fronteira do conhecimento na área de saúde, na área de segurança, na área de alimentos... O Brasil tem hoje, realmente, um potencial muito grande, pessoas altamente qualificadas, altamente preparadas, mas, infelizmente, nós temos um orçamento hoje irrelevante, menor até do que 15 anos atrás. Então, a gente precisa ter muito cuidado.

Fiz ontem uma audiência pública maravilhosa, com os institutos todos avaliando o encontro. Houve depoimentos ali dos projetos que estão sendo desenvolvidos, coisas assim de Primeiro Mundo. E a gente fica lamentando essa discussão de fusão de Capes e CNPq, de BNDES com Finep... Para economizar palito, você acaba tentando destruir um sistema que funciona há 70 anos, há 50 anos... Então, nós não podemos brincar com isso. Não dá para pegar uma pessoa que não tem a mínima noção do sistema e, por economia de palito, querer destruir o sistema. É uma coisa assim absurda! Ontem de manhã mesmo, houve uma reunião do Governo com a Casa Civil, com o Ministério da Economia, com o Ministério da Educação, com a Capes e o CNPq, para criar



uma comissão para estudar essa fusão. Nós temos aí já a unanimidade do setor, do segmento, dos pesquisadores, dos empresários contrários a essa fusão, porque todos sabem o papel do CNPq e o papel da Capes, que são totalmente diferentes. Cada um tem sua função.

Nós vamos brigar, já estou convocando aqui uma audiência pública, chamando aqui os atores da comissão... Ainda bem que o CNPq e a Capes foram criados por lei. E, pelo fato de terem sido criado por lei, eles só podem ser fundidos ou extintos através do Congresso Nacional. E eu sei que aqui os Parlamentares vão ter essa sensibilidade de não fazer a fusão, para não destruir ainda mais o nosso sistema de ciência e tecnologia.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que produzir ciência e tecnologia de alto nível requer capital humano, gente talentosa, criativa e capacitada, mas não é razoável supor que um pesquisador, por mais eficiente que seja, consiga desenvolver pesquisa de alto padrão sozinho em um laboratório ou com equipamentos obsoletos. Também fica difícil imaginar que esse pesquisador tenha destaque internacional se não puder contar com condições profissionais favoráveis à pesquisa. Por isso, a produção de ciência, tecnologia e inovação requer também instituições e infraestrutura de ponta. É sobre isso que vou falar hoje aqui nesta tribuna.

A estrutura existente no Brasil para pesquisa ainda é incipiente e precisa ser fortalecida urgentemente, isso é o que mostra um levantamento inédito feito pelo Ipea chamado Sistemas Setoriais de Inovação e Infraestrutura de Pesquisa no Brasil. Ao longo da minha fala, Sr. Presidente, eu vou trazer aqui alguns dados formulados por esse estudo do Ipea.

A pesquisa do Ipea mostrou que a maioria da infraestrutura brasileira de pesquisa é formada por pequenos laboratórios de baixo custo, espalhados nas universidades brasileiras. São infraestruturas onde trabalham, em média, apenas quatro pesquisadores, e os equipamentos utilizados, em 90% dos casos, custam menos de R\$2 milhões. No País todo, existem apenas dez infraestruturas brasileiras de pesquisa com valor superior a R\$30 milhões – somados aqui os equipamentos e instalações físicas. Olha o tamanho deste País para tão poucos laboratórios de alto padrão.

Vou fazer apenas uma comparação para que vocês possam compreender como a infraestrutura de pesquisa no Brasil é pequena. O fórum europeu de investigação em infraestruturas de pesquisa fez um mapeamento a fim de selecionar infraestruturas de pesquisa e projetos com capacidade para alavancar a competitividade europeia a longo prazo. Veja a diferença. Olha a diferença entre o que acontece lá e o que acontece aqui. O Centro de Estudos Estruturais e de Desenvolvimento, na França, por exemplo, abrange de 50 a 100 pesquisadores, e foi feito um investimento de 50 a 250 milhões de euros, ou seja, a variação em reais é de R\$200 milhões a R\$1 bilhão. O mesmo é gasto em outros institutos na Alemanha, na Espanha e no Reino Unido. Olha, até R\$1 bilhão. Nós só temos dez que superam R\$30 milhões.

Com essa comparação, a gente consegue entender o porquê de 87% dos pesquisadores entrevistados pelo Ipea declararem que seu laboratório não é compatível com as melhores infraestruturas do gênero no exterior. A maior parte dos pesquisadores reconhece a grande distância entre as condições dos laboratórios brasileiros e as dos internacionais. A incipiente infraestrutura para pesquisa no Brasil reflete diretamente no Índice Global de Inovação. Nesse item específico, o Brasil está na 66ª posição de 129 países.

Mas o mais grave é que o relatório do Índice Global de Inovação alerta para um ciclo muito preocupante: as descontinuidades no financiamento público para a ciência geram consequências como a obsolescência de equipamentos e laboratórios e, o mais preocupante, a fuga de cérebros –



muitos jovens indo embora do Brasil. Sem financiamento eficiente e laboratórios adequados, o Brasil perde o que lhe é mais precioso: o seu capital humano. Por isso, mais do que nunca, é preciso fortalecer a estrutura existente e ampliá-la. O Brasil vem acordando lentamente para a importância de criar um ambiente inovador, com condições dignas para fazer ciência de ponta.

Ainda me baseando no estudo do Ipea, mais da metade dos laboratórios que participaram do estudo surgiram depois dos anos 2000 e boa parte deles realizou investimentos significativos nos últimos cinco anos. Em princípio, esses números parecem sugerir uma infraestrutura de pesquisa relativamente nova, mas não é o que acontece. A melhora de investimento nas últimas duas décadas não significa necessariamente uma infraestrutura moderna e atualizada em relação ao resto do mundo. Sem sombra de dúvida, para melhorar essa infraestrutura, é preciso que o País priorize o financiamento à inovação. Aqui o capital é essencial para adquirir equipamentos modernos de ponta e conectá-los com a ciência mundial.

Do ponto de vista das principais agências que financiam a pesquisa nessas infraestruturas, o CNPq e as fundações de amparo à pesquisa destacam-se pela capilaridade. Essas instituições conseguem chegar ao pesquisador e financiam a maior parte da infraestrutura de pesquisa presente. No levantamento do Ipea, são esses os órgãos que estão conseguindo oferecer uma estrutura mínima de pesquisa: as fundações de amparo à pesquisa e o CNPq. Por isso, órgãos como o CNPq e as fundações de amparo à pesquisa não devem ser sucateados, não devem ver tanta incerteza como tem ocorrido nos últimos anos. Aqui mesmo no DF, agora, em 2020, nós chegariamos a 2% da receita corrente líquida de investimento. Mandaram um projeto agora reduzindo para 0,3%. É impossível avançar dessa forma. São incertezas do funcionamento básico da estrutura do órgão. Como vão conseguir pagar uma bolsa, custear uma pesquisa? Ainda não falamos nem sequer da ampliação da atuação com mais bolsas e mais equipamentos de ponta nos laboratórios brasileiros. Esses órgãos precisam entrar na lista de prioridades do orçamento público para terem uma gestão cada vez mais eficiente.

Um dado interessante é que 7% as receitas obtidas pela infraestrutura dos laboratórios vêm de empresas privadas e 43% dessas estruturas prestam serviços para as empresas. Esses dados do Ipea mostram que, apesar de tímida, há uma interação universidade-empresa que precisa ser fortalecida. Para a gente desenvolver bem, a academia tem que estar junto com as empresas e com o Governo.

Desde 2013, a indústria instalada no Brasil passou a contar com a Embrapii. Essa é a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, uma organização social, qualificada pelo Poder Público federal, que apoia instituições de pesquisa tecnológica, fomentando a inovação na indústria brasileira por meio de um moderno sistema de financiamento de projetos e com o compartilhamento de riscos, a exemplo do que ocorre em outras economias que têm a inovação como prioridade. Com pouco tempo de existência, a Embrapii tem números incríveis. Em seis anos – há seis anos apenas que ela foi criada –, 800 projetos e 561 empresas já foram apoiados e movimentaram mais de R\$1,3 bilhão, recursos investidos em projetos de pesquisa e desenvolvimento. O resultado importante: 288 pedidos de propriedade intelectual foram pedidos a partir do apoio da Embrapii, tecnologia brasileira nas indústrias como registro e inovação. Isso é maravilhoso! A Embrapii está dando certo, é um modelo.

A ideia da Embrapii é levar um ciclo bastante positivo e desburocratizado de inovação para dentro das empresas. É o que a Embrapii tem feito. Geralmente, a Embrapii entra com 33% do valor do projeto e o restante é financiado pela empresa e parceiros, como o Senai. Os recursos já



estão disponíveis. Há um fluxo contínuo e, a qualquer momento, a empresa pode submeter projetos, sem esperar um edital. Hoje ela depende dos editais públicos. Já, já, a Embrapii vai poder caminhar sem editais, sem depender dessa má vontade que existe com a ciência, tecnologia e inovação.

Os resultados são muito promissores. As empresas conseguem criar novos produtos, agregar valor a outros e, nesse ciclo positivo, elas vão recolher tributos superiores ao que foi investido pela Embrapii em seu desenvolvimento, ou seja, para cada R\$1 que se investe em ciência e tecnologia, a gente tem um retorno de quase R\$12. Não é possível que as pessoas não entendam isso!

Há vários projetos muito interessantes que surgiram assim, como o monitoramento de sinais vitais, um projeto que foi aprovado recentemente, que é uma nova tecnologia desenvolvida por pesquisadores da unidade Embrapii do Instituto Federal do Ceará, em parceria com a empresa Integrare Health Technology.

O nome da invenção é Argus: um monitor de sinais vitais automático. Ele é um dispositivo acoplado em uma roupa, capaz de verificar informações como frequência cardíaca e respiratória, pressão arterial e temperatura do corpo. Com os dados captados, os profissionais de saúde têm maior controle, em tempo real, sobre o estado de cada paciente.

O Senai também vem trabalhando pela alavancagem da inovação no Brasil. O Senai possui uma rede com 58 institutos de tecnologia, que dão suporte para a indústria nacional em diversos setores. Há 51 unidades que já estão em operação e com um corpo técnico de aproximadamente 1,2 mil especialistas e consultores. Os institutos estão localizados em regiões de grande densidade industrial e compartilham competências, portfólio, laboratórios e especialistas, para atender demandas de todo o brasil.

Anualmente, os Institutos Senai de Tecnologia executam mais de 100 mil serviços, como consultorias e ensaios laboratoriais, e atendem a mais de 15 mil empresas industriais. Além disso, o Senai oferece 25 institutos de inovação, que trabalham em rede. Desde que começaram a ser implantados, em 2013, os Institutos Senai de Inovação já entregaram 103 produtos e processos inovadores e estão executando 220 propostas, com um volume movimentado de R\$326 milhões.

Vejam a lista de produtos desenvolvidos – alguns são dignos de filmes de ficção científica: tintas cicatrizantes para veículos e esmalte de unha; um robô que vive no fundo do mar e que, de forma autônoma, inspeciona dutos da Petrobras e outros de exploração de petróleo; e implantes de titânio personalizados para reconstrução facial feitos com impressoras 3D.

Senhoras e senhores, já passou da hora de desobstruirmos o mito de que pesquisa, ciência e inovação são exclusividade de países desenvolvidos. Não é possível que o Brasil não acorde para isso. Esses países desenvolvidos investem mais em educação, mais em tecnologia, ciência e inovação e, com os resultados de investimentos, gozam de um retorno que se desdobra em crescimento competitivo. Nesse sentido, é preciso aprender com tantos exemplos exitosos e focar, cada vez mais, no fortalecimento de todo ecossistema de inovação no Brasil. Esse é um trabalho que se faz a muitas mãos entre o setor industrial, os Poderes Executivo e Legislativo, a academia e outros atores que integram o ecossistema.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ninguém inova sozinho, e o Brasil pede inovação. Então, vamos trabalhar juntos para que o Brasil possa usar a inovação como ferramenta para o desenvolvimento e o avanço científico.

Não é possível que, na Comissão Mista de Orçamento, agora, a gente não consiga, pelo menos, proibir o contingenciamento do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia. Há R\$6 bilhões



no fundo, Senador Acir. São R\$6 bilhões contingenciados, e não há dinheiro para pagar o fomento. Os R\$82 milhões que havia no orçamento de fomento foram transferidos para pagar bolsa. Agora, para que pagar bolsa se não há fomento? Como é que um pesquisador vai fazer uma pesquisa se não há material, se não há água, se não há luz, se não há laboratório? E, agora, no orçamento de 2020, dos R\$180 milhões de fomento, estão previstos R\$18 milhões. Isso não serve para nada, não dá para nada! Então, a gente precisa reagir a isso. Se o Brasil quiser realmente chegar a ser um país desenvolvido, não há outro caminho, a não ser ciência, tecnologia e inovação.

Então, essas são as minhas considerações, Senador Paim. Agradeço a V. Exa. pela paciência quanto ao tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Izalci Lucas, a quem eu passo a Presidência dos trabalhos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente, só para fazer um registro, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Acir Gurgacz com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Quero cumprimentar a população de Ji-Paraná, que hoje comemora 42 anos de emancipação política. Por acaso, é a cidade onde eu moro. Então, eu saúdo toda a população, em nome do Prefeito Marcito, de todos os Vereadores, dos líderes de bairro. São pessoas que trabalham há muito tempo na nossa cidade e fazem de Ji-Paraná uma cidade importante, uma cidade que tem tido um desenvolvimento muito forte nos últimos anos.

Hoje, Ji-Paraná comemora 42 anos. Amanhã, é a cidade de Vilhena, também uma cidade polo, uma cidade importante do nosso Estado, que também comemora 42 anos de emancipação política. Também meus cumprimentos a toda a população da cidade de Vilhena, ao Prefeito, aos Vereadores e a todos que lá vivem e fazem da cidade de Vilhena uma cidade polo. O portal de entrada do Estado de Rondônia é exatamente a cidade de Vilhena.

E, no dia 24, é aniversário da cidade de Pimenta Bueno, também uma cidade polo, uma cidade importante economicamente, pois tem uma contribuição muito grande para a economia do Estado de Rondônia. Pimenta Bueno também comemora o seu 42º aniversário.

Em nome de Prefeito, dos Vereadores, saúdo toda a população destas três cidades: hoje, Ji-Paraná; amanhã, Vilhena; e, depois de amanhã, Pimenta Bueno – e, no dia 26, Cacoal, mas, no dia 26, eu estarei aqui e falarei sobre essa cidade tão importante, cidade polo do nosso Estado, a cidade de Cacoal.

Eram essas as minhas colocações.

Eu peço para dar como lido o meu pronunciamento, Sr. Presidente, porque tenho um compromisso e não vou poder fazê-lo. Peço então para dar como lido todo o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Presidente.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR ACIR GURGACZ.

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 4.1.4 do Sumário)

(Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu acato o pedido de V. Exa. e, ao mesmo tempo, quero parabenizar toda a população dessa cidade. Tive o privilégio, nos anos 80, de trabalhar nestas cidades todas: Ji-Paraná, Vilhena, Pimenta Bueno, Ariquemes, que, na minha época, era "aritremes", muita malária, porque foi no início. Sei que hoje são cidades maravilhosas e quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho feito aqui em prol de Rondônia e em prol do Brasil. Parabéns a V. Exa. e acato o pedido de V. Exa. para dar como lido o seu discurso.

Com a palavra o nosso querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, que usou a tribuna nesse momento, vou direto ao tema, porque teremos outra sessão às 10h.

Como não tivemos sessão na semana passada – tivemos só segunda e terça – e esta semana tivemos sessão do Congresso, eu sei que acumulou muito a vontade de cada Senador, Senadora expressar aqui seu ponto de vista sobre diversos temas.

Eu quero cumprimentar da tribuna o líder Renato da Matta, que foi o grande articulador do projeto de lei que apresentei, que virou lei, garantindo de forma definitiva a aposentadoria das pessoas com HIV/aids. Então, meus cumprimentos, você foi o grande inventor. Sei que veio me visitar hoje no Congresso, mas, como estou na tribuna, se não puder esperar até o final, fica aqui já o meu abraço a distância. Parabéns pela sua história, sua luta. Aquele projeto de que você foi o mentor, eu fui o instrumento, que aprovamos nas duas Casas, com certeza, jamais será esquecido pelo povo brasileiro. Ao longo de nossas vidas, milhões de pessoas serão beneficiadas. Parabéns!

Presidente, eu queria, há dias, fazer um balanço do que foi a discussão da reforma da previdência aqui no Congresso Nacional. E eu faço neste momento um resumo aqui. As minhas preocupações com a reforma da previdência todos conhecem. Eu tenho dito que é um prejuízo enorme para os trabalhadores do campo, da cidade, para os aposentados e pensionistas. O texto apresentado pelo Governo, aqui eu faço uma análise e mostro também que, num processo de resistência na Câmara e no Senado, quando muitos diziam que nós íamos exatamente carimbar, carimbar nós não carimbamos. Pelo menos houve debate nas Comissões, debate nos Estados, debate na Câmara e aqui no Senado, debate especificamente mais forte na CCJ e na Comissão de Direitos Humanos, e aqui eu faço um balanço dessa realidade. E digo: quanto à reforma da previdência, a história vai contar e nós veremos no futuro – quero que esse registro fique, naturalmente, nos *Anais* – o quanto perderam os trabalhadores, os aposentados e os pensionistas. As presentes e futuras gerações, os pobres, os mais necessitados sentirão os estragos advindos dessa reforma na aposentadoria distante e benefícios bem menores. A reforma, na forma como foi apresentada, só beneficia o sistema financeiro, os bancos, o mercado, os rentistas, poucos ganharão muito. Por isso que os dados mostram que o Brasil é o país da maior concentração de renda do mundo.

Esses dias eu vi um documentário, um debate de analistas, e eles diziam: "Pelo menos a concentração não está aumentando". Mas é impossível aumentar! Se nós estamos no topo da pirâmide! Nós somos o país onde existe processo democrático – esse é o texto correto – da maior concentração de renda do mundo. Bom, vai mudar para quê? Vamos superar o nosso próprio recorde? O Brasil superou o Brasil? Não há como! Nós temos é que trabalhar para que isso não continue assim! Nós não podemos ter esse recorde de ser o país da maior concentração de renda do mundo.



Isto é verdade, podem crer, e eu gostaria de dizer que não é verdade. Mais uma vez, a maioria da população pagará a conta, inclusive a classe média. Mas, enfim, travamos aqui, no aspecto democrático, o bom combate, realizamos audiências públicas, como eu disse, tanto aqui no Senado como lá na Câmara dos Deputados. Posso dizer hoje que, naquela noite final da votação da PEC aqui no Senado, eu dormi com muita tranquilidade o sono dos justos. Busquei na fé a energia necessária para defender a nossa gente. Sei que outros combates virão. Está aí o pacote Verde e Amarelo: 135 mudanças na CLT, é outra reforma trabalhista! Vejam bem, e já falam que virá outra ainda, porque há um grupo de técnicos identificados com o Governo que já está estudando a terceira reforma trabalhista, num período tão pequeno: houve uma agora, no final do ano passado, no Governo Temer, outra neste ano e já falam em outra para o ano que vem.

Por isso tudo, eu repito que as posições, já aqui, eu manterei sempre, vou defender as causas, porque eu faço com muita convicção: acredito. Para mim, seria muito mais fácil: "Bom, passou, passou, agora eu vou cuidar da vida". Não passou! Porque as maldades continuam. Não me arrependo de nada, inclusive das noites não dormidas. Gostaria eu até que o dia tivesse não 24 horas: 25, 26, 28, 30 horas, para tentar convencer aqui no Congresso Deputados e Senadores de que teríamos que avançar nas mudanças em relação ao texto que veio do Governo.

Sr. Presidente, quero aqui mostrar – e tenho que reconhecer – que revertemos alguns pontos, tanto lá na Câmara como aqui no Senado. Eu me lembro, e repito isso, muitos diziam: "Não adianta, não adianta, não vai mudar nada; vai ser como a reforma trabalhista".

Na reforma trabalhista, tivemos o bom combate; peleamos e perdemos. De fato, não mudou nada no Governo Temer. Não joguei a toalha em nenhum minuto, fui até o último segundo, quando aprovamos, no apagar das luzes – e aqui vou listar –, aquela emenda final para diminuir o prejuízo no tempo de transição, do Senador Flávio Arns, que representou, por unanimidade, a visão do Senado.

Vamos lá. O que conseguimos mudar na Câmara dos Deputados?

A proposta do Governo apresentava o regime de capitalização. Adeus, adeus, previdência! Eu diria até adeus, segurança, pela forma como estava ali sendo construído.

Foi retirada da PEC a previsão de adoção do regime de capitalização sem contribuição das partes e da União. Ali, não era nem... "Não, mas o empregado vai pagar 10%". Sim, e a União? Nada? E o empregador? Nada? Esse era o objetivo.

Felizmente, participei de eventos, inclusive na Câmara. O mérito, claro, foi dos Deputados. Foram 131 Deputados que trabalharam muito nessa visão. Mas, enfim, convenceram os outros, e a capitalização caiu – embora o Governo diga que vai voltar com essa proposta no ano que vem.

Benefício da Prestação Continuada. Queriam engessar – vou resumir – no texto que a Constituição estaria consolidando aquela visão de que só quando a renda *per capita* não for maior que um quarto do salário mínimo haveria direito ao BPC.

Havia ali, inclusive, pagamento de R\$400 para alguns, para outros... Mas, enfim, isso caiu. Entre Câmara e Senado, conseguimos derrubar e, com isso, a Justiça poderá continuar entendendo, baseada na própria Constituição, que todos aqueles setores vulneráveis que provarem que não têm como se manter têm direito ao Benefício da Prestação Continuada.

Trabalhadores rurais. Havia até o entendimento de que eles teriam que pagar uma taxa extra uma vez por ano de R\$600. Felizmente, na Câmara, retiramos a maioria dos prejuízos que teriam os trabalhadores rurais em relação a essa PEC. Foi retirado da PEC, por exemplo, o aumento da



idade, mantendo-se a regra atual para os rurais, como se manteve 60 anos para homens e 55 anos para as mulheres.

Foi retirada do texto a elevação do tempo de contribuição de 15 para 20 anos, como queria a PEC, mantendo-se a regra atual de 15 anos de tempo de contribuição para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ainda na Câmara dos Deputados: policiais militares e bombeiros militares. Cada Estado editará lei para regular a aposentadoria dos militares, passando a responsabilidade para cada ente federado.

Fim do reajuste anual do benefício. A PEC dizia, inclusive, senhores aposentados, que os senhores não teriam mais reajuste nem pela inflação. Inflação mais PIB, então, nem se fale. Mas aqui era tão grave que mexia na Constituição, que eu ajudei a construir. Está escrito lá. Eles alteravam para que o aposentado não tivesse mais a reposição nem sequer da inflação. Felizmente, alteramos e está garantido que o reajuste, pelo menos pela inflação, conte em os aposentados.

Lei complementar de iniciativa do Poder Executivo. A PEC desconstitucionalizava amplamente a matéria previdenciária e previa a regulamentação por lei complementar de iniciativa do Poder Executivo. Foi retirada da PEC a exigência de lei de iniciativa somente do Poder Executivo. Com isso, qualquer Parlamentar pelo menos poderá apresentar projeto nesse sentido.

Aumento do tempo de contribuição. O aumento do tempo de contribuição de 15 para 20 anos para os atuais segurados. Para os homens que ingressaram após a publicação da EC, ficou o tempo mínimo de contribuição.

Senado Federal. O que foi que mudou no Senado? Nós consolidamos essa questão do BPC, porque de lá veio ainda com um tipo de taxação do BPC. Nós consolidamos o BPC. Isso saiu totalmente aqui no Senado, no relatório aprovado aqui nesta Casa e na Comissão.

Exclusão da regra de elevação dos pontos para aposentadoria especial. Supressão do dispositivo que elevava progressivamente, a partir de 2020, um ponto a cada ano, até atingir 81 pontos, 15 anos; 91 pontos, 20 anos; 96 pontos, 25 anos. Isso aqui também desapareceu, pelo menos. Mas ficou vinculado à idade a aposentadoria especial, que é algo muito difícil de ser cumprido. Aqui piorava ainda. Só se diminuiu só o prejuízo.

Abono salarial. Supressão das alterações das regras do abono salarial. O Governo pretendia que o abono fosse pago apenas para os trabalhadores que recebem até R\$1.364 mensais. Foi um combate duro aqui no Senado. Enfim, aprovamos, por ampla maioria aqui, que o abono será mantido para aqueles que ganham até dois salários mínimos. É mais do que justo. Então você que... Praticamente 13 milhões de pessoas iriam perder o abono; 13 milhões de pessoas poderão ainda ganhar o abono, desde que ganhem, claro, como era na lei anterior, até dois salários mínimos.

Pensão por morte não inferior ao salário mínimo. Conseguimos aprovar a supressão do dispositivo que permitia o pagamento de pensão por morte inferior ao salário mínimo, o que beneficia diretamente mais de sete milhões de pessoas. Em números, aqui foram muitas emendas. Eu não estou dizendo aqui que as emendas aprovadas foram desse ou daquele Senador. O Senado conseguiu alterar isso, mediante a discussão, a votação – em Plenário e na Comissão – e o trabalho do Relator.

Anistiados políticos. Supressão de dispositivo que previa a cobrança de contribuição previdenciária sobre a parcela da reparação mensal dos anistiados. Vedava recebimento de



reparação mensal com proventos de aposentadoria, limitava a reparação ao teto do Regime Geral de Previdência Social. Ficou como está hoje. Iam mexer lá no passado, nos anistiados políticos.

Vejam o número de maldades. Isso porque passaram dezenas e dezenas. Eu dizia que certas horas eu me lembrava daquele filme *A Lista de Schindler*, em que aquele grande empresário tentava salvar aqueles que estavam sendo encaminhados para a câmara de gás. Então, ele botava na sua empresa, como força de trabalho – e claro que ele foi homenageado pelo mundo todo. Com isso, ele salvou milhares e milhares de pessoas da câmara de gás. Eu diria que aqui nós tentávamos salvar o que dava. E assim o fizemos, dia e noite.

Contribuição de aposentados e pensionistas pelo RPPS: somente o que exceder ao teto do Regime Geral da Previdência e não um salário mínimo.

Supressão da revogação do §18 do art. 40 da Constituição, que prevê a contribuição dos aposentados e pensionistas sobre o que excede o teto – como é hoje.

Contribuição de aposentados e pensionistas apenas sobre a aposentadoria e pensão, e não sobre qualquer benefício.

Exclusão da vedação da aposentadoria especial por periculosidade.

Isso foi um destaque por que lutei muito – lutei junto, claro, com outros Senadores – e que aprovamos por unanimidade – no painel tivemos 78 votos. Excluiu-se da Constituição a proibição daquilo que é chamado de enquadramento por periculosidade. Isso, com certeza – embora alguns queiram não fazer a leitura correta –, vai permitir que todos aqueles trabalhadores – são inúmeras categorias, dezenas e dezenas – que têm direito ao adicional de periculosidade e à aposentadoria especial por periculosidade, que são 25 anos de contribuição, vão ter o direito, queiram ou não queiram, porque quando o Congresso acata o nosso pedido e retira a proibição da aposentadoria por periculosidade...

Claro que, se for para a justiça, a vontade dos Parlamentares – eu ia dizer dos Constituintes, porque fui Constituinte – que escreveram essa emenda na Constituição vai ficar clara nos debates. Diversos advogados já pediram cópias, inclusive, dos debates sobre o tema. Foi por unanimidade que a vontade do Congresso foi de manter tanto o adicional como a aposentadoria por periculosidade.

Assim, além de estar garantido no princípio maior, que é a Constituição, ainda teremos um debate que vamos travar – o Senador Esperidião Amin é o Relator –, no sentido de regulamentar – via PLP nº 245, de 2019 – essa questão da periculosidade.

Nós vamos, agora, para concluir, Presidente, falar também da PEC paralela. A PEC paralela, dentro do possível, chegou numa linha, como eu digo, também de diminuir danos. Claro que nós queríamos aprofundar muito mais, por isso peleamos em cada destaque, a cada minuto.

Benefício de caráter universal para crianças. Criação de benefício universal para crianças em situação de pobreza, a ser pago mensalmente. O benefício vai ser regulamentado por lei, mas é interessante que esteja na Constituição esse princípio de proteção às crianças.

Elevação do prazo para o aumento da idade mínima das mulheres. A idade mínima das mulheres aumentará, a partir de janeiro de 2020, seis meses a cada dois anos, até atingir 62 anos, a partir de 2020. A proposta original previa o aumento de um ano a cada seis meses. Agora, pelo menos, ficou a cada dois anos.

O tempo de contribuição de 15 anos, na PEC paralela também. O tempo de contribuição de 15 anos foi assegurado para todos os segurados, inclusive para os novos segurados. Na PEC do Governo eram 20 anos para os segurados novos, homens.



Integralidade para aposentadoria do servidor público com deficiência que ingressou até 31 de dezembro de 2003.

Atenuação das vedações de acúmulo de pensão por morte. Permite o acúmulo de pensão concedida antes da publicação da chamada EC 103, ou seja, a que veio do Governo, quando existir dependente com deficiência intelectual, mental ou grave.

Regra de transição para apuração da média, utilizando todos os salários contribuições. Essa foi a emenda que foi aprovada, praticamente no apagar das luzes aqui, num grande entendimento no Plenário, de que todos participaram. Nós abrimos mão, inclusive, do interstício, porque só poderia votar dali a praticamente mais dez dias. Nós abrimos mão, porque o Governo acabou cedendo. Assim, quem se aposentar a partir dos próximos dois anos manterá a regra anterior, ou seja, a média vai ser calculada por 80% dos maiores salários de contribuição até dezembro de 2021.

Isso é interessante, pessoal, porque eu pedi... Houve gente implorando para mim aqui: "Nem que seja um mês, dois meses, cinco meses... Eu me aposento daqui a dois meses". Eu disse: "Olha, eu vou fazer de tudo".

Nós fizemos de tudo – não fui eu, fomos nós. E diga-se que essa emenda foi do Senador Flávio Arns, uma emenda de entendimento coletivo. O Senador Contarato falou aqui na tribuna. Caminhamos para esse acordo ali no Plenário, onde todos, oposição e Governo, abriram mão do procedimento para que essa emenda fosse aprovada.

Essas emendas, como eu digo, são emendas – mesmo aquela da periculosidade – que não têm dono. Quando são aprovadas por unanimidade, a vontade é do Plenário. Então, nesse aspecto todos os Senadores, de uma forma ou de outra, contribuíram.

Então, a partir de 2022, ela passa para 90% das maiores contribuições até 2024. E aí, sim, a partir de 2025, se faz então a vontade do Governo.

Claro que nós queríamos manter a regra atual para todos, a forma de cálculo.

Vamos em frente.

Isso tudo na PEC paralela. Quem está nos ouvindo em casa tem que saber separar: proposta vinda do Governo, proposta que veio da Câmara para o Senado e proposta aqui que foi a PEC nº 6, que nós já aprovamos, já foi promulgada. Eu estou falando agora da PEC paralela, cuja redação final o Senado votou e que volta agora para Câmara dos Deputados.

Pensão por morte integral para aposentadoria por incapacidade que gere deficiência ou no caso de aposentadoria por incapacidade decorrente de doença neurodegenerativa.

Essa eu quero deixar aqui registrado. Na hora em que eu defendi esse destaque aqui – e o defendi com muita alma, muito coração, muito sentimento –, eu dizia: "Não é justo que o cidadão, no momento da invalidez, que ganha três mil – falava eu da esposa e dos filhos –, vá receber 1,5 mil".

O Relator Tasso Jereissati – pode ver que eu não citei nome praticamente de nenhum – usou ali a tribuna e disse para todo este Plenário – e disse para nós, pessoalmente, ali num grupo de Senadores – que o destaque que eu estava propondo estava garantido com essa redação. E por isso eles votariam contra.

E muitos diziam: "Não é só uma vontade política, porque tu já foste atendido, agora queres votar no Plenário".

Eu, a esta altura do campeonato, quero ficar com essa versão, porque, se houver embate, amanhã ou depois, junto aos tribunais, que peçam os *Anais* da Casa, as gravações sobre o dia



desse debate. A minha fala, em que defendi esse destaque, que, como eu digo, não é meu, mas é da Casa... Não é só do PT ou deste ou daquele. Eu digo: é da Casa. Muita gente quer carimbar em cima do seu nome aquele destaque. Eu não tenho nenhum destaque carimbado com o meu nome – nenhum –, mas defendi com a mesma gana, aqui na tribuna, todos os destaques. Apresentei, se somar tudo, mais de 150. Agora, se foi o meu ou não, o que importa é que prevaleceu o mérito de todos aqueles que pensavam igual, seja contra, seja a favor, quando havia desigualdade.

Então, eu queria muito deixar registrado que, segundo o Relator, o meu destaque dizia que aposentado por invalidez, por incapacidade, dentro da fábrica, teria o princípio da integralidade; fora do espaço físico da fábrica, não teria...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele disse que tem, porque a redação já estava contemplando. Oxalá – e o tempo é o senhor da verdade – a gente possa perceber que é exatamente isso, que eu tanto defendi, que ficou na redação final.

Elevação do valor da aposentadoria por incapacidade. A aposentadoria por incapacidade permanente causada por acidente será de 70% mais 2% por ano que exceder a 20 anos, para homem, e 15 anos, para mulher.

Elevação da cota de pensão por morte. A elevação da cota de pensão por morte para 20% por dependente com deficiência ou menor de 18 anos. É aquela história: era dez e passou para 20.

Por fim, reabertura do prazo para adesão ao Funpresp pelo prazo de seis meses.

Termino dizendo – quero terminar com isso – que, segundo o Relator, a questão das aposentadorias por invalidez, incapacidade permanente, deficiência permanente – ele usou muito esse termo –, nos moldes do destaque que apresentei e defendi, está contemplada no seu relatório final, atendendo ao meu destaque. Por isso, entendia ele que não havia necessidade de votar de novo. Que isso fique registrado nos *Anais* da Casa. O tempo, como eu digo sempre, e somente o tempo, é o senhor da verdade.

Senador Izalci Lucas, agradeço muito a tolerância de V. Exa. E quero dizer que agora começaremos o debate sobre o chamado pacote verde e amarelo, que, na verdade, é uma medida provisória que faz 135 alterações na nossa CLT. O certo, segundo o meu entendimento, seria devolver essa emenda, porque já houve uma reforma da previdência, que terminou no fim do ano. Já houve tantas mudanças aqui em outras propostas, também já este ano, no campo da CLT. E mais uma reforma agora, para começar a discutir? E já estão dizendo que – repito, porque eu disse na abertura dos trabalhos – vai vir outro no ano vem. Já está publicado nos jornais.

Nós não vamos a lugar nenhum se ficarmos concordando com propostas que só vão atingir da classe média para baixo. Esses são os grandes prejudicados em todos esses pacotes que estão chegando a esta Casa. Esperamos que o Congresso, que é tão responsável quanto o Executivo... Eu tenho dito isso e vou repetir. É claro que para mim é muito fácil só criticar o Executivo – e sou de oposição. O Executivo manda para cá porque é um direito dele. Eu discordo, mas quem vai dar a última palavra somos nós. São os Senadores e os Deputados. Então, nós seremos tão responsáveis, perante a história, por tudo o que vier para cá pelo Executivo ou por emenda popular ou por um projeto que venha, por exemplo, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que eu presido, mas quem decide é este Plenário. Os responsáveis são os Senadores e os Deputados. Nem que seja vetada uma proposta que a gente tente aqui, mas que seja a melhor para o povo brasileiro. Se o Presidente vetar, nós temos o poder de derrubar o voto, então eu me coloco nesse campo de atuação.



Discordo de grande parte, quase que de 90% do que o Executivo manda para cá, mas nós estamos num sistema democrático, é dado a ele esse direito, queiramos ou não, mas é dado o direito também a nós de dizer não, de não pactuar, de não concordar.

Eu fui Constituinte e a influência do Executivo naqueles debates, nos projetos encaminhados, nas contribuições, foi grande, mas à maioria nós dissemos não e, por isso...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...construímos a Constituição Cidadã. É claro que havia posições de esquerda, de direita e de centro, mas prevaleceu o centro. Eu cansei de negociar, Presidente – e terminei aqui –, com Jarbas Passarinho, que não venha dizer que era de esquerda; negociei, inclusive, com o Fiúza. Ambos já faleceram, mas não é porque faleceram...

Naquela época, tínhamos lá inúmeros ex-Presidentes. Fui, como eu disse, negociar o direito de greve em Minas Gerais, num teco-teco. Voltei de lá e conversei com o Mário Covas, com o Lula, e eles me disseram: "Fale com o Jarbas Passarinho, Paim, ele que poderá ajustar esse texto aí." Ele pegou em dois minutos, ou cinco, e leu texto para dizer para eles que iria defender. E defendeu, foi aprovado por unanimidade. Eram outros tempos, em que o centro cumpria esse papel. A minha esperança aqui ainda é que haja legítimas posições de esquerda e direita também. Qual é problema? O mundo é assim, a democracia é assim, mas é preciso também que tenhamos um grupo de Parlamentares que tenham uma posição de centro, que estabeleçam o diálogo e que aponte um País com mudança, mas com mudança para todos, olhando para todos e não excluindo alguém porque tem uma visão ideológica diferente. Uma visão ideológica é legítima, mas o debate ideológico em cima dos interesses brasileiros tem que até ser deixado de lado. Para o debate, é positivo, eu quero saber o resultado final para toda a nossa gente, para os 220 milhões de pessoas, porque o que nós decidirmos aqui repercutirá na vida deles.

Às vezes me dizem, Senador Izalci – nesse último minuto: "Ah, mas V. Exa. é representante do Estado." Eu discordo dessa tese de que Senador é representante do Estado. Uma lei que a gente faz aqui, que V. Exa. faz, que eu faça, é para todo o povo brasileiro. É claro que nós vamos olhar para o nosso Estado com o carinho que o Estado merece, como é o caso do meu querido Rio Grande do Sul, que me mantém aqui há praticamente 40 anos, eu diria. Entrei na Constituinte, mas como me reelegi no ano passado, quando terminar esse mandato, que é meu último mandato, estarei com 40 anos de Congresso Nacional. Claro que amo o meu Estado, sei trabalhar para o meu Estado, mas o meu trabalho maior pelas causas que nós defendemos é de todo o povo brasileiro, não importa se é do Rio Grande do Norte, se é da Bahia, se é do Rio, se é de São Paulo, se é do Rio Grande do Sul ou se é do Paraná, porque uma lei aprovada aqui repercute em todo o Território Nacional.

Presidente, obrigado pela tolerância de V. Exa. Como sempre, V. Exa. aqui, nas sextas-feiras e nas segundas, pacientemente... Eu faço discurso, às vezes, de 40 minutos e V. Exa. vai dando tempo até que eu possa concluir o meu pensamento.

Obrigado, Presidente, e parabéns pelo seu pronunciamento, a que assisti também com muito cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Paim. Parabenizo V. Exa. também pelo pronunciamento.

Quero registrar aqui a presença dos nossos alunos do curso de francês do CIL 02, da Asa Norte. Sejam bem-vindos ao Congresso, ao Senado Federal!



Só lembro que, daqui a pouco, teremos uma sessão solene em homenagem a Ruy Barbosa.
Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 12 minutos.)



Ata da 226^a Sessão, Especial,
em 22 de novembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Randolfe Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 8 minutos e encerra-se às 12 horas e 32 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a celebrar o 170º aniversário de nascimento de Ruy Barbosa, nos termos de requerimento de autoria deste Senador e de outras Sras. e Srs. Senadores.

É com enorme satisfação que gostaria inicialmente de convidar para integrar esta Mesa o meu querido colega Senador Paulo Paim, que também é um dos signatários desta sessão especial. (*Palmas.*)

Convido para integrar esta Mesa com muita satisfação – e é uma honra para nós do Senado recebê-la – a Sra. Marta Olkowska, Encarregada de Negócios da Embaixada da República da Polônia. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Esther Bemerguy de Albuquerque, Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Dario Alberto de Andrade Filho, historiador e Consultor Legislativo deste Senado Federal. Dario, seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Destaco a presença aqui no Plenário – e agradeço a participação nesta sessão especial – do nosso caríssimo amigo Lourival Freitas, Deputado Federal pelo meu querido Estado do Amapá entre 1991 e 1995; e dos representantes da Prefeitura Municipal de Macapá aqui presentes, as Sras. Jamily Lau Menez, Marcela Moraes e Taynara de Oliveira Dantas.

Convido todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional brasileiro.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Assistiremos, agora, a um breve vídeo institucional produzido pela TV Senado sobre Ruy Barbosa, patrono deste Senado e patrono deste Plenário.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quero agradecer à TV Senado por essa contribuição, esse documentário, cuja produção é da TV Senado. Ele passa, sinteticamente, um pouco da vida do nosso homenageado, o Senador Ruy Barbosa.

Ato contínuo, eu gostaria de escutar, com muito prazer, a Sra. Marta Olkowska, Encarregada de Negócios da Embaixada da República da Polônia, ao mesmo tempo em que agradeço à República polonesa pela presença nesta cerimônia. A senhora fique à vontade. Pode falar da mesa, se quiser, ou pode fazer uso da tribuna, se assim quiser.

A SRA. MARTA OLKOWSKA (Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, sendo representante do Governo polonês no Brasil, quero agradecer o amável convite de participar desta sessão solene, especial, que celebra o aniversário de nascimento de Ruy Barbosa.

Alguns de vocês podem perguntar por que eu estou aqui, sendo uma polonesa. E a resposta é muito fácil, mas pouco conhecida ainda no Brasil. Para nós poloneses, Ruy Barbosa é uma pessoa muito especial. E por quê? Porque ele, sendo um liberal na época em que ser liberal não era nada fácil, ao contrário de hoje, lutava pelas liberdades, e, por isso, na vida política dele, não podia faltar um assunto nosso polonês. Naquela altura, Polônia foi obrigada a desaparecer do mapa do



mundo. Fomos, infelizmente, divididos. O nosso território foi dividido entre os nossos poderosos vizinhos – amigos agora, mas, na altura, nem tanto. E Ruy Barbosa, sendo quem ele foi, nunca esqueceu a nossa causa, sempre levantava essa causa. Para vocês, ele é conhecido como Águia de Haia, mas, na nossa memória, o discurso dele em Haia nunca vai desaparecer, porque, naquela altura, ele falou que a Polônia tinha todo o direito de voltar ao mapa do mundo. Eram muitas ocasiões em que ele se encontrava com representantes da comunidade polonesa no Rio de Janeiro. Ele os convidava para sua casa e surpreendia todo mundo com o conhecimento dele sobre o nosso país. Mesmo sendo ele brasileiro e, naquela época, sem internet, sem WhatsApp, ele sabia tudo sobre nossa vida, nossa luta pela liberdade, nossa luta pelo direito de ser um país, que já teve oito séculos de independência, mas que, infelizmente, pela força da circunstância – a Europa, naquela época –, por 123 anos foi tirado do mapa do mundo. Por isso, a nossa gratidão a Ruy Barbosa para sempre.

E não só apenas as minhas palavras, mas eu acho que nem todo mundo sabe que, em Varsóvia, existe um liceu, uma escola secundária que, desde 1959, carrega o nome de Ruy Barbosa. É um liceu muito especial para mim, é o único liceu na Polônia que ensina a Língua Portuguesa e é nosso monumento a Ruy Barbosa, mas, ao contrário dos outros monumentos apenas em pedra, é um monumento vivo, porque serve como um intercâmbio maravilhoso entre os jovens da Polônia e o Brasil. No ano passado, por exemplo, alunos daquele liceu de Varsóvia chegaram a Santo André, no ABC paulista, porque é uma escola com a qual o liceu tem um acordo de intercâmbio. Eu acho maravilhoso que já se passaram 170 anos do aniversário dele e mais de 90 anos da morte de Ruy Barbosa, mas a memória dele na Polônia continua viva e vai continuar viva, porque temos camadas jovens, o nosso futuro, a juventude, que trabalham para que esse intercâmbio, hoje muito mais fácil com WhatsApp, internet e tudo, seja mantido.

Por isso, quero agradecer ao Senado Federal, ao Senador Randolfe Rodrigues por esta oportunidade de trazer para vocês essa história provavelmente pouco conhecida. Ele, para nós, significa muito. Não tanto como para vocês, porque já sabemos que sem ele o Brasil seria hoje diferente, pois ele colocou aquelas pedras para que instituições brasileiras sejam fortes, mas, para nós poloneses, ele também é um personagem muito querido. Por isso, estou aqui e agradeço mais uma vez esta oportunidade. Eu trabalhei um pouquinho para aproximar os nossos dois países, que, apesar da distância geográfica, são muito mais próximos do que nos parece. Mais uma vez, obrigado, Senado Federal. É um prazer.

E, se estiverem, porventura, um dia em Varsóvia, visitem esse liceu, que é um exemplo de muitas atividades que trazem muita cultura brasileira para a Polônia e para nós é aquele monumento que vai sempre lembrar o papel do Ruy Barbosa para nós poloneses.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Marta, queríamos agradecer. Tenho certeza de que seu depoimento e seu testemunho aqui, representando a República polonesa, nos honram e nos orgulham muito mais ainda por termos tido, como homem público, um quadro da altura do mestre Ruy Barbosa. V. Exa. traz informações que, de fato, muitos de nós brasileiros não tínhamos sobre as contribuições de Ruy.

Ruy é um patrono, reitero, deste Senado, da República brasileira desde que foi fundada. Sabemos do protagonismo dele na esfera internacional. Cada vez mais, com depoimentos como esse seu, nós ressaltamos e destacamos, ao mesmo tempo em que ficamos orgulhosos, como



brasileiros, termos tido entre nós um compatriota da altura de Ruy Barbosa. Passamos a compreender mais o que significa, o que representou a imagem dele para o mundo.

Ato contínuo, passo a palavra à Sra. Esther Bemerguy, Vice-Presidente do Conselho Editorial do Senado.

A SRA. ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar, inicialmente, o Presidente e requerente desta sessão, o nosso Senador Randolfe Rodrigues, que é Presidente do Conselho Editorial do Senado; o Senador Paulo Paim; a Encarregada de Negócios da Polônia, Sra. Marta Olkowska; e o nosso historiador Sr. Dario Alberto de Andrade Filho, que vai também contribuir com esta sessão.

Para o conselho, é um enorme prazer estar envolvido nesse processo de homenagem a Ruy Barbosa. Nós estamos reeditando hoje duas obras importantes de Ruy Barbosa: *Oração aos Moços* e também *A Imprensa e o Dever da Verdade*. São duas obras atualíssimas.

Muitas vezes, a gente fala que a nossa juventude hoje talvez não tenha ainda insumos e propostas para pensar o Brasil, para se encontrar neste momento histórico. Então, eu acho que Ruy Barbosa traz, nessa primeira obra, uma mensagem muito importante para a juventude, uma juventude que está precisando, hoje, pensar o Brasil na sua perspectiva, pensar a sociedade; nos traz também ensinamentos sobre o momento atual, que é realmente muito complexo; e nos estimula a pensar o futuro do Brasil e também a nos preocupar com a conjuntura que vivemos.

A outra obra é *A Imprensa e o Dever da Verdade*. Vivemos também um momento muito especial, em que se fala muito em *fake news*, em que a imprensa perdeu a importância que tinha na sociedade e a credibilidade que tinha da sociedade, não só pela intervenção que nós temos hoje e que ainda é uma novidade histórica que é a internet, os meios de comunicação a que todos têm acesso, em que todos podem falar. Ao mesmo tempo, não há hoje como ter capacidade para receber tanta informação e triar essas informações na direção não necessariamente do que é a verdade, que é um conceito muito subjetivo, mas daquilo que nos interessa como Nação, daquilo que nós efetivamente podemos aproveitar para o futuro do País. Isso nos traz esta indagação: como conviver com tanta informação? Como realmente trazer de volta o sentido da verdade para nos informarmos e convivermos com os fatos que nós temos hoje? Então, esse livro traz isso. Ele sinaliza, já naquele momento, que a imprensa tinha que ter essa fidelidade com a verdade, tinha que ter essa busca da verdade, tinha que estar empenhada nisso. Portanto, nós precisamos retomar isso, retomar o papel da imprensa, efetivamente o papel da imprensa escrita, o papel dos profissionais de imprensa, para que nós possamos ter luzes para compreender os fatos, compreender a realidade do que nós estamos vivendo.

Nós temos também um compromisso, que o Senador já assumiu, de publicar todos os discursos que ainda são inéditos do Ruy Barbosa no Senado, também será uma obra muito importante. E nós pretendemos também, ao longo deste mandato, publicar todas as obras do Ruy Barbosa. Há muitas obras importantes que estão esgotadas e há muitas obras inéditas ainda. Então, é fundamental para isso a parceria que estamos fazendo com a Biblioteca do Senado, com o Arquivo do Senado. Inclusive há uma exposição na entrada do Plenário em que estamos apresentando alguns documentos do arquivo, alguns documentos da biblioteca que são superimportantes, inclusive a primeira edição de *Oração aos Moços*, a edição comemorativa dos cem anos desse livro. É muito importante também visitar essa breve exposição que está aí na entrada do Plenário.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Esther. Queria agradecer sua contribuição e seu empenho e, em seu nome, a todos os membros do Conselho Editorial para as produções que estamos lançando no dia de hoje.

Queria reiterar que um dos objetivos desta sessão solene é o lançamento das duas obras que Esther aqui ressaltou, duas obras clássicas de Ruy, atualíssimas. A célebre *Oração aos Moços*, e quero reiterar que o seu original está exposto na entrada do Plenário do Senado Federal, e *A Imprensa e o Dever da Verdade*.

Ato contínuo, quero convidar o Sr. Dario Alberto de Andrade Filho, colega historiador, muito mais competente do que eu e muito mais atuante na historiografia do que eu, consultor legislativo deste Senado. Com prazer o ouvimos, Dario.

O SR. DARIO ALBERTO DE ANDRADE FILHO (Para discursar.) – Senador, obrigado pela apresentação.

Bom dia a todos; bom dia, Senador Randolfe, Senador Paim; bom dia, Esther; bom dia, Sra. Marta, da Embaixada da Polônia.

Em primeiro lugar, fico muito feliz nesta ocasião, a gente vê a celebração, a gente vê a lembrança da memória do Ruy, já que ele foi um personagem muito relevante da história brasileira durante um período de mais de meio século, na verdade. Ele próprio dava como início da sua carreira política, ainda como estudante de Direito em São Paulo, o ano de 1868, e aí ele vai continuar sua vida pública até sua morte, em 1923. Sempre, nesse período todo, principalmente após o período em que ele vai, primeiro, para a Câmara dos Deputados, aliás, antes ainda da Câmara dos Deputados, para a Assembleia Provincial na Bahia, depois para a Câmara dos Deputados e para o Senado, ele sempre teve um papel de importância, um papel de destaque na vida pública. Isso a gente percebe desde o início, porque ele sempre teve essa ânsia, essa vontade, esse interesse de participar das grandes causas públicas do País. Isso é relevante no momento em que ele é muito jovem, como Deputado Geral, e vai participar da primeira campanha relevante da sociedade brasileira, que é a abolição. Ele tem um papel atuante na campanha da abolição e vai ser inclusive o redator da primeira versão – evidentemente depois houve mudanças para pior, mas ele foi a pessoa que fez a primeira redação da Lei dos Sexagenários, que foi mais um passo naquela lenta transição do Brasil até o fim da abolição.

Mas acho que há dois momentos muito importantes para a gente ver a importância do Ruy, como ele era percebido pelas pessoas naquela época. O primeiro fato em que a gente vê essa relevância é exatamente o velório dele; o velório e o sepultamento dele em 1923. A gente vai olhar as imagens da época – a gente vai olhar, inclusive, uma revista que está ali exposta, ali na frente, que o pessoal da Biblioteca deixou exposta –, fotografias em que a gente vê multidões acompanhando o sepultamento do Ruy. E o mais impressionante não é só a quantidade de pessoas. Eu acho que o mais impressionante é que a gente vê todo tipo de pessoa: a gente vê homem, a gente vê mulher, a gente vê jovem, a gente vê velho, a gente vê brancos, a gente vê negros, quer dizer, a morte dele comoveu o País. Eu acho que ele comoveu o País porque, apesar de nunca ter conseguido chegar à Presidência da República, que era uma missão legítima dele, que era a missão legítima dele, apesar de ele nunca ter conseguido chegar à Presidência da República, ele deixou não uma marca na história do Brasil, ele deixou diversas marcas na história do Brasil. E deixou diversas marcas desde muito cedo, desde essa participação na campanha da abolição. Eu



falei que ele foi o redator da primeira versão da Lei dos Sexagenários, mas, antes disso, ainda em 1868, ele participa ainda como estudante, quer dizer, muito jovem ainda, antes da Lei do Vento Livre, ele já faz discursos em prol da libertação dos escravos. Então, desde muito cedo, ele está envolvido com essa campanha pública e depois ele vai estar envolvido em outras campanhas públicas.

Eu acho que o momento em que ele adere à República é exatamente o momento em que ele percebe que a Monarquia não é mais capaz de dar conta dessa ânsia pela modernidade que ele tinha, dessa ânsia pelo progresso que ele via que o País precisava. Eu acho que isso estava muito claro para ele nesse momento em que ele adere à República. E eu acho que isso, inclusive, é um dos momentos mais polêmicos da vida dele, da vida pública dele. Eu acho que os dois momentos mais polêmicos da vida pública dele, de homem público, são os momentos: o primeiro, em que ele era Ministro da Fazenda, e ele vai ficar responsável pelo famoso Encilhamento – e muita gente o critica por isso, mas a gente tem que ver que ele tinha essa percepção de que era preciso modernizar o País, de que era preciso colocar o País no caminho de uma modernidade econômica para que este País pudesse também absorver aquela massa de libertos e essas pessoas pudessem também fazer parte desse novo Brasil, que era o Brasil da República; e o segundo momento muito polêmico é a queima dos documentos da escravidão. Ele, como Ministro da Fazenda, ordena a queima dos documentos que a gente tinha lá no Ministério da Fazenda relativos à escravidão. E muita gente pensa hoje, Senador Randolfe, como historiador – eu, como historiador –, hoje, como historiadores, nós pensamos: "Nossa, mas perdemos uma imensidão de documentos ali, de documentação", mas temos que olhar um pouco isso no contexto daquela época. A gente vai ver que, pós-abolição, a gente tinha uma mobilização dos antigos proprietários de escravos pela indenização, e o Ruy já dizia: "Olha, se alguém merece ser indenizado são os ex-escravos, não os ex-proprietários". E, aí, a solução. E, inclusive, ele foi aplaudido naquele momento pelas sociedades abolicionistas que ainda atuavam. Essa queima de documentos foi aplaudida justamente para impedir que aqueles que tinham se beneficiados com a escravidão também, de uma maneira perversa, se beneficiassem com o fim da escravidão. Eu acho que, nesse ponto, apesar dessa perda documental terrível – Senador, como historiadores sabemos que essa perda documental dá uma dor no coração –, a gente sabe que isso foi uma coisa que teve um contexto. Mas esses são os momentos polêmicos do Ruy.

Uma coisa que eu acho impressionante no Ruy e que é até difícil a gente selecionar alguma coisa específica dele. Ele foi um advogado brilhante, tanto que conseguiu um patrimônio bastante razoável em razão da sua atividade como advogado; ele foi político durante mais 50 anos; ele foi diplomata, atuando, como a gente pode ver nos vídeos, não só em Haia, mas também na delimitação das fronteiras brasileiras no Acre, junto com Rio Branco; ele foi também jornalista – muitas vezes ele se dizia jornalista, porque escrevia muito jornal; ele foi empresário também, foi proprietário de jornal durante algum tempo. Então, o Ruy teve uma gama de temas, uma gama de assuntos de modo que é até difícil a gente tentar definir o Ruy por uma coisa por outra. O Ruy foi tudo quase, e ele foi tudo e relevante durante mais de 50 anos, como a gente já falou.

E eu acho que ele vai também, ao longo da carreira, se sofisticando intelectualmente, e eu explico o que eu quero dizer com isso. O Ruy começa a sua carreira em fins da década de 1860 como um liberal clássico e, nesse momento, ele era muito influenciado pelo liberalismo inglês, mas, ao longo da vida, ao longo da sua carreira, a percepção que ele vai tendo a respeito do País vai se



modificando. Ele continua sendo um liberal até o final da vida, mas vai incorporando outras pautas à sua agenda política.

Eu acho que isso fica muito evidente nas duas campanhas que ele teve à Presidência da República. A primeira campanha, aquela de 1909 a 1910, contra o Marechal Hermes da Fonseca, recebe o nome de civilista justamente para se contrapor não aos militares, mas para se contrapor ao militarismo, a uma determinada ação. Ele dizia: "Não, agora é República, agora é uma coisa dos civis".

E essa campanha civilista, depois de 20 anos de República, é a primeira vez em que a gente tem realmente uma campanha eleitoral para Presidente da República, e, mesmo assim, ele perde. Ele perde porque o sistema já estava viciado, tanto é assim que, em alguns Estados, ele não vai ter nenhum voto, para a gente ver como o sistema estava podre. E ele percebe isso, porque as campanhas que ele tem, por exemplo, são coisas que depois, no futuro, vão ser absorvidas na agenda política brasileira, como, por exemplo, o fim do voto aberto, como, por exemplo, mais autonomia para o Judiciário, como, por exemplo, o fim do Congresso como uma instância legitimadora das eleições – hoje, por exemplo, nós temos os tribunais eleitorais. Então, várias pautas que ele tinha, naquele momento, vão ser depois, no futuro, absorvidas pelas próximas gerações.

E eu acho que há dois temas ainda que são importantes e relevantes nessas duas campanhas eleitorais. Na campanha eleitoral de 1909 a 1910, ele relembrava o papel da educação, o que acho que ainda é um drama do Brasil, e ele, há mais de um século, já tinha essa percepção de que a educação é um tema fundamental para a gente. Quanto ao segundo tema que ele traz, já na segunda campanha eleitoral, de 1919, ele é o primeiro a incluir a questão social, que também depois vai ser uma questão absorvida, depois da morte dele, na década de 30, como um tema fundamental do País.

Uma das coisas que impressionam em relação ao Ruy é como ele estava à frente em termos de agenda política. Eu acho que esse é um elemento muito grande, muito forte e muito importante para a gente ver. Ele sempre foi fiel a essas matrizes de pensamento que ele tinha, o liberalismo, depois agregou essas causas sociais ao longo da vida.

Mas eu acho que ele ainda tem muito a dizer para a gente, não é? Eu acho que o Ruy, a obra dele ainda tem algumas coisas a dizer, e uma das coisas eu acho que é exatamente essa pauta da modernidade do País. Eu acho que essa modernidade a que ele ambicionava, essa modernidade com que ele sonhava desde a juventude ainda é uma pauta que a gente está buscando. E essa modernidade significa não só mais estradas, melhores aeroportos, mais infraestrutura para o País, um ambiente econômico melhor, mas significa também algo que, na época dele, já se percebia, que é exatamente essa percepção de que também a modernidade passa pelo homem, passa fundamentalmente pelo homem. Passa por um brasileiro que seja mais educado, passa por um brasileiro que tenha mais saúde, passa por um brasileiro que possa se desenvolver como ser humano.

Eu acho que isso são lições que o Ruy deixa ainda para a gente, e eu fico muito feliz aqui em ouvir o Senador e ouvir a Esther comentando que a obra dele vai ser publicada. Eu tinha até pensado aqui – não sabia dessa informação – em sugerir, por exemplo, a publicação das *Cartas de Inglaterra*, que têm uma coisa interessante sobre o Ruy, e eu acho que é uma coisa importante a respeito dele: como ele estava preocupado com as questões internacionais, porque ele vai ser um dos primeiros a se manifestar em relação ao caso Dreyfus, que é famoso. É uma coisa



impressionante ele ter já essa preocupação com um assunto com o qual não era diretamente ligado. Mas a gente vê no Ruy exatamente isto, essa preocupação com as liberdades individuais e com as liberdades sociais.

Enfim, eu acho que é exatamente isso. Eu fico muito feliz em ouvir essa notícia. Parabenizo a Esther, parabenizo o Senador, parabenizo toda a equipe técnica do conselho, porque realmente isso me parece uma iniciativa muito positiva.

Eu acho que é isto: acho que o Ruy ainda tem muito a dizer para a gente e acho que é merecedor da nossa atenção, talvez mais até do que nunca.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dario, nós que agradecemos suas informações, sua presença como historiador e suas contribuições a esta sessão solene.

Eu estava comentando ainda há pouco, no Plenário, que, daqui a cem anos, Dario, os historiadores do futuro – daqui a cem anos, quando nós estivermos um pouquinho mais velhinhos, com certeza, otimismo de minha parte...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Gostei, viu? Eu gostei. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... além de mais uma vez recordarem, lembrarão que o Ruy, patrono deste Senado, pelas diversas contribuições – Dario aqui destacou –, pelo testemunho que a Embaixadora aqui nos trouxe, de todos nós, foi quem mais tempo teve sobre estes assentos destes tapetes azuis. Foi Senador reeleito pela Bahia por cinco vezes. Esteve no primeiro Senado da República, em 1891, e, como foi dito aqui no documentário, redigiu o texto da nossa primeira Constituição republicana – da nossa segunda Constituição, da primeira republicana –, de 1891. Mas eu espero e acredito que, daqui a cem anos, outros historiadores também escrevam sobre as contribuições ao Senado atual. Eu creio que haverá alguém, e com certeza teremos vários que escreverão. Já que de Ruy houve a obra célebre *Oração aos Moços* – que, eu repito, estamos lançando hoje aqui pelo Senado –, daqui a algum tempo teremos alguém que escreverá a oração aos trabalhadores, dita pelo Senador Paulo Paim. Nenhum outro na história também desses tapetes azuis defendeu tanto a causa dos trabalhadores, o direito dos trabalhadores, dos operários, quanto Paim defendeu. Eu fico muito honrado e muito orgulhoso de aqui conviver com ele nesse período no Senado.

Então, fiquei muito feliz em ver a sua presença nesta sessão aqui do Senado Federal e tenho certeza de que, nas publicações do futuro, constarão o empenho e as orações de Paim pelos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Eu passo a palavra ao meu querido amigo e companheiro, Senador Paulo Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Permita-me que assim eu me dirija, meu querido amigo, Senador Randolfe Rodrigues, esses elogios ao meu humilde trabalho aqui na Casa são porque ele, de fato, é o meu amigo e amigos sempre falam bem dos amigos, senão não teríamos amigos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não apoiado, é testemunho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, V. Exa., quando eu aqui cheguei... Estou aqui desde a Constituinte – eu fui Constituinte



– e aprendi no convívio com V. Exa., o Senador mais jovem que eu vim a conhecer – poderão haver outros e virão outros, mas, na época, V. Exa. era o Senador mais jovem. Eu resumo isso dizendo que, em tempos tão difíceis, V. Exa. é o mais jovem e o Líder da oposição. Sinto-me muito bem representado.

Posso dizer que V. Exa. me representa e digo isso com a maior tranquilidade, porque o seu trabalho nesta Casa é um trabalho – estamos falando de Ruy – com diplomacia, com firmeza, com coerência, como um defensor intransigente da democracia. Eu olho para Ruy e me lembro de políticas humanitárias, olho para você e me lembro de políticas humanitárias. Ruy foi um abolicionista, V. Exa. é um abolicionista. E, nesse campo de atuação, eu tomo a liberdade de dizer que, quando fui comunicado de que havia um convite de V. Exa., eu aqui me apresento como um discípulo de V. Exa. Rasculhei algumas coisas que apresento neste momento e, ao final – e vou dizer o por quê –, eu entregarei um documento a V. Exa.

Viajei um pouco no tempo, e isso eu ouvi de alguns professores – de professores. Ruy Barbosa, num momento, ao se dirigir à tribuna da Segunda Conferência da Paz em Haia, Holanda, 1907, quando ele se dirigia à tribuna, foi ironizado. Olharam aquele homem miúdo, brasileiro e riram dele. Ao que ele respondeu se utilizando do idioma francês: "Os senhores do mundo querem que eu faça a minha explanação na língua portuguesa, na língua inglesa, no alemão, no italiano ou posso continuar no francês?".

Ao final, a história se encarregou de homenagear. Ao final do discurso, Ruy foi aplaudido de pé. Esse era o Ruy que nós aprendemos a amar. Ele foi um grande defensor, foi um abolicionista. Foi um defensor da República, do federalismo, da igualdade entre os Estados, da promoção de direitos e garantias individuais. Ajudou, como aqui foi dito, a escrever a primeira Constituição republicana. Aí eu paro para dizer: Constituição essa – e eu fui Constituinte – tão atacada nos dias de hoje.

Por isso, Senador Randolfe, a iniciativa desta sessão tem tudo a ver com democracia, com liberdade, com direitos, com combate aos preconceitos e com a defesa da nossa Constituição Cidadã. Vida longa, sim, a todos aqueles que defendem a Constituição. Lembro aqui – não vou falar na íntegra, embora eu estava lá no dia em que ele falou – Ulysses Guimarães e resumo nisto: quem ataca a Constituição... Como é que ele disse? Discordar, divergir é natural, mas quem ataca a Constituição é traidor da pátria, Ulysses Guimarães.

Lembro-me de Ulysses e ligo à história do nosso querido Ruy.

Aqui já foi dito: foi Ministro da Fazenda, tinha uma posição de modernidade, uma visão da economia de outros tempos. Sempre foi legalista, mas havia uma frase dele que eu busquei e leio aqui, que tem que valer também para esses tempos de agora, momentos tão difíceis aqui no nosso País, ele dizia: "Com a lei, pela lei e dentro da lei, porque, fora da lei, não há salvação". Grande Ruy, frase dele.

Muitos dizem que, se ele tivesse chegado à Presidência da República – foi candidato duas vezes –, o Brasil teria dado um enorme salto rumo ao futuro. O seu pensamento para o crescimento era o desenvolvimento nacional. Ele era um homem de vanguarda. Árduo defensor – e aqui que eu falo a vanguarda – da educação como raiz profunda para toda a construção do País.

Ele disse em um dos seus célebres textos: "Educação é preparação para a vida completa e vida completa exige educação integral". Hoje nós estamos perseguindo a educação integral que ele já defendia há tantos tempos. E por que não lembrar que Brizola também defendeu e também perseguiu a Presidência da República? Infelizmente não aconteceu.



Ruy... Permita-me que eu use o termo Ruy, que eu vi os senhores usarem e gostei.

Esses dias eu fazia uma homenagem ao Papa e, no meio da fala, cheguei e disse: "E o meu amigo Chico...". Aí as pessoas me perguntaram: "Mas quem é o seu amigo Chico?". "É o Papa Francisco". Eu gostaria de me dirigir ao Ruy neste momento.

Ruy não acreditava no ódio. Olhem a história! O ódio, tão pregado nos dias de hoje. Não acreditava na violência. Essas duas faces da ignorância humana só levam ao caos da sociedade e à desconstrução da liberdade e do sonho de uma nação soberana que todos nós queremos.

Uns podem concordar com os pensamentos de Ruy Barbosa. Outros podem não concordar. É legítimo! Ele era um democrata. Mas isso está na liberdade de pensamento e de expressão, na liberdade de imprensa, que ele tanto defendeu e aqui já foi comentado. O Brasil vive uma democracia e há de seguir em frente com essa democracia sendo aprimorada, acarinhada, amada todos os dias, porque é um dever de cada um de nós. Penso que o legado é justamente a defesa intransigente da liberdade, da justiça, do Estado democrático de direito. Penso também e reafirmo: Ruy Barbosa foi um humanista nos princípios e nas ações.

Assim, eu remeto, trago ao nosso tempo a triste realidade que nos cerca nesta semana em que nós lembramos a caminhada do povo negro neste País. E por que não lembrar? Não tem como não se indignar. Mortes por bala perdida no Rio aumentam 40% em relação a 2018. De janeiro até agora, foram 50 óbitos. No Brasil, cerca de 180 homicídios por dia, 75% são negros. Falo aqui neste momento – hoje à tarde, vamos ter aqui uma sessão que vai lembrar 20 de novembro, Dia da Consciência Negra –, porque Ruy era um abolicionista. Se, com a lei atual, esses números assustam, aterrorizam barbaramente, calculem os senhores com o tal excludente de ilicitude. Se Ruy estivesse aqui, tenho certeza de que ele seria contra. Será uma licença para matar, o início do caos. Uma sociedade pode ser governada na base da bala, porque vai se dar licença para matar? É preciso investir em políticas públicas, voltar o olhar para a alma das nossas periferias e não só para números.

Senhores, eu quero concluir. Tenho muitas citações aqui de Ruy Barbosa, mas vou concluir. Lembro-me de que Ruy Barbosa, sempre nas suas falas em relação à disputa à Presidência da República, comenta que, no dia 15 de dezembro de 1909, formulou o programa de governo – e aqui vou terminar, Sr. Presidente –, um programa que tinha início, meio e fim – coisa que eu não vejo no atual Governo –, que tem consagrado toda sua vida à causa do direito, da justiça, pela verdade, pela liberdade e pela cidadania. Termina com um apelo aos homens de bem e sérios deste País nesse seu programa de Governo.

Eu aqui digo: Ruy, o seu programa de governo tinha início, meio e fim. Liberdade, democracia, direitos para todos, combatia todos os tipos de preconceito e apontava a linha da soberania.

Sr. Presidente, termino agora. Permita-me um gesto que quero fazer, muito mais que só lembrar que a história de Ruy. Eu caminhava aqui pelo Senado, há mais de dez anos – é o terceiro mandato, não é? –, e um senhor me encontrou, caminhando aqui pelo túnel: "Senador Paim, a minha família tinha esse documento em mão e pediu que eu viesse a Brasília e o procurasse em seu gabinete". Vejam como é a coincidência: eu o encontro aqui nos corredores. "E quero lhe entregar em mãos uma carta: é a peça original que recebi de Ruy Barbosa".

É uma bela carta, é uma bela carta!

Então, Senador Randolfe, por tudo que V. Exa. representa para esta Casa, por tudo que Ruy representa para o mundo, como aqui foi muito bem colocado, eu queria entregar, junto com V.



Exa., ao Museu do Senado da República. E sabe o que ele me disse ali? Essa frase eu me lembro aqui – vou terminar: "Senador Paim, um dia o senhor vai precisar dessa carta." Está aqui: Ruy Barbosa, rua Araguaiana, Rio de Janeiro, 1910. "Um dia, o senhor vai precisar desta carta." E sabe o que eu pensei ontem à noite, olhando lá nos meus alfarrábios? "Esse dia é amanhã!" E o dia é hoje.

Essa carta que entrego a você e ao Senado, homenageando Ruy, homenageando a democracia, a Constituição, a liberdade e o combate a todos os preconceitos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas termine dizendo que ditadura nunca mais.

Pode entregar a carta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que duplo cumprimento, Senador Paim! (*Pausa.*)

Querido, Senador Paim, queria duplamente agradecer a V. Exa., nessa condição agora de Presidente em exercício desta sessão, por este belo presente ao Senado: a carta daquele mais longevo entre nós Senadores, inspirador e patrono deste Plenário.

Só reiterando para todos e todas que estão nos assistindo, estamos dando boas-vindas àqueles que estão nesta sessão do Senado. É uma carta da lavra do próprio Ruy Barbosa, em papel timbrado de sua autoria, datado de 31 de janeiro de 1910, Rio de Janeiro. Na carta, ele responde a um cidadão que havia escrito para ele como Senador da República.

Vou pedir para chamar a nossa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Enaltecedo a candidatura dele à Presidência. Foi o sonho dele de que Ruy seria Presidente, que agora estou passando para V. Exa. Quem sabe o sonho vai ser com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não apoiado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vocês ouviram o que eu falei baixinho aqui porque o som estava aberto, né? É um jovem Senador que poderá um dia – por que não? – chegar à Presidência da República. Nós temos que apostar na juventude. Nessa carta, ele disse que um dia eu saberia fazer o bom uso dela, e eu o fiz neste momento, entregando em mão a V. Exa., como uma homenagem ao grande Senador Randolfe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa carta eu pedi, Senador Paim... V. Exa. surpreendeu esta sessão toda ao entregar um documento de mais alto valor, uma carta, um documento raro de mais de um século, de um eleitor de Ruy Barbosa, conclamando a necessidade de ele ser Presidente da República e destacando que 1910 é o ano da campanha civilista de Ruy, quando ele disputa a Presidência da República contra Hermes da Fonseca. Lamentavelmente, naquele ano, o Brasil não elegeu Ruy Barbosa e elegeu Hermes da Fonseca, que, com todo respeito à história, tinha muito menos, para ser generoso, das qualidades que Ruy tinha.

Ao término desta sessão, eu vou chamar aqui a Dra. Daliane Silverio, Diretora da Secretaria de Informação e Documentação do Senado, para que nós façamos a entrega desta carta aos arquivos do Senado da República, para atender ao seu pedido...



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... aos nossos pedidos de que esta carta integre os documentos, entre tantos documentos, do Senado da República. Nós ficamos muito honrados. Será célebre esta sessão, Senador Paim, principalmente por esse presente e por essa sua surpresa ao Senado Federal, especialmente pela importância.

Reitero aqui: é uma carta de um cidadão que, nos termos que vimos rapidamente aqui da carta, destaca o engajamento cívico de Ruy e diz o quanto importante seria que ele assumisse o governo, que ele saísse vitorioso naquela eleição ao governo republicano.

Muitíssimo obrigado.

Vamos, ao final, Senador Paim, fazer a entrega desse documento ao Senado. A Dra. Daliane já está aqui entre nós? Por favor, Dra. Daliane.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu recebi a carta há muitos anos e guardei. Com muito carinho, eu queria entregá-la num dia especial. E o dia especial é hoje, homenageando esta sessão, homenageando o nosso Senado da República e homenageando V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As homenagens são suas, essa contribuição é sua, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele me coloca até na foto. Por isso, ele é o meu Líder. (*Palmas.*)

A SRA. DALIANE APARECIDA SILVERIO DE SOUSA – Em nome da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado Federal, que tem como uma das suas grandes missões preservar a memória institucional e a memória do Poder Legislativo, agradeço a doação dessa carta, que certamente vai enriquecer ainda mais o nosso acervo.

Muito obrigada, Senador Randolfe, muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Daliane, os agradecimentos todos ao Senador Paim. Ele surpreendeu a todos nós e traz um documento belíssimo, tão importante quanto tantos outros documentos que temos aqui no Senado sobre a vasta obra de Ruy. Quero destacar e agradecer mais uma vez, Senador Paim, porque é um documento de um cidadão do começo do século passado, uma carta que tem quase 120 anos de idade, em que esse cidadão faz um depoimento de como a campanha civilista de Ruy do ano anterior, de 1909, o mobilizou e de quanto seria importante a eleição de Ruy para a Presidência da República.

Nós nos sentimos honrados e por isso tenho dito que é uma contribuição de Paim para o Senado. Por isso muito me honra ser contemporâneo de Paim no Plenário do Senado, pelos seus compromissos de defesa dos mais vulneráveis – eu não gosto do termo "minoria" –, de defesa dos direitos dos mais vulneráveis, da juventude. O Paim é um abolicionista do século XXI. O Paim é autor do Estatuto do Idoso, é organizador do Estatuto do Idoso. Se hoje muitos brasileiros têm direito a ter uma vaga de estacionamento por terem mais de 60 anos, devem ao trabalho que Paim tem feito no Congresso Nacional. Ninguém, ao longo dos últimos anos, no Congresso Nacional, defendeu com tanta convicção a causa dos operários, dos trabalhadores, e os direitos dos mais despossuídos, como Paulo Paim. Por isso, para mim, é uma honra imerecida até, para este simples mortal, estar convivendo aqui no Senado ao seu lado.



Eu queria lhe agradecer e ao mesmo tempo fazer um rápido registro aqui também do quanto nós devemos, nestes tapetes azuis, como já foi dito, honrar a memória de Ruy Barbosa. Vários aqui se sucederam nessa tribuna: um historiador; uma representante de uma nação amiga; um abolicionista do século XXI, meu amigo Senador Paulo Paim; uma querida companheira intelectual que, junto comigo, me dá a honra de dirigir o Conselho Editorial do Senado.

Fiz questão, ao assumir, Paim, o Conselho Editorial do Senado, em uma das minhas primeiras iniciativas, de visitar o que eu considero o maior acervo historiográfico do Brasil, meu caríssimo historiador, que é o arquivo daqui do Senado. Acredito, afirmo isto sem medo de errar: não existe outro acervo historiográfico no Brasil como o acervo que temos aqui no Senado da República. E eu quero sempre homenagear com muito destaque as colegas do Arquivo do Senado, todas elas, que trabalham com muita ênfase pela manutenção desse arquivo. (*Palmas.*)

Queiram as senhoras e os senhores que assistem a esta sessão, ao terminar, apreciar as obras que estão expostas na entrada deste Plenário. São documentos vivos da nossa história: o original da *Oração aos Moços*, o original do primeiro projeto do Código Civil de 1916, da lavra de Ruy Barbosa. Peças de Ruy que só temos aqui, mantidas por essa equipe formidável do Arquivo do Senado, a quem eu não canso sempre de prestar todas as homenagens.

Ao visitar o Arquivo do Senado e ao saber que nós temos aqui o maior acervo da obra de Ruy Barbosa, eu tomei uma decisão e determinei à Esther... Nós estamos cumprindo essa decisão, dando inauguração a essa decisão no dia de hoje, que é procurar... Não sei se – como tudo na vida é passageiro, e assim deve ser, principalmente em uma democracia – estarei no Conselho Editorial sob mandato, então tenho um mandato a cumprir, mas, enquanto estiver no cumprimento desse mandato no Conselho Editorial, eu quero cumprir uma tarefa externa – e Deus assim nos ajudará a cumpri-la: publicar de toda a obra de Ruy Barbosa pelo Conselho Editorial do Senado. As obras de Ruy Barbosa que estão no nosso Arquivo não podem ficar somente no nosso Arquivo. *Oração aos Moços*, de 1922, pouco tempo antes da morte de Ruy, tem que ser uma oração a todos os moços, de todos os tempos do Brasil. A todos os moços. (*Palmas.*)

É por isso que nós a estamos relançando-a no dia de hoje, para os moços do presente – para os jovens há mais tempo e também para os moços do presente. É por isso que, em tempos em que existe ameaça à liberdade da imprensa, em tempos de *fake news*, nós estamos lançando o célebre discurso de Ruy: *A Imprensa e o Dever da Verdade*. Nesta sessão solene são as primeiras obras de Ruy que nós vamos relançar. São as primeiras, mas nós procuraremos lançar todas elas.

A obra de Ruy – já foi dito aqui pelo nosso historiador – representou Ruy ao longo da história. Um homem do século XIX, mas com ideias do século XXI e do século XXII. Alguns podem qualificar Ruy como um liberal-democrata. Ruy era mais do que isso. Alguém que teve a genialidade, aliás alguém que teve a vanguarda no século XIX em uma sociedade escravocrata. E é sempre importante, meu caríssimo Paim, Senador negro deste Senado da República, na semana da Consciência Negra, lembrar o que representou a escravidão como chaga indelével na nossa história.

A escravidão não é uma marca qualquer. A escravidão foi um crime cometido durante quatro séculos e meio. Nós temos que lembrar que, durante quatro séculos e meio, povos inteiros foram trazidos da África e escravizados, em navios negreiros. Para a América, 12,5 milhões de negros africanos foram trazidos, Paim, e só dez milhões chegaram à América, porque 1,5 milhão ficou pelo Oceano Atlântico, em uma desgraça da história humana que chegou ao ponto – na obra *Escravidão*, de Laurentino Gomes, que eu recomendo a todos vocês – de mudar o hábito alimentar



dos tubarões no Oceano Atlântico, que passaram a acompanhar os navios negreiros, tão normal era os negros que não concluíam a viagem até América serem jogados dos navios para servir de alimentos a eles.

Muitos dos negros, ao ver a despedida do seu continente, se jogavam dos navios por causa de uma doença denominada de banzo. Jogavam-se dos navios e, por conta disso, os navios eram cercados por redes protetoras – não para proteção dos negros, porque eram tratados como objetos.

Na verdade, a concepção da, abro aspas, "Europa cristã", fecho aspas – é inclusive um acinte denominar Europa cristã, mas é a concepção histórica a ser dita – é de que, para aquele povo – aqueles que objetos eram, pagões, não cristãos –, a escravidão deveria ser um mérito. Eles deveriam ser tratados como objetos.

Esta Nação foi a última a abolir o abominável tráfico de navios negreiros, somente em 1850; foi a última a libertar os seus escravos, somente em 1888. Dos 12 milhões que para a América foram trazidos – 10 milhões aqui chegaram –, 5 milhões vieram para o Brasil. Isso nos tornou, Paim, a maior Nação negra do mundo, somente atrás da Nigéria, que é uma nação africana.

A escravidão tem marcas na nossa formação política, social, cultural. A escravidão deixou marcas indeléveis no segregacionismo e no racismo. É por isso que isso não pode ser deixado de lado e esquecido.

Celebrar, quando equiparamos a quantidade de jovens negros com os jovens brancos na universidade, não é uma dádiva dos tempos. Políticas de igualdade, políticas de cotas não são um favor, são um princípio para reparar tudo isso que aconteceu.

Aliás, são um princípio proclamado por Ruy Barbosa, *Oração aos Moços*. Leiamos Ruy e vejamos o que ele dizia.

A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos os equivalessem.

É na *Oração aos Moços* que Ruy Barbosa fala do princípio da igualdade, proclamado por você, Paim, no *caput* do art. 5º da Constituição de 1988. Fazer igualar o número de negros nas universidades é, na verdade, dar cabo a um trecho da *Oração aos Moços*, de 1922, de Ruy Barbosa.

Ruy Barbosa foi abolicionista; Ruy Barbosa, reitero o dito já aqui, foi, dentre nós, o Senador que mais tempo frequentou estes tapetes azuis, cinco mandatos; Ruy Barbosa foi republicano; como já dito, foi chamado para escrever a primeira Carta Republicana nossa, de 1891; mas também, ao mesmo tempo, foi radicalmente democrata: ele se desiludiu com a República e a denunciou.

Logo depois do fim do Governo de Deodoro, com a ditadura de Floriano Peixoto, Ruy se levantou e se insurgiu contra a ditadura. E, como advogado, passou a atuar, entrando com *habeas corpus*, com base na Constituição que ele tinha escrito, para assegurar o direito daqueles que foram detidos e presos pelo Governo autoritário de Floriano. Mais confortável para o então Senador republicano, mais confortável para aquele patrono da República, o qual foi chamado para



escrever o Texto Republicano, mais confortável para ele talvez fosse não se insurgir contra o Governo autoritário que o seguia. Ele estava bem abraçado e ele, como da elite republicana, não seria atingido, mas, ao contrário, denunciou o Governo de Floriano Peixoto. Mais do que denunciou, como menestrel do final do século XIX, defendeu as liberdades individuais dos cidadãos contra o arbítrio. Sempre é bom lembrar isso nos tempos atuais. E, por conta disso, ele foi obrigado a se exilar na Argentina. Ao contrário de se conformar e ficar junto das elites da República Velha oligárquica que se seguiu, Ruy continuou no Senado denunciando o voto de cabresto, denunciando as desigualdades, e, mais que isso, lançando-se como uma espécie de anticandidatura, porque todos sabiam que as eleições da República Velha estavam combinadas, tanto é que, nas duas vezes em que Ruy concorre à Presidência da República, em 1909, e dez anos depois, em 1919, na primeira, contra Hermes da Fonseca, e na segunda, contra Epitácio Pessoa, ele só perde a eleição, porque os votos eram de cabresto, e as eleições eram fraudadas.

Em 1909, Ruy diz, em alto e bom som, ao denunciar e se apresentar como candidato, quais eram suas divergências contra a candidatura do Mar. Hermes da Fonseca. Num dos trechos de um dos pronunciamentos de Ruy, diz ele: "As nações, senhores, não armam os seus exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem os seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas". Repito Ruy Barbosa: as nações não fazem os seus marechais, as nações não fazem os seus generais, as nações não fazem os seus capitães, as nações não fazem os seus militares para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções criminosas. Ecolou no tempo o discurso de Ruy na Campanha Civilista de 1909 como atual, como atual para inspirar-nos como República.

Derrotado na eleição, ele não deixou na sua anticandidatura de denunciar o arbítrio, de denunciar as facções que se apossavam do poder republicano que ele tanto sonhou como República livre, democrática e igual.

Tempos depois, lançou-se contra Epitácio Pessoa. E veja, meu caro Paim, a atualidade de Ruy: no seu programa apresentado em 1919, um dos pontos centrais era a incorporação dos direitos trabalhistas à legislação brasileira. A incorporação dos direitos trabalhistas! Ele perdeu a eleição para Epitácio Pessoa, um candidato à Presidência da República das elites oligárquicas que foi definido como candidato quando estava em Paris e que ganha a eleição sem nem estar em Território brasileiro, tomando posse só depois devido aos sistemas fraudulentos da República Velha.

O conjunto dos discursos de Ruy são obras para a atualidade. Eu citei o princípio da igualdade trazido para a nossa Constituição. Eu citei, agora, um trecho sobre como ele compreendia que deveria ser o papel dos militares na política e por que ele se insurgia contra a candidatura de Hermes da Fonseca.

É importante lembrar – está aqui em *Orações aos Moços*, e eu recomendo a todos vocês que o leiam – o que Ruy dizia sobre a justiça, tão atual quanto:

Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade. Os juízes tardinheiros são culpados, que a lassidão comum vai tolerando. Mas sua culpa tresdobra com a terrível agravante de que o lesado não tem meio de reagir contra o delinquente poderoso, em cujas mãos jaz a sorte do litígio pendente.



Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça! Que fique isso como alerta, como um sino, ao tempo, a bater nas mãos dos colegas e dos membros do Judiciário atual.

Mais adiante, fala o próprio Ruy também sobre o direito dos mais pobres. Ele fala isso no século XIX, em uma sociedade recém-saída da escravidão, mas com as marcas do segregacionismo e do racismo:

Mas o direito dos mais miseráveis dos homens, o direito do mendigo, do escravo, do criminoso, não é menos sagrado, perante a justiça, que o do mais alto dos poderes. Antes, com os mais miseráveis é que a justiça deve ser mais atenta, e redobrar de escrúpulo; porque são os mais maldefendidos, os que suscitam menos interesse, e os contra cujo direito conspiram a inferioridade na condição com a míngua nos recursos.

Por fim, no mesmo tempo, o mesmo Ruy faz um pronunciamento que está no outro livro que estamos lançando no dia de hoje: *A imprensa e o dever da verdade*. O pronunciamento nessa obra poderia ser escrito... É atual ela ser relançada agora, Esther.

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que a ameaça.

É uma proclamação à liberdade de imprensa e à verdade! Nada mais atual.

Eu queria, ao fazer essas rápidas citações de Ruy, só destacar em quantos campos distintos, meu caro Paim, ele foi importante para a nossa formação. Ele foi importante para o Brasil que queremos construir.

Minha caríssima representante da Embaixada da Polônia, nós ficamos reiteradamente orgulhosos em saber que nações amigas também têm, várias vezes, depoimentos a prestar sobre o que Ruy representou não somente para nós brasileiros, mas para a história humana.

Que esses textos de Ruy, que nós, repito, trabalharemos para republicá-los todinhos, ecoem como orações aos moços para os moços do presente; ecoem como a imprensa e o dever da verdade para as autoridades do presente, para que elas não ameacem a liberdade de imprensa e para aqueles que propagandeiam mentiras ao nome pomposo da atualidade, as *fake news*. Que as proclamações de Ruy à Justiça ecoem para o Judiciário atual. Que Ruy inspire a todos nós homens públicos sobre o dever que é o servir ao público.

Eu quero agradecer a todos pela presença nesta sessão.

Eu quero agradecer ao Conselho Editorial pelo lançamento dessas duas primeiras obras e, mais uma vez, ao serviço de editoração e ao arquivo do Senado pelas contribuições e pela parceria. Nós iremos, com certeza, publicar todas as obras de Ruy Barbosa para que elas sejam principalmente sementes ao tempo e que, se não servirem para inspirar os homens públicos atuais, sirvam para construir um modelo de País mais generoso, republicano e democrático, como Ruy sonhava e como Ruy idealizou para todos nós.

E que o quanto antes este Plenário... Nós temos um projeto de resolução que dá o nome a este Plenário, Senador Paim, de Ruy Barbosa. O busto dele está aqui já há muito tempo a nos inspirar. Eu acho que nada é mais adequado. E que não seja somente a denominação do nome de Ruy, que seja para todos nós a inspiração da passagem de Ruy sobre nós, da sua passagem sobre todos nós. Há um adágio que diz que palavras somente convencem; são exemplos, como o legado e a passagem de Ruy, que devem servir para nos inspirar e devem servir para que nós façamos.



Eu quero agradecer a todos.

Cumprido o objetivo desta sessão, eu a declaro encerrada e, ao mesmo tempo, agradeço pelo lançamento das obras de Ruy Barbosa. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 32 minutos.*)



Ata da 227^a Sessão, Especial,
em 22 de novembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e encerra-se às 17 horas e 27 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares, e homenagear também a Fundação Cultural Palmares, nos termos dos Requerimentos nºs 51 e 912, de 2019, dos Senadores Paulo Paim, Rodrigo Pacheco e outros Senadores.

Com o Senador Rodrigo Pacheco tivemos juntos a iniciativa desta data para fazermos este debate. Infelizmente, ele se encontra adoentado e não vai poder comparecer, mas, desde já, deixou que eu falasse em seu nome, em relação a esse tema.

Eu agradeço muito à equipe do Senador Rodrigo Pacheco e, naturalmente, à equipe do meu gabinete, na figura da Isabel, que está aqui, e a todos aqueles que colaboraram para que esta sessão se realizasse no dia de hoje.

Vamos, de imediato, formatar a Mesa. Eu estou um pouco rouco porque, pela manhã, tivemos aqui uma outra sessão de homenagem a Rui Barbosa, junto com o Senador Randolfe, e foi também uma bela sessão.

E vamos lá para a nossa agora!

Convidamos, para compor a Mesa, o Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sra. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

É pela direita aqui que é mais fácil, porque aqui pela esquerda tem de dar toda uma volta. Não é que eu não tenha preferência também pela esquerda, mas é que há toda uma volta para chegar aqui.

Convidamos o Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Vanderlei Lourenço. (*Palmas.*)

Convidamos o Sr. Defensor Público Federal do Rio Grande do Sul, que está presente ali – eu não quis dizer que é da minha cidade, mas vou dizer então, já que está aqui –, Defensor Público Federal de Canoas, Rio Grande do Sul, Sr. César Oliveira Gomes. (*Palmas.*)

Convidamos a Coordenadora da Articulação Nacional de Psicólogos (as), Negros (as), e Pesquisadores (as) de Relações Raciais e Subjetividades da Região Centro-Oeste, Sra. Márcia Maria da Silva. (*Palmas.*)

Convidamos o Diretor-Executivo da ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), Reverendo Sr. Frei David Dos Santos. (*Palmas.*)

O Sr. David sempre presente aqui, ao longo dos anos do bom combate aqui no Congresso. E não só aqui dentro; estou registrando o trabalho que ele faz aqui dentro.

Convidamos a Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-DF, Sra. Denise da Costa Eleutério. (*Palmas.*)

Teremos depois uma segunda mesa, viu? Serão duas mesas. Fazemos a primeira mesa, todos os expositores falam, depois nós vamos para uma segunda mesa.

Continuando os trabalhos, agora nós vamos cantar o Hino Nacional.

Todos de pé, por favor, em posição de respeito ao Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimentos à cantora Rebeca Realleza, pela brilhante interpretação do nosso Hino Nacional.

Permita que eu repita as palmas, Rebeca! (*Palmas.*)

Eu informo que nós teremos duas Mesas, é importante lembrar.

Meu querido Theodoro aí, sempre presente, consultor que nos ajudou muito na construção do Estatuto da Igualdade Racial. É uma alegria te ver aqui! Você vai falar, como é decano aqui na Casa, na segunda mesa. Eu quero dar-lhe uma salva de palmas, como consultor da Casa, na construção do Estatuto e mesmo no debate da política de cotas. (*Palmas.*)

Só dei dois exemplos. Se eu for falar de todos, vão dizer que eu não vou dar a palavra à Mesa e só vou ficar te elogiando aqui.

Vamos, de imediato, aos nossos convidados. Lembro a todos que o Frei David, por ter um outro compromisso em seguida, importantíssimo, porque vai a um outro evento tratar de temas relacionados à questão racial, pediu que fosse o primeiro orador.

Então, passo a palavra, neste momento, ao Diretor-Executivo da ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), Reverendo Sr. Frei David dos Santos.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS (Para discursar.) – Estimado Senador Paim, demais Senadores que estão nas suas salas participando desta audiência e, de outras regiões, demais participantes em seus lares.

Para nós é uma alegria ver este evento acontecendo em sessão especial para homenagear o Dia da Consciência Negra e as entidades que estão lutando, dentro do possível, como a Fundação Palmares para gerar igualdade de oportunidades.

Nesta sessão solene, eu gostaria de dizer que nós, como entidades do movimento negro, e especialmente a coligação negra, decidimos entrar, nas próximas 48 horas, com uma queixa-crime no Conselho de Ética da Casa ao lado, da Câmara Federal, contra a atitude do Deputado Tadeu, do PSL de São Paulo, que quebrou o quadro que denuncia o genocídio da população negra. Nós entendemos que não dá para esconder de ninguém essa realidade.

Muitos documentos oficiais apresentam o alto grau de genocídio. Esse livro que estou trazendo aqui acabou de ser lançado recentemente, livro cujo título é *Cenas de um Genocídio*, e está disponível, portanto, nas livrarias.

E nós queremos, cada vez mais, patentear que nossa celebração do Dia da Consciência Negra é infelizmente marcada por nossos protestos e nossos gritos por direitos. Portanto, o Deputado Tadeu não vai ficar impune, porque nós vamos lutar intensamente para que a Comissão de Ética da Câmara faça com que ele pague caro por essa postura de discriminação racial grave, ao ofender e querer esconder a matança de jovens negros.

O segundo ponto, Senador Paim – e, aí, se você me permitir, eu peço que você leve para o seu gabinete ver a possibilidade de fazer uma audiência pública –, é o seguinte: o Brasil o Brasil, desde o tempo colonial até hoje, nunca organizou um sistema nacional de defesa de política de segurança pública. No entanto, para a nossa alegria, em 2018 foi criado o Sistema Único de Segurança Pública. Em 2018, foi criado o sistema, através da Lei nº 13.675, de 2018. Qual é a nossa angústia? Esse sistema não está funcionando, não está sendo levado a sério pelos vários órgãos do Poder Executivo. E nós pedimos, então, que o Senador Paim convoque uma audiência pública para avaliar como dar efetividade ao Sistema Único de Segurança Pública, porque isso vai enfrentar esse problema central que é a matança de jovens negros.



Então, Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já posso informar que vou acolher a sua solicitação. Vamos ver a data e marcamos a audiência pública.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Excelente! Então, isso merece palmas, pessoal! (*Palmas.*)

O Senador, mais uma vez, sendo bem eficiente nas demandas.

E terceira e última questão. Eu ainda estou muito chocado porque eu faço parte da comissão, do comitê de combate e controle da tortura, que acontece nos presídios brasileiros – inclusive, é a reunião para onde estarei indo em seguida. E nós temos visto, nos vários relatórios da equipe que está fazendo um trabalho de monitoria desses espaços de injustiça, o quanto cresce a injustiça contra os nossos irmãos presidiários. Já é uma tortura ser preso em uma situação em que não se respeita a dignidade humana. E nós queremos que todos aqueles que erram sejam presos, mas queremos que sejam respeitados como pessoa humana e não como bicho.

E, portanto, Senador Paim, nós estamos vendo que o sistema de prisão no Brasil passou a ser, de maneira oficial, mais um objeto de tortura do povo negro.

Em frente a esse fato, nós discutimos com várias entidades e vários movimentos da comunidade negra, para enfrentar isso de maneira cabal.

E aqui eu quero parabenizar e agradecer ao Partido Socialista Brasileiro, que emprestou a sigla para nós entrarmos no Supremo Tribunal Federal, e entramos agora, no dia 19. Entramos no Supremo Tribunal Federal com um processo contra o Governo brasileiro, frente ao alto grau de matança de jovens negros.

O nosso processo caiu na mão do Ministro Fachin. Já está, portanto, com o Relator, que é o Ministro Fachin, e nós fizemos um apelo agora, aqui nesta sessão solene do Dia da Consciência Negra, para que todas as entidades, não só da consciência negra, mas demais entidades dos direitos humanos, entrem nesse processo do Supremo Tribunal Federal contra a matança dos jovens negros. Entrem como amigo da corte. Então, qualquer entidade pode entrar, oferecendo subsídios aos ministros, para que façam um julgamento bom, honesto e qualitativo.

E concluo, dizendo da nossa alegria, porque não só dor trouxemos para esta sessão solene, mas também alegria. Alegria, Senador Paim, porque a nossa entidade, a Educafro, decidiu criar a Educafro Tech. Por quê? Veja só: nós, brasileiros, afro-brasileiros, somos 55,8% do Brasil. Senador Paim, no mundo da tecnologia, nós, afro-brasileiros, não chegamos a 2% – não chegamos a 2% no Brasil. Então, nós decidimos gerar esse instrumento, que é a Educafro Tech, que paga a jovens pobres, desempregados, para se prepararem para serem desenvolvedores, serem programadores de TI, e a gente disputar esse mercado, porque o futuro do mundo passa pela Tecnologia da Informação.

Então, que esta sessão atinja os seus objetivos, entre eles anunciar as coisas boas, bem como aquelas coisas pelas quais precisamos lutar. E volto a falar: entre elas, terminar com o genocídio da comunidade negra, dos jovens negros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Frei David.

Meus cumprimentos, mais uma vez, pelo seu trabalho na Educafro. Estamos juntos aqui, nessa caminhada contra o racismo, o preconceito, enfim, todo tipo de discriminação.



Eu vou, de imediato, passar a palavra à Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sra. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira.

Estou dando dez minutos para cada um – são duas Mesas – e eu farei o meu pronunciamento no final.

A assessoria me incomoda. Diz: "Fala no início, que a Casa está cheia". Para mim, não é importante a Casa estar cheia ou não. Vou deixar os convidados falarem e depois eu falo.

E quero, de Casa cheia, uma salva de palmas para a moçada toda presente aí, ao nosso Plenário aí. (*Palmas.*)

Um abraço, com carinho, nos meus amigos terceirizados aí, parceiros de todas as horas aqui dentro, viu?

Eu queria dar uma salva de palmas aos terceirizados que estão aí. (*Palmas.*)

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA (Para discursar.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente, requerente desta sessão em comemoração, Senador Paulo Paim, ao mesmo tempo em que cumprimento o Senador Rodrigo Pacheco. Gostaria de cumprimentar o Presidente da Fundação Cultural Palmares, o Sr. Vanderlei Lourenço; o Defensor Público Federal de Canoas, Sr. César Oliveira; a Coordenadora de Articulação Nacional de Psicologia, Sra. Márcia Maria da Silva; o Diretor Executivo da ONG Educafro, nosso queridíssimo Frei David, meu conhecido de longas datas e caminhadas; e a Vice-Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OAB/DF, Sra. Denise da Costa Eleutério.

Inicialmente, minhas senhoras e meus senhores, eu trago o cumprimento da Ordem dos Advogados do Brasil para esta iniciativa desta Casa na figura dos Senadores que eu já nominei no sentido de que é muito importante que tenhamos sessões e eventos desta natureza para, primeiro, declarar que Zumbi não morreu, que Zumbi está vivo, está vivo em cada um de nós, nas nossas lutas, na nossa resistência. Então, é importante que a cada ano reafirmemos esta assertiva.

Num segundo momento, eu gostaria de pontuar que, como Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade, que é outra estrutura que nós temos no seio da Ordem dos Advogados... Quem acompanhou essa trajetória sabe que não foi fácil estabelecermos no seio da OAB uma estrutura como essa, porque são temas que as pessoas não querem encarar, são temas que as pessoas não querem enfrentar, mas nós tivemos a sorte de, no ano de 2007, conseguirmos que um grupo de advogados baianos solicitasse ao então Presidente a instalação da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade, e conseguimos. Mas, para que os senhores tenham a noção exata de quanto é difícil nós tratarmos das nossas coisas, coisas que nos são caras, da nossa luta, nós não conseguimos a nomenclatura "racial". Ficou até a data de hoje: Comissão Nacional de Promoção da Igualdade. Mas nós não nos acovardamos e continuamos a tratar da questão racial... (*Palmas.*)

E isso nós temos feito. Agora, inclusive, eu estou retornando na terceira gestão, e nós estamos dando continuidade às pautas que iniciamos em 2007, dentre elas a questão da inserção na Ordem dos Advogados da disciplina das relações étnico-raciais.

Isso é necessário, minhas senhoras e meus senhores, porque a advocacia trata do Estado democrático de direito, mas essa questão racial, até 2007, não estava inserida na nossa pauta. E o advogado e a advogada precisavam enfrentar essa discussão de frente não só para saber recepcionar as demandas com esse tema, mas também para saber atuar em prol da sociedade



quando fossem vítimas do racismo, do preconceito e da discriminação racial. E, em razão disso, àquela época, nós contamos com a sensibilidade do então gestor e, para a nossa felicidade, nós tivemos essa comissão que não só tratou desse tipo de questão, como também tratou de uma questão que eu reputo uma das mais importantes que foi o enfrentamento da ADPF 186.

E, quanto à essa ADPF 186, de que todos os senhores seguramente que estão aqui têm conhecimento, nós sabíamos que era uma questão que a OAB ainda não tinha uma definição naquele momento, pelo menos, muito clara. E foi necessário um trabalho diuturno para que convencêssemos, pela primeira vez, a Ordem a assumir que estava enfrentando a pauta racial. E, assim, o próprio Presidente da Ordem entrou, ingresso com um *amicus curiae*, e nós, por sua vez, a convite da então Ministra Luiza Bairros, fizemos a defesa dos alunos cotistas da UnB e mais no Movimento Negro Unificado.

É importante que nós, pelo menos, coloquemos esse breve histórico, porque nós sabemos que as cotas, a despeito... E eu sei que o Frei David tem uma história muito longa nesta luta, e nós estivemos também sempre muito atentas desde a ADPF, ou melhor, muito antes da ADPF, mas sabemos que o Frei Davi sempre esteve muito atento. Mas é preciso que nós estejamos mais atentos que nunca hoje, porque nós estamos na iminência de esgotar o prazo, que é 2024.

E, a despeito de o IBGE trazer uma informação muita alvissareira, no sentido de que hoje as universidades têm um número extraordinário de negros – e que bom que temos esse número extraordinário –, contudo, eu vejo essas questões de uma forma cautelosa. Longe de mim estabelecer qualquer tipo de dúvida sobre um instituto de tanta credibilidade, de tanta seriedade. Contudo, eu tenho cautelas. E cautelas, porque eu não sei quais os critérios nem quais os vetores que sinalizaram esse tipo de pesquisa, e é importante que estejamos muito atentos.

E por que eu digo isso? Eu digo isso, porque as cotas foi um ganho muito caro para a população, para a comunidade negra. Evidentemente que, como ação afirmativa e medida reparatória, elas não se exaurem tão somente na inserção de negros e negras nas universidades; é evidente que não! Mas eu penso que nós precisamos muito estar atentos para que não tenhamos um retrocesso nesse particular. E as pessoas, às vezes, acham que já foi dado conta...

(Soa a campainha.)

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – ...
já foi dado conta dessa questão, mas eu penso que não, porque, enquanto nós não tivermos o mercado de trabalho para o negro garantido, inclusive para esses negros que se formaram através das cotas e que não estejam sendo absorvidos, até porque a escravidão de tão nefasta que foi, na verdade, criminalizou o mercado de trabalho negro. Então, nós precisamos, na verdade, trazer mais, ou melhor, agregar outras ações afirmativas, a exemplo da inserção do negro no mercado de trabalho, cujo ingresso nas universidades foi um primeiro passo – eu diria mais arrojado – que nós tivemos na sociedade brasileira.

A gente sabe, inclusive, que as cotas têm caráter temporário, mas eu penso que ainda precisamos das cotas para continuarmos não só povoando as nossas universidades, empretecendo as nossas universidades, como também precisamos que ela tenha uma consequência lógica, que é a absorção no mercado de trabalho.

Por esse motivo trabalhamos e nós sabemos, inclusive, que, enquanto negros que somos, nós trabalhamos mais, ganhamos menos, estamos muito mais expostos ao desemprego, somos mais pobres e os mais miseráveis. Por que estou dizendo isso? Estou dizendo isso para alertar que essa publicização do IBGE não deve nos fazer calar.



Assim, já concluindo, porque sei que há outros oradores... Mas eu sei que eu não poderia deixar de alinhar algumas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu lhe dei cinco minutos a mais, porque eu achei justo pela qualidade do pronunciamento.

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Então, esses alertas têm que ser considerados mesmo, porque essa mesma pesquisa diz que aumentou de 50 para 55, mas reconhece, diz que, perto dos 78,8 do conjunto de alunos nas universidades, nós estamos muito longe.

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, V. Sa., para mim, faz uma ponderação de equilíbrio, com muito cuidado, mas de alerta.

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Assim, eu valho-me desta tribuna para celebrar os avanços, mas também para denunciar o massacre quotidiano sofrido por nós que devemos analisar sob duas perspectivas. Uma delas são as perdas acumuladas: a escravidão nos deixou essa perda acumulada que não é essa sinalização estatística que vai nos fazer esquecer. É claro que não! Uma plateia dessa, seleta e de pensadores, inclusive seguramente não vai se deixar enganar por isso. Além dessas perdas, nós precisamos continuar atentos para as tendências preocupantes do futuro, que Frei David trouxe aqui com muita propriedade.

Perdemos quando ingressamos no país escravizados e, mesmo antes que existisse o mercado de trabalho formal, milhões de africanos e seus descendentes já haviam sido incorporados no mundo do trabalho no Brasil através do mercado de escravos. Então, a gente precisa estar atento a essas coisas.

A escravidão sempre atuou como fator de desqualificação do trabalho livre exercido pelo negro mestiço no Brasil, decorrente dos 388 anos de escravidão. "Assim, a evidência construída pela escravidão cristalizou-se na cultura brasileira como representação negativa do negro trabalhador, atuando ainda como fator discriminatório do negro no mercado de trabalho". Isso não sou eu quem diz, quem já dizia era o Prof. Ubiratan Castro, que dirigiu durante alguns anos a Fundação Cultural Palmares – e faço esse registro diante do atual Presidente da fundação.

Na outra ponta, devemos estar atentos também às tendências de evolução do mercado de trabalho, Frei David, em uma economia global. Está em curso uma intensa revolução tecnológica – parece que nós combinamos nesse particular –, em que constatamos cada vez mais...

(Soa a campainha.)

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – ... a necessidade da qualificação da mão de obra, cujo acesso está ficando cada vez mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora tem mais um minuto.

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Estou concluindo, Senador.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, tranquilamente.

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Só um segundinho. Em um minuto eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se precisar de dois também, eu vou dar, não tem problema não. (*Risos.*)

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – E por conta disto nos deparamos com o advento das máquinas inteligentes, substitutivas do trabalho humano.

Desse modo, o grande desafio será cada vez mais efetivarmos a reparação e incorporarmos na construção do futuro a população negra no mercado de trabalho.

E esse feito só se dará através de um grande pacto social – e é isso que eu trago para esta Casa, essa é a nossa sinalização final –, porque, com reivindicações isoladas, seja do movimento social em relação ao Estado, seja o conflito entre o capital e o trabalho, em face da complexidade a que as desigualdades chegaram, não caminharemos.

Assim...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – ... concluindo, hoje nesta Casa reafirmamos que só teremos êxito se conseguirmos uma negociação social entre os movimentos sociais, partidos políticos – e eu estou na mais alta Casa parlamentar do País –, sindicatos patronais e de empregados, Administração Pública, com vistas a pactuarem, segundo o Prof. Ubiratan Castro, a inclusão racial, em um novo contrato social no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos à Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sra. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira. Meus parabéns!

Frei David terá que se retirar, numa missão pela causa. Então, ficam nossas palmas. (*Palmas.*)

Passo de imediato a palavra ao Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Vanderlei Lourenço, que também pediu para usar da palavra nesse momento porque ele terá que ir para São Paulo imediatamente, mas vai deixar um substituto da fundação aqui.

O SR. VANDERLEI LOURENÇO (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente e requerente desta sessão de comemoração, em sua pessoa eu gostaria de agradecer também ao Senador Rodrigo Pacheco, meu conterrâneo, também requerente desta sessão.

Exma. Sra. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da OAB; Defensor Público Federal de Canoas (RS), Sr. César Oliveira Gomes; Sra. Márcia Maria da Silva, Coordenadora da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades da Região Centro-Oeste; Rev. Frei David, que acaba de, por necessidade de viagem, deixar esta sessão; e Sr. Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-DF, Sra. Denise da Costa Eleutério, nós estamos presentes em uma sessão de suma importância para a população negra brasileira. É uma sessão especial destinada a celebrar o Dia da Consciência



Negra, do Zumbi dos Palmares e também da Fundação Cultural Palmares, que temos a honra de presidir no presente momento.

É importante, quando nós nos referimos ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e mais do que isso, a todo o mês de novembro, quando temos uma extensa programação que acontece em todo o Território nacional voltada a comemorações, a celebrações referentes a essa data, lembrar que é uma data em que evocamos, Senador, uma expressão que é muito cara para a nossa gente: liberdade. E liberdade que está consubstanciada sobretudo naquela luta que foi travada lá no Estado de Alagoas, onde hoje nós temos o Parque Memorial Quilombo de Palmares, que é um parque que se encontra sob a gestão da Fundação Cultural Palmares, onde anualmente a Fundação celebra a consciência negra. Celebramos a liberdade do nosso povo que ainda nos dias de hoje batalha, trabalha em busca de liberdade. Hoje lutamos para que a nossa gente possa ter liberdade no campo socioeconômico, financeiro, liberdade de trabalhar contra a invisibilidade em que negros e negras ainda se encontram em nosso País, em nossa Pátria.

Há dois verbos são extremamente importantes de serem conjugados neste momento. Um, como já dissemos, é: celebrar – celebrar essa luta, celebrar conquistas, celebrar as vitórias que foram alcançadas até o presente momento. O segundo verbo é: refletir. É um momento de reflexão, é um momento em que nós buscamos fazer uma reflexão acerca dos avanços que temos alcançado através dessa luta inconstante que a população negra brasileira faz ao longo dos séculos, ao longo dos anos.

Nós da Fundação Cultural Palmares temos tido, nos últimos tempos, uma preocupação muito grande em trabalhar para que a nossa população possa sair desse estado de invisibilidade, trabalhamos para que a nossa juventude possa se capacitar, possa ter melhores condições de se formar, de se preparar para o mercado de trabalho.

Falamos sobre a necessidade de sair um pouco antes do término da sessão porque nós temos, hoje à noite, em São Paulo, uma sessão em que nós entregaremos títulos de formação de juventude negra da periferia de São Paulo, capacitando os nossos jovens para que possam entrar no mercado de trabalho através do mundo da cultura e das artes, que é a nossa missão principal, a nossa missão na Fundação Cultural Palmares.

Estamos fazendo hoje um levantamento das comunidades quilombolas. São 3,3 mil comunidades já certificadas até o presente momento em todo o Território nacional. Registre-se que essas comunidades, as pessoas que vivem no interior dessas comunidades sobrevivem numa situação de vulnerabilidade no seu mais alto grau e necessitam que as políticas públicas, as políticas governamentais cheguem até elas. Nós estamos hoje fazendo, Sr. Presidente, um levantamento junto a essas comunidades sobre a vocação econômico-financeira dessas comunidades, para que nós possamos, através dos organismos governamentais, fazer com que os moradores dessas comunidades possam sobreviver, possam se autossustentar a partir daquilo que é a sua vocação natural, trabalhando a formação da nossa juventude, preparando a nossa juventude para o mercado de trabalho, trabalhando a conscientização da nossa juventude.

Hoje, nós frequentamos, a população negra frequenta os piores índices da nossa sociedade. O jovem negro é o que mais morre e é o que mais mata no Brasil nos dias de hoje. São realidades que a gente precisa mudar, são realidades que a gente precisa trabalhar para que, no futuro, isso inexista em nosso meio. São resquícios de uma sociedade que, embora construída pela população negra, enfrenta um racismo em um grau elevadíssimo ainda nos tempos atuais.



Nesse trabalho que a Fundação Cultural Palmares tem feito, nós temos a certeza de que vamos colher frutos extremamente positivos no futuro. É para isso que a gente está trabalhando. E, quando falamos de liberdade, quando evocamos a importância do mês da consciência negra, esse momento de conscientização, de tomada de consciência por parte da nossa população da necessidade de se trabalharem as políticas públicas e de fazer com que as políticas públicas cheguem até a nossa população, esse é também um brado de nossa parte para que essa chaga do racismo seja banida da nossa sociedade, para que essa chaga que foi a escravidão jamais se repita em nenhuma parte do mundo.

Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estarmos nesta Casa Legislativa, a oportunidade de trabalharmos afinados com os Poderes da República no sentido de fazer com que a nossa população possa avançar, no sentido de que possamos conquistar uma igualdade de direitos efetiva na nossa sociedade.

Pedindo desculpa por ter de me retirar mais cedo, eu gostaria de chamar o meu Presidente substituto na Fundação Cultural Palmares, Marco Antônio Evangelista, para que ocupe, aqui na mesa principal, o espaço reservado à Fundação Cultural Palmares.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Está feito o convite já para o presidente substituto.

Esse foi o Presidente da Fundação Cultural Palmares, o Sr. Vanderlei Lourenço.

De imediato, convidamos o Sr. Defensor Público Federal de Canoas – é a minha cidade; deve ser uma questão meio bairrista aqui. Dizem que todo gaúcho é bairrista, mas não é verdade.

Por favor, Sr. César Oliveira Gomes, Defensor Público Federal.

O SR. CÉSAR OLIVEIRA GOMES (Para discursar.) – Exmo. Presidente, requerente desta sessão de comemoração, Sr. Senador Paulo Paim; Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sra. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira; Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Vanderlei Lourenço, que está nos deixando agora; Coordenadora da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades da Região Centro-Oeste, Sra. Márcia Maria da Silva; Diretor-Executivo da ONG Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), Reverendo Sr. Frei David dos Santos, que já nos deixou; Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-DF, Sra. Denise da Costa Eleutério, boa tarde.

No dia 13 de novembro de 2019 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou dados da pesquisa "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", dando conta de que, no mercado de trabalho, 68,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por pessoas brancas, enquanto apenas 29,9% eram ocupados por pessoas pretas ou pardas.

No que se refere à população subutilizada no mercado de trabalho – ouça-se subocupadas por insuficiência de horas, desocupadas ou com força de trabalho em potencial –, em que pese as pessoas pretas ou pardas representem 54,9% da força de trabalho, elas formavam dois terços dos subutilizados na força de trabalho em 2018, o equivalente a 66,1%.

Em relação à taxa de homicídio, entre as pessoas brancas ela foi de 16 para cada 100 mil habitantes, enquanto entre as pretas chegou-se a 43,4 para cada 100 mil habitantes – o ano de referência foi 2017.



Por fim, quanto à representação política, dos Deputados Federais eleitos no ano de 2018, tem-se o percentual de 24,4% de pretos ou pardos e 75,6% de brancos e outros.

Haverá quem diga que se trata de um problema socioeconômico, da questão da pobreza. E esse argumento, inclusive, foi enfrentado por ocasião da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186, em que se colocou que a questão do negro no Brasil era mais uma questão relacionada à pobreza, uma questão socioeconômica.

Pois bem. Neste ponto, concordamos com Stuart Hall, quando refere que "raça é a modalidade na qual a classe é vivida", porque sempre é preciso perguntar antes por que a pobreza assola a maioria da população negra no nosso País. Essa questão sempre precisa ter um recorte racial nas suas investigações.

O que se trata aqui, e isso também é um ponto importante de referir, sempre traz a questão de que no Brasil nós não tivemos um racismo porque não houve nenhuma segregação legal, sempre em comparação com os Estados Unidos da América ou até com a própria África do Sul. Só que o racismo no Brasil – para usar o termo da Prof. Lélia Gonzalez: racismo disfarçado – ocorre de uma forma que você não precise perquirir acerca da intencionalidade do ato de discriminar. Ele cresce a partir da construção de estereótipos negativos, de discursos de desumanização que penetram no seio das relações sociais das instituições públicas e privadas, formando mecanismos permanentes de discriminação, de subordinação e de segregação.

Então, o fato de não termos tido uma segregação legal – e esse tema também foi debatido na ADPF 186 – não significa que nós não tenhamos a questão racial ou não tenhamos a necessidade de dar um caráter racial a esses debates acerca da desigualdade social e econômica.

Nós estamos diante – e essa é a proposta da Defensoria Pública da União para este encontro e para os trabalhos que virão a seguir – do que se tem por racismo institucional. Nós trabalhamos bastante com a discussão acerca do racismo aberto, acerca do racismo individual, da intencionalidade do ato de discriminar, mas a Defensoria Pública da União tem entendido hoje que é preciso avançar em conceitos de racismos que por vezes penetram no seio das relações sociais mas não estão muito bem configuradas ou não estão muito bem visíveis para que possam ser combatidos.

O conceito de racismo institucional tem origem a partir de um livro chamado *Black Power*, dos ativistas do Movimento Panteras Negras, lá no final dos anos 60, Stokely Carmichael e Charles Hamilton. Para ambos, o racismo institucional trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas, em razão de sua cor, cultura ou origem étnica.

Essa realidade é muito enfrentada pela Defensoria Pública da União no cotidiano de suas atribuições. Dificuldades no âmbito das políticas públicas da saúde, da educação, das questões habitacionais: moradia; das questões voltadas ao sistema carcerário. Essa é a realidade que é trazida aos olhos dos Defensores, dos meus colegas por todo o Brasil. Todos os dias, bate à porta das unidades da Defensoria Pública da União essa realidade, majoritariamente prejudicando e invisibilizando a população negra no nosso País.

Anote que – e isso também é importante de lembrar – o Brasil já foi condenado no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no caso Simone André Diniz, pela prática, pela falência em conseguir investigar e punir atos de discriminação racial. À época, no relatório da Comissão Interamericana, a Cidh reconheceu que o racismo institucional é um obstáculo à aplicabilidade da lei antirracismo no Brasil. O tratamento desigual conferido aos crimes raciais no



País reflete na maneira como parte do sistema de justiça trata as denúncias de ocorrência de discriminação racial, mediante argumentos no sentido da ausência de tipificação do crime e dificuldades em provar a intenção discriminatória.

Enfim, a Defensoria Pública da União tem se preocupado com essas questões. É tempo de dificuldade, é tempo de luta, mas é tempo também de construir e de sonhar.

De acordo com a sua missão constitucional de promoção dos direitos humanos, a Defensoria Pública da União se coloca à disposição da sociedade, dos movimentos sociais desta Casa, das demais instituições do sistema de Justiça, para dialogar, fazer um diálogo um pouco mais profundo sobre essas interfaces do racismo: o racismo institucional, o racismo ambiental, o racismo estrutural. Esses racismos nem sempre estão visíveis.

Para tanto, há um grupo de trabalho específico na instituição para isso, o Grupo de Trabalho de Políticas Étnico-Raciais, que, no início do ano, lançou a campanha institucional, com vídeos explicativos, "Interfaces do Racismo". Os vídeos podem ser consultados, acessados e vistos no *site* da instituição.

A Defensoria Pública da União está atenta às questões voltadas aos estádios de futebol e anuncia que já está fazendo termos de cooperação com alguns clubes no Brasil, que vão ganhar notícia institucional com mais força, nos próximos dias, visando...

(Soa a campainha.)

O SR. CÉSAR OLIVEIRA GOMES – ... posturas, visando a corrigir algumas institucionalidades no seio dessas instituições, para combater o racismo institucional, o racismo que parte do seio do funcionamento de mecanismos dessas instituições.

Por fim, a Defensoria Pública da União viu com muita felicidade – e vai acompanhar – a proposição do PL 5.885, de 2019, há duas semanas, no âmbito da Câmara dos Deputados, que visa a estabelecer medidas para enfrentar o racismo institucional no âmbito da Administração Pública.

A DPU deixa aqui, Senador, um pedido para que, de acordo com a agenda, se possa promover uma audiência pública, convidando vários atores institucionais da sociedade civil, movimentos, para ampliar esse debate e dar esse tratamento, um tratamento diferente, um pouco mais profundo, a essa questão do racismo no seio das instituições, das nossas relações sociais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Defensor Público Federal do Rio Grande do Sul – ele é de Canoas –, Sr. César Oliveira Gomes.

Eu tenho uma relação muito boa com todos os defensores e defensoras do Brasil, porque é inegável: eles estão sempre na linha de frente para defender o setor mais vulnerável, e aí estão os negros e negras.

Já realizamos aqui uma, duas, três... Todo ano há uma sessão de homenagem aos defensores, e tenho, eu diria, pressionado muito o Executivo, para melhorar a estrutura da Defensoria, no sentido de que tenhamos mais defensores públicos em todo o Brasil e também com estrutura.

E, quanto à audiência pública, tranquilamente vamos marcar a data mais adequada, conforme o interesse de V. Sa.



Eu passo a palavra agora à Coordenadora da Articulação Nacional de Psicólogos e Psicólogas, Negros e Negras, Pesquisadores e Pesquisadoras de Relações Raciais e Subjetividades da Região Centro-Oeste, Sra. Márcia Maria da Silva.

A SRA. MÁRCIA MARIA DA SILVA (Para discursar.) – Boa tarde a todas e todos.

Eu vou cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem eu admiro muito. Eu já falei na outra sessão, que acompanho bastante o seu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E foi brilhante lá.

A SRA. MÁRCIA MARIA DA SILVA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Emocionou todos com conteúdo e sentimentos.

A SRA. MÁRCIA MARIA DA SILVA – É difícil para a gente ocupar essa tribuna. É a primeira vez que participo de uma solenidade como esta. Então, peço desculpas se eu não for tão brilhante quanto fui da outra vez.

Eu faço parte da Articulação Nacional de Psicólogos Negros. A gente já teve dois eventos nacionais. O primeiro evento foi na USP de São Paulo em que a gente pôde contar com 200 psicólogos – alguns psicólogos da América Latina –, que se reuniram na USP para debater assuntos afetos à população negra. A gente teve outro evento em Recife em 2014, que não foi tão representativo quanto o primeiro. E a gente agora está na luta para a construção de um terceiro evento aqui em Brasília em 2020.

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão em 1888. Os negros foram expulsos das fazendas, e não foi realizado nenhum trabalho de inclusão, compensação e/ou projeto de integração à sociedade ou ao mercado de trabalho.

Por um lado, o trabalho formal integrou os imigrantes europeus e, por outro, fechou as portas para a população negra.

Com o incentivo aos imigrantes europeus, efetivou-se a ideologia racista com base na crença na superioridade branca e na inferioridade das populações negras e indígenas. As exclusões geradas pela escravidão criaram uma ampla base de sustentação social, política, ideológica, religiosa e econômica, que foram transmitidas de geração a geração e realimentadas pela ação dos preconceitos e discriminações ao longo do tempo.

Nesse sentido, uma pesquisa do Instituto Ethos, ao avaliar os dados do perfil social e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil, ratifica que a população negra soma apenas 4,7% no quadro executivo das empresas de maior destaque nacional, sendo que as mulheres negras correspondem a 0,3%, ou seja, duas diretoras em 548 diretorias mapeadas.

Nessa mesma perspectiva, a bancada federal eleita para mandatos no período de 2019 a 2022 é composta por 71% de homens brancos. Registra-se ainda que não foi eleito nenhum Governador de Estado negro, assim como há a ausência de Ministro de Estado negro e Ministro do Supremo Federal negro.

No entanto, o Brasil simplesmente naturalizou o abismo que separa brancos de não brancos, mas esse olhar é apenas da população negra que olha e não se vê.

Esse é o resultado de um Estado que criou mecanismos eficientes para a manutenção de privilégios e exclusão das minorias, pois são estes poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – compostos quase que exclusivamente por homens brancos, que se reelegem



sucessivamente, que emitem as regras e definem, em última instância, quem deve nascer, viver e morrer.

O Atlas da Violência de 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, registrou, em 2017, 65 mil homicídios, sendo que 75,5% das vítimas eram pessoas negras.

Cabe mencionar que, a cada 23 minutos, morre um jovem negro no Brasil. Acrescente-se a isso que as mulheres negras são as mais vitimadas pela violência doméstica, pela obstetrícia e pela mortalidade materna. O genocídio de jovens negros mostra a eficiência do Estado em relação aos corpos negros. A violência tornou-se um espetáculo midiático e assistimos, com frequência, corpos negros chacinados, arrastados por carros policiais, queimados, aniquilados, atingidos por balas perdidas, transportados como lixos em carrinhos de mão ou abandonados em terrenos baldios.

Essa fragilidade da população negra é o somatório do racismo à brasileira. Ele se manifesta na ausência de pessoas negras em espaços de liderança e poder. Ele se manifesta na ausência de pessoas negras em profissões de prestígio. Ele se manifesta nos olhares inquisidores de corpos negros em espaços eleitos como sendo da branquitude. Ele se manifesta por meio da violência diária que produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais. Ele esteve presente ontem no período da escravidão, quando os corpos negros eram coisas a serem comercializadas. E ele está presente agora nas violências físicas e simbólicas que marcam indelevelmente os corpos negros.

Segundo o Psicólogo Lucas Veiga, esse sofrimento psíquico da população negra não é da ordem da intimidade; ele é político. O País adotou a supremacia branca, formada pelo imaginário eurocêntrico colonizador, que transforma a população negra no outro, no estereótipo, no subalterno, naquele que não é capaz de produzir conhecimentos, de trabalhar em posição de igualdade, de elevar o País a outro patamar. Como bem disse Fanon: "Apesar de tudo, recuso com todas as minhas forças esta amputação. Sinto-me uma alma tão vasta quanto o mundo". E prossegue: "Eu sou dádiva, mas me recomendam a humildade dos enfermos".

As organizações públicas e privadas rejeitam a diversidade racial, étnica, de gênero, de orientação sexual, entre outras. E a ausência da pluralidade nesses lugares impossibilita a reflexão e a criatividade. Ouso ainda afirmar que o Brasil jamais será grande sem acolher a diversidade que o compõem, porque, nesse jogo antidemocrático, todos perdem, absolutamente todos perdem! Os impasses raciais penetraram profundamente na psique de brancos e não brancos, na população negra, na forma de branqueamento estético biológico e social, com um modelo de beleza, comportamento moral, mentalidade, etiqueta assimilados por meio de um modelo branco europeu, e, no branco, o medo do outro e o desejo de eliminação física e simbólica desse outro.

O impacto do racismo nas subjetividades negras vem sendo apreciado por vários pesquisadores ao longo dos anos, entre eles Frantz Fanon, Psiquiatra francês que escreveu, em 1940, *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Atualmente essa obra é referência em estudos de saúde mental da população negra. Virgínia Leone Bicudo, Psicanalista que redigiu a primeira tese sobre relações raciais no Brasil, em 1930, que apresentou como resultado que, mesmo quando diminuem as diferenças sociais, o preconceito de cor permanece. Neusa Santos Souza, psicanalista, autora do livro *Tornar-se Negro*, em 1980; Isildinha Baptista Nogueira, psicanalista, que escreveu a tese *Significações do Corpo Negro*; e Wades Nobles, psicólogo negro americano que instituiu a psicologia preta – teorias e práticas em psicologia clínica fundamentadas nas subjetividades negras e a ancestralidade africana.



Segundo Souza, por exemplo, em uma sociedade racista uma pessoa negra poderá ser conduzida a rejeitar a si mesma em função das experiências de discriminação que vivencia. Assim, a identidade negra é uma construção e muitas vezes, o caminho dessa transformação e tomada de consciência é longo e doloroso. Nessa mesma perspectiva Nobles afirma que simplesmente não conhecer, não admitir ou negar ser africano limita nossa capacidade de curar a nós mesmos e de compreender nossa conexão humana, assim como limita nossa capacidade de cuidar uns dos outros e de curar uns aos outros. Por isso, apresenta para o psicólogo negro com o paciente negro a pulsão palmarina, em referência ao Zumbi dos Palmares, que representa o desejo de ser africano e livre.

Por isso, convida a população negra para o exercício de pensar, criar, agir, participar e transformar a sociedade e, assim, recusar os conhecimentos culturais, intelectuais e políticos que tentam nos aprisionar em um não lugar, em um não ser, em um não pertencimento, promovendo assim a descolonização do pensamento e do inconsciente.

Recontar a história do Brasil de um ponto de vista não racista é um trabalho para várias gerações e exige letramento racial. Nesse sentido, profissionais diversos como sociólogos, psicólogos e educadores, pessoas negras e brancas comprometidas com um projeto de sociedade plenamente democrática, em que os indivíduos possam ter acesso a direitos iguais já iniciaram suas reflexões sobre novas formas de vida, de produção acadêmica e prática profissional.

São exemplos dessas iniciativas: os cursos de introdução a Psicologia preta ministrados pelo Lucas Veiga, a Roda de Conversa de Homens Negros realizadas em Brasília e coordenadas por Vinicius Dias; as discussões sobre branquitude realizadas pela psicóloga Lia Vainer; os escritores negros que têm trabalhado para romper a manutenção do racismo na literatura brasileira como Conceição Evaristo e outros.

(Soa a campainha.)

A SRA. MÁRCIA MARIA DA SILVA – Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai tranquila, tranquila, como foi na CDH.

A SRA. MÁRCIA MARIA DA SILVA – O atendimento prioritário a pessoas negras pelo Instituto Amma Psique e Negritude, em São Paulo; a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades, que sob a coordenação da psicóloga e psicanalista Maria Lúcia da Silva vem fomentando em todo país a produção de conhecimentos e a ação política sobre o impacto do racismo na construção das subjetividades e nas relações raciais.

Os dias atuais são desafiadores. Nesse aspecto, as decisões a serem tomadas por cada um poderão determinar o caos ou a paz e a prosperidade. Que possamos ficar com a segunda opção!

Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos à coordenadora da articulação nacional de psicólogos que trata desse tema, nossa querida Márcia Maria da Silva, que foi brilhante como foi na Comissão.

Para concluir essa Mesa, vamos passar agora a palavra à Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/DF, Sra. Denise da Costa Eleutério.

Eu só queria, enquanto V. Sa. vai à tribuna, registrar a presença do Embaixador da República Árabe da Síria, Sr. Mohamad Khafif. Acertei essa pronúncia? (*Pausa.*)



O.k. Está lá atrás.

Registrarmos também a presença do Embaixador da República do Zimbábue, Sr. Gumisai Gideon Gapare. (*Palmas.*)

Bem-vindos! Palmas a ambos.

Ao Coordenador Geral de Estratégia da Fundação Cultural Palmares, cujo Presidente usou da palavra, Sr. Rogério Cósé, e também ao Vice-Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Marco Antônio Evangelista, meus cumprimentos a ambos. (*Palmas.*)

Por favor, Sra. Denise da Costa Eleutério, Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/DF.

A SRA. DENISE DA COSTA ELEUTÉRIO (Para discursar.) – Boa tarde, senhoras e senhores! Quero cumprimentar a Mesa, já agradecendo ao Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, cumprimentar a Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sra. Silvia; o Defensor Público Federal de Canoas, Sr. César Oliveira Gomes; o Vice-Presidente da Fundação Cultural Palmares, Sr. Marco Antônio; a Coordenadora de Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es), Sra. Márcia.

Eu sou Denise da Costa Eleutério, sou a Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/DF – a Presidente é a Dra. Josefina Serra – e estou muito feliz de estar aqui hoje, principalmente falando em nome da OAB/DF. Nessa situação, já gostaria de deixar a comissão à disposição. Nós temos mais de 30 membros, e os membros que nós temos lá não são só advogados, nós temos psicólogas também, porque nós entendemos a necessidade de haver outros ramos juntamente com a gente.

Sou mulher negra, filha, professora, advogada e esposa. Quando falo de mulher negra trago comigo toda a ancestralidade de pessoas que me antecederam e sofreram por serem escravizadas, desumanizadas e violentadas de diferentes formas e as mais cruéis possíveis. Porque a nossa cor fala, o nosso cabelo fala, e as nossas características falam.

Por estar aqui hoje fazendo parte desta Mesa preciso ser grata, e muito grata, às pessoas que lutaram fervorosamente para o reconhecimento do povo negro.

Falo aqui de Zumbi dos Palmares, Dandara, Esperança Garcia, Abdias do Nascimento, Luís Gama, Angela Davis, Carolina de Jesus e muitas outras.

Essas pessoas fazem parte da nossa história e deveriam ser estudadas por nossos alunos.

A questão do racismo no nosso País tem uma peculiaridade muita específica. Os vestígios deixados pela escravidão estão espalhados por todos os setores, como já foi dito por vários de vocês. É de suma importância que a história e a realidade da formação do povo brasileiro seja contada através do nosso olhar em resgate histórico a fim de produzir conhecimentos, atitudes e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade ético-racial.

Tivemos o dia 20 de novembro. Esse é um dia de luta e de reflexão, uma reflexão que deveria ser feita durante o ano inteiro, e não só em um dia, lembrando que o respeito e o direito são extremamente necessários dentro de uma sociedade plural como a nossa. Cito aqui uma frase de Nelson Mandela: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, pela sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar".

Acredito na educação como um meio de transformação, de mudança de comportamento. Falo isso porque fui professora de escola pública durante 30 anos. Eu acredito na educação.



Nós temos uma legislação vasta, mas, por incrível que pareça, ainda há pessoas que são discriminadas, sofrem preconceito racial, e não percebem. Ontem mesmo eu recebi pelo WhatsApp uma denúncia. A pessoa me falou... Não tem prova nenhuma, mas veio procurar a gente. Por isso nós, como advogados... Muitas pessoas falam para mim: "Você é uma referência, porque é uma negra, uma mulher negra. Você tem que ir à periferia falar com os nossos alunos para que eles possam reconhecer que o lugar deles é qualquer lugar que eles queiram, que desejem". (*Palmas.*)

Então, é uma responsabilidade nossa, como advogados, também levar essa legislação para essa comunidade que muitas vezes não sabe, não tem coragem de denunciar.

O racismo é estrutural, é institucional. Encontra-se presente em todas as relações sociais, produzindo a desigualdade naturalizada pelas ausências nos espaços. Muitas vezes eu fui a única em vários espaços: fui a única numa sala de uma faculdade, fui a única em algum restaurante. Isso tornou-se natural. E aí torna-se natural o racismo também.

Os últimos dados, como já foi falado muito bem pelos senhores, revelam a desigualdade entre negros e brancos, nas questões da violência doméstica, da taxa de desemprego, dos homicídios, dos feminicídios, da evasão escolar, da remuneração salarial.

Vimos que a população negra corresponde a mais de 54% dos brasileiros, e a luta contra a desigualdade está longe de terminar.

Da discriminação, seja ela qual for, só sabe quem a sente na pele, e, no caso de nós negros, é na pele mesmo! Observamos que, no Brasil, a discriminação não é só pela raça, a discriminação é pela cor da pele, mais clara ou mais escura, pela classe social, pelo gênero e pelos ideais.

Termino aqui, dizendo que a Comissão da Igualdade Racial da OAB/DF vem pautando o seu trabalho justamente no esclarecimento da comunidade e dos alunos de periferia sobre as questões raciais. Nós nos colocamos já à disposição para atender e orientar quem precisar.

Nós nos colocamos à disposição também da OAB Nacional para fazermos juntos o trabalho e um Brasil melhor.

Vou terminar, lendo aqui uma poesia feita pela nossa escritora Neusa Maria, que está aqui na plateia. Ela é escritora, é psicóloga e faz parte, como membro consultora, da nossa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Onde está a Neusa Maria?

A SRA. DENISE DA COSTA ELEUTÉRIO – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode levantar para ser reconhecida, antes de ela ler a poesia. (*Palmas.*)

A SRA. DENISE DA COSTA ELEUTÉRIO – Ela é da nossa comissão.

20 de novembro

Uma enorme mancha foi deixada

Que sofrimento a escravidão

Milhares de vidas ceifadas

Subjugo e humilhação

O crime que foi cometido

Por uma suposta hegemonia

Horrores de guerras!

Rotinas dos negros em seus dias!

Tratados como subumanos

Acorrentados em seus grilhões



Chicotadas nos troncos!
 Torturados em suas prisões!
 Será que fomos libertos?
 O racismo ainda está aí!
 Os brancos que nos escravizaram
 Não mudaram nada por aqui!
 Os danos psicológicos
 São resquícios da servidão
 Até mesmo o processo civilizatório
 No Brasil tem limitação!
 Não podemos aceitar o racismo!
 A coerção gera apartação
 Precisamos condenar
 Para não naturalizar!
 Queremos ouvir a sua voz
 Cadê o lugar de fala?
 Os negros são extermínados
 E os brancos veem TV na sala!
 Os anos que se passaram
 Não apagaram a dor, a tristeza, a tortura
 O sofrimento não acabou
 Hoje é 20 de novembro, aniversário de Zumbi
 O Dia da Consciência Negra se celebra por aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/DF, Sra. Denise da Costa Eleutério.

Eu vou convidar os senhores e as senhoras a que retornem ao Plenário, com uma salva de palmas do nosso Plenário. (*Palmas.*)

E vou de imediato chamar a segunda Mesa.

Antes da segunda Mesa, vai usar a palavra... A relação da segunda Mesa a Assessoria já me entregou, mas ela foi alterada.

Eu convido para usar da palavra neste momento o nosso querido Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Enquanto o Sr. Wellington Fagundes vai à tribuna, eu já chamo a segunda Mesa.

Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sr. Esequiel Roque do Espírito Santo. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Subprocuradora-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, Sra. Edelamare Barbosa Melo. Por favor. (*Palmas.*)

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Sorbonne, em Paris, e Consultor aposentado do Senado Federal, um dos que nos auxiliou muito na construção do Estatuto da Igualdade Racial e também no debate da política de cotas, Sr. Mário Lisboa Theodoro. Consultor do Senado. (*Palmas.*)



Professor de Filosofia e Bioética da UnB (Universidade de Brasília), Sr. Wanderson Flor Nascimento. (*Palmas.*)

Convidamos a Especialista em Políticas Culturais de Base Comunitária pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-IberCultura Viva), Sra. Jackeline Silva. (*Palmas.*)

E por fim... Ele não queria nem falar. Eu o vi no Plenário e disse: "Mas de jeito nenhum!". Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, no período de 2005 a 2006, advogado – claro, ele atua em todas as áreas, mas principalmente nas causas de combate ao racismo e preconceito – e professor, Sr. Hédio Silva. (*Palmas.*)

Como é que vem a Brasília e não vai falar em uma audiência que eu estou presidindo? De jeito nenhum!

Por favor, meu querido Wellington Fagundes, a palavra é sua, para as suas considerações iniciais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Meu companheiro, querido amigo e querido por toda esta Casa, por todo o Congresso Nacional, uma referência nacional, Senador Paulo Paim, proponente desta sessão, eu quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os membros das duas Mesas.

Quero cumprimentar a primeira Mesa na pessoa da Sra. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da OAB.

Da mesma forma, cumprimento aqui o Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Quero dizer que este ano eu sou Relator Setorial do Orçamento exatamente dessa área, com a Ministra Damares. Então, quero me colocar à disposição para que a gente possa fazer um trabalho conjunto.

Ela, inclusive, já confirmou a presença lá na minha cidade natal, Rondonópolis, agora no próximo dia 12, já que Rondonópolis faz aniversário dia 10 de dezembro, e dia 12 ela estará lá com todos do Ministério e também implementando algumas políticas no sentido de diminuir as desigualdades sociais.

Sr. Presidente, quero aqui começar o meu pronunciamento dizendo que "Ninguém nasce odiando o outro pela cor de sua pele ou por sua origem ou sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar". Com essa célebre frase de Nelson Mandela, inicio o meu pronunciamento.

Nessa semana em que lembramos os anos de exploração e opressão da raça negra no Brasil, quero lembrar quantas lutas e avanços ainda temos a conquistar no sentido de tornar a sociedade mais igualitária num País marcado pela origem diversificada de sua população.

Esses avanços devem incluir ações governamentais que principalmente possam garantir direitos de parcelas excluídas; ações que possam garantir uma relação de paridade, equidade e justiça, onde as oportunidades sejam iguais para todos, promovendo a inclusão de grupos que, historicamente, não tiveram seus interesses representados no espaço do poder.

Mato Grosso, o meu Estado, o qual tenho a honra de representar, depois de seis mandatos consecutivos como Deputado Federal e agora como Senador da República, é um dos espaços mais negros do Brasil e tem sua história marcada pela luta e pela conquista de direitos tão fundamentais, como o reconhecimento e a titulação de áreas de quilombos.



Existem hoje pelo menos 128 quilombos no Estado. Alguns já com a devida certificação pela Fundação Palmares, mas o processo de titulação continua parado em outros órgãos do Governo Federal.

Quero dizer inclusive, Senador Paulo Paim, que estou relatando o PLN 40, que trata exatamente da repatriação dos recursos da Petrobras, e por decisão do Supremo Tribunal Federal, parte desses recursos, dois bilhões, um bilhão vai para a educação e esse outro um bilhão e duzentos, aproximadamente, irão para áreas da defesa e principalmente para a Amazônia, onde nós estamos enfocando a questão da regularização fundiária.

Creio que no meu Estado, o Estado de Mato Grosso, com a regularização fundiária nós podemos promover uma revolução econômica, mas também uma revolução social, exatamente porque todos esses quilombos lá estão há séculos dependendo de uma documentação, e o cidadão, após ter o seu documento, passa a ter autonomia, passa a ter acesso ao crédito, passa a ter oportunidade de gerar emprego e gerar renda.

Por isso, acredito que também com essa Relatoria estarei ajudando a promover mais igualdade social no meu Estado. (*Palmas.*)

Quero lembrar, apenas para exemplificar, que Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a primeira capital de Mato Grosso, é uma cidade – já disse aqui, juntamente com Paim – projetada em Portugal para ser a primeira capital fluvial do Brasil, na nossa costa fluvial. E essa cidade é uma das cidades marcadas pela existência de movimentos negros pela liberdade. Tanto é, que produziu para o Brasil uma das nossas heroínas, Teresa de Benguela, que liderou um desses quilombos e se tornou figura nacionalmente reconhecida, pela sua garra e pela sua coragem, pela força da mulher, pela resistência da mulher. Então, é um exemplo que Mato Grosso traz para o Brasil e para o mundo.

E ela, com a sua força, representou ali também a resistência do negro, e, hoje, Vila Bela da Santíssima Trindade ainda é uma cidade que tem a maioria da sua população composta de negros, negros orgulhosos... A gente vai lá, à festa, todos os anos, e demonstram exatamente a alegria também, mas a alegria através da resistência, mostrando a sua cultura e a sua força.

E, assim como Teresa de Benguela, certamente temos outras lideranças que comandaram os quilombos.

Hoje, outros homens e mulheres continuam nessa luta pelo reconhecimento de seus direitos, como é o caso de Gonçalina de Almeida, professora lá no quilombo de Mata Cavallo, um dos quilombos mais conhecidos do nosso Estado, lá no Município de Nossa Senhora do Livramento, a 40km de Cuiabá, onde nasceu Roberto Campos, essa figura que também teve uma importância muito grande na economia nacional.

Esta semana, no Bloco Vanguarda, estava lá o Roberto Campos Neto, e nós relembrávamos de alguns atos, principalmente da vida de Roberto Campos, na campanha para Senador. Está lá, na sua comunidade, passando aos seus descendentes essa história de luta, que inclui a implementação da Lei 10.639, de 2003, que trata de incluir, na rede de ensino, o conhecimento sobre as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira.

E aqui eu faço questão de abrir um parêntese e fazer uma homenagem ao meu amigo de infância, o Dr. Prof. Walfredo Brito, e à família Conrado Sales Brito, que abrigou a minha mãe. Quando saiu da roça, estava numa situação praticamente para perder a vida. Ela, que saiu viajando num cavalo, já grávida, com gravidez bem avançada, e, após uma noite nessa viagem, chegou, no outro dia, a Rondonópolis, a minha cidade natal – que ainda não era uma cidade; era



uma comunidade que estava começando a surgir –, e, lá, um vendedor – que a gente chamava de vendedor ambulante, o mascate, que era amigo... O mascate se tornava o amigo da família. E ele disse: "Olha...". O meu pai, que era o João Baiano, saiu da Bahia para Mato Grosso a pé. Então, ele disse: "Olha, essa menina não pode ficar. Ela vai morrer".

Quando chegou à cidade, após bater a barriga na cabeça do arreio, por toda essa viagem, a criança já estava morta. Teve que fazer o aborto, e foi exatamente o Conrado Sales Brito o primeiro doutor da cidade. Ele era um farmacêutico formado no Rio de Janeiro, ainda com os laboratórios, e manipulava os produtos ali...

Com isso, então, fixou a minha família na cidade de Rondonópolis, e, hoje, Rondonópolis é a primeira cidade do interior de Mato Grosso em renda, em desenvolvimento... Estamos criando agora a segunda universidade federal de Mato Grosso, exatamente na força, inclusive com o apoio do Prof. Walfredo Conrado Sales Brito, que é doutor e que, com certeza, também foi um grande companheiro, e a sua família toda, formados e, principalmente, forjados na educação e no trabalho.

E aproveito esta ocasião especial para reafirmar o meu apoio e...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... compromisso firmado pela União dos Negros pela Igualdade, na minha cidade, a Unegro, entidade suprapartidária que existe há 30 anos e que, em Mato Grosso, é coordenada pela Luzia Aparecida do Nascimento, esposa do meu segundo suplente Senador. Ela tem se dedicado à luta contra o preconceito, contra a violência, e em favor da igualdade.

Em nome dos homens e das mulheres, quero dizer que não podemos nos calar. Devemos e vamos seguir enfrentando de forma determinada o abismo racial que teima em persistir diante da humanidade. A discussão em torno das questões como o racismo, a discriminação e a violência deve estar sempre presente até que conquistemos uma sociedade mais justa e igualitária.

Encerro o meu pronunciamento da mesma forma que comecei, com uma citação que fala muito ao meu coração e me encoraja na defesa dessa bandeira – e falo também como neto de uma negra índia com toda a sua história de resistência também. É uma frase do psiquiatra, professor e escritor brasileiro Augusto Cury, que diz:

Acima de sermos negros, brancos, árabes, judeus, americanos, somos uma única espécie. Quem almeja ver dias felizes precisa aprender a amar a sua espécie (...). Se você amar profundamente a espécie humana, estará contribuindo para provocar a maior revolução social da história.

Sr. Presidente, eu encerro, agradecendo a oportunidade de estar aqui e faço um convite a V. Exa. para que esteja no Mato Grosso. No Mato Grosso, hoje, nós passamos por um novo processo de desenvolvimento. Inicialmente foram para lá – exatamente essa história que contei aqui –, na fundação da nossa primeira capital, os negros; depois, os bandeirantes; e, depois, os sulistas e também os nordestinos. Hoje nós somos muito gratos não só aos sulistas, que para lá foram, mas aos sulistas como V. Exa., que aqui é para nós uma referência no Congresso Nacional.

Parabéns! Felicidades! Que Deus o continue iluminando para que tenha essa capacidade de agregação, sempre através do diálogo, buscando aqui a convergência nos assuntos mais importantes desta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes, cumprimento muito V. Exa. Foi um prazer ouvi-lo.

Todos sabem da minha posição. Eu só acredito que o Brasil será um país de primeiro mundo quando efetivamente brancos – permita que assim eu o localize agora pela figuração – e negros souberem caminhar juntos. Aí, sem nenhum tipo de preconceito, nós seremos um País de primeiro mundo. Até lá não o seremos. E aqui os painelistas estão demonstrando isso.

Meus cumprimentos a V. Exa. por ser o primeiro Senador a falar nesta sessão. (*Palmas.*)

De imediato, passo a palavra ao Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sr. Esequiel Roque do Espírito Santo.

Seja bem-vindo! A palavra é sua. (*Palmas.*)

O SR. ESEQUIEL ROQUE DO ESPÍRITO SANTO (Para discursar.) – Muito obrigado.

Primeiramente, eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Presidente e requerente da sessão de comemoração, o Sr. Senador Paulo Paim. Deixo já o abraço da nossa Ministra do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Sra. Damares Alves, que tem uma grande admiração pela sua pessoa.

E quero saudar, em comemoração a essa data tão importante, e lembrar o nome de duas pessoas que têm marcado a história da minha vida e que eu acho que devem ser lembradas... Eu prefiro lembrar dos vivos a lembrar dos mortos – e respeito muito os mortos –, mas quero lembrar agora da pessoa, a qual eu saúdo, o Sr. Hélio Fernando Barbosa Lopes, Deputado Federal, também conhecido como Hélio Bolsonaro, negro como eu. Eu quero saudar também a pessoa do Sr. Raul Botelho, que é Tenente-Brigadeiro do Ar, Chefe do Estado-Maior do Conjunto das Forças Armadas, que é negro também, como eu. E eu quero lembrar dessas pessoas, porque essas pessoas acreditaram que a história da vida deles poderia mudar, poderia ser diferente.

Nós estamos ouvindo, durante toda esta semana, muitas histórias, muitas falas, muitas palavras que nos deixam emocionados, nos deixam impactados, nos deixam tristes, mas eu penso que este dia, esta semana, que é uma semana em que celebramos a consciência negra, é uma semana em que devemos refletir e pensarmos um pouco mais sobre a nossa situação: quem somos nós, ou quem éramos nós; quem somos nós e quem seremos nós. Nós ouvimos palavras esta semana muito faladas, como luta, escravidão, sofrimento, dor, resistência e tantas outras palavras. Algumas delas não são muito agradáveis a nós, ao nosso psiquismo, não nos trazem muita motivação, muita satisfação, mas eu quero trazer a vocês palavras que são palavras que podem nos empoderar, palavras, como força, como liberdade, como esperança, como superação, que podem trazer a nós um sentimento mais nobre e de que nós podemos, nós podemos ir além.

Eu gosto muito da diferença entre as duas palavras que nós temos usado na nossa Secretaria de Igualdade Racial. A primeira palavra que era muito usada era resistência. E nós estamos fazendo uma migração da palavra resistência para a palavra resiliência. E eu trago essa palavra resiliência, como uma palavra forte para nós. A resiliência, diz o dicionário brasileiro, é a capacidade de o indivíduo lidar com os problemas, adaptar-se à mudança e superar obstáculos. Então, essa capacidade resiliência, essa capacidade de superar obstáculos é o nosso grande desafio, é o nosso grande desafio como população negra, afrodescendente na Nação.



Nós temos um desafio enorme, nós temos uma resistência muitas vezes por parte de muitas pessoas quem ainda lutam, ainda vivem com essa ideia do racismo nas suas cabeças e que praticam esse tipo de ato, e nós podemos mudar essa história. Nós população negra, nós população afrodescendente da Nação brasileira temos que assumir o nosso papel, temos que acreditar em nós mesmos, temos que lutar com todas as nossas forças, temos que nos unir para, juntos, podermos mudar essa história. E, nessa história, a mudança começa dentro de cada um de nós, a mudança começa quando nós reconhecemos quem nós somos e vamos lutar para quem um dia seremos. Nós vamos conquistar o nosso espaço, nós vamos conquistar aquilo que temos para conquistar se nós acreditarmos em nós mesmos.

Eu agradeço muito esta oportunidade e digo que esse Governo, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, tem lutado para que se cumpram o art. 2º e o art. 4º. Eu acho que esses dois artigos são os que mais me marcam no Estatuto da Igualdade Racial. E eu vi muitas vezes o nosso Presidente falar sobre isto: a garantia de igualdade de oportunidades.

Se nós trabalharmos em cima desses dois artigos, garantindo à população negra do nosso País a igualdade dessa igualdade de oportunidade – art. 2º e art. 4º do Estatuto da Igualdade Racial –, nós estaremos mudando a história da nossa Nação brasileira. E este é o alvo deste Governo, este é o alvo da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial: trabalhar com essa ideia de dar oportunidade a toda a população brasileira e aqui, neste caso em especial, da população negra e dos povos e comunidades tradicionais da nossa Nação brasileira.

Eu termino esta fala agradecendo por esta oportunidade e dizendo que nós estamos, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, abertos ao diálogo, abertos a receber cada um vocês, abertos a contribuir, para que juntos possamos construir uma política que faça uma diferença. E já estamos fazendo diferença, já estamos vendo muitas coisas boas acontecendo. A população negra está sendo beneficiada em muitas áreas, e muitas coisas ainda acontecerão para que possamos ver uma mudança realmente e uma igualdade de oportunidade acontecendo na nossa Nação.

Eu termino citando uma frase de Martin Luther King, que diz assim: "A escuridão não pode expulsar a escuridão; apenas a luz pode fazer isso. O ódio não pode expulsar o ódio; só o amor pode fazer isso".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Sr. Esequiel Roque do Espírito Santo.

De imediato, Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho, Sra. Edelamare Barbosa Melo. (*Palmas.*)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas!

Eu, pela primeira vez na vida, vou fazer questão de ler, porque eu não quero que nesta minha apresentação aqui, neste momento, nesta data tão significativa, me escape nada que machuca meu coração, que machuca minha alma, que machuca a minha identidade, que machuca o meu pertencimento, que me causa indignação como ser humano. E, antes de fazer isso, digo aos senhores que é a primeira vez, porque eu quero que fique registrado.



Vai agradar a alguns, vai desagradar a muitos, e tudo já começa pelo título: "É fato! É trama!".

Antes de mais nada, eu quero pedir licença aos nossos ancestrais e orixás. Eu sou filha de santo de Xangô e Oyá, sou candomblecista com muita honra. Sou batizada também na Igreja Católica, mas encontrei o meu caminho dentro do candomblé.

Saúdo a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, agradecendo o convite para compartilhar este momento com todos os que integram esta Mesa e com todos que estão aqui presentes, em especial o meu caro, dileto amigo e companheiro Prof. Hélio.

O tema da minha intervenção é: "É fato! É trama!". Os senhores e as senhoras entenderão o porquê desse título a tempo e modo.

No dia 20 de novembro, em alguns Estados da Federação, foi celebrado o Dia da Consciência Negra, que, por óbvio, é destinado fundamentalmente aos não negros, porque, em relação a estes, há um déficit de consciência do que foi, e é, o processo de escravização no Brasil, mascarado sob a apologia de uma pseudodemocracia racial e religiosa.

Neste contexto em que os fatos desmentem o imaginário de alguns, o Ministério Público do Trabalho, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União e com o apoio da Escola Nacional de Aperfeiçoamento da Magistratura Trabalhista, da OIT, do Unicef e do Coletivo de Entidades Negras, realizou o 1º Simpósio Internacional "Indígena, Negro/a, Quilombola, Religioso/a de Matriz Africana. Da Ancestralidade ao futuro", evento que teve por objetivo discutir um problema comum a todos esses coletivos: o preconceito, o racismo, a intolerância e a discriminação, que dispensam adjetivos porque simplesmente são. Racismo é racismo, preconceito é preconceito, discriminação é discriminação e intolerância é intolerância, e basta.

Este dia 20 de novembro é emblemático para a população negra – pretos e pardos. É um momento de afirmação – ou deveria ser – de sua identidade, de deixar às claras sua exigência de respeito pelo tudo que foram, são e serão para o Estado brasileiro.

Mas não é fácil celebrar esse dia, em relação ao qual não são poucas as resistências, fundamentalmente por questões religiosas, já que as religiões de matriz africana são o alvo primordial do fundamentalismo e sectarismo religioso que assola o País, onde, com a Bíblia em uma mão e com a arma na outra, pentecostais, neopentecostais, narcopentecostais e traficantes de Jesus investem contra essas comunidades tradicionais para lhes impedir de exercer sua liberdade de culto e de religião.

Mas não apenas os religiosos de matriz africana, também os indígenas estão sendo vítimas dessa saga fundamentalista e sectária que atenta contra suas vidas, tradição, cultura, religiosidade e saberes ancestrais.

Também aqui a Bíblia, armas de fogo e armas brancas, muitas vezes agregadas com práticas de tortura, são utilizadas para ameaçar e converter pela força aqueles que resistem a essas investidas, como ocorre com os povos guaranis-kaiowás, no Mato Grosso do Sul, para citar apenas um caso.

Centros de rituais indígenas estão sendo incendiados, como ocorreu antes do simpósio com os guaranis-kaiowás, e imediatamente após a sua realização, na Aldeia Barra Velha, considerada aldeia mãe do povo pataxó, em Coroa Vermelha, Porto Seguro, na Bahia. Circulam nas redes vídeos nos quais senhoras indígenas, em Mato Grosso do Sul, são acusadas de feitiçaria por grupo



de "crentes" constituído por seus próprios parentes. E porque feiticeiras, com facões são coagidas a renegarem sua fé, sua religiosidade, sua cultura.

Assim, aldeias indígenas, quilombos e comunidades tradicionais de terreiro de norte a sul do País, estão sendo perseguidos por crentes terrivelmente cristãos, como são os narcopentecostais e os traficantes de Cristo, para abandonarem suas culturas, tradições, saberes e religiosidades ancestrais, cuja preservação está intrinsecamente vinculada à guarda e preservação de seus territórios de ocupação imemorial.

A terra e seus corpos são seus territórios de identidade e de luta. A conversão destes povos os encapsula em igrejas, não em aldeias e, com isso, a questão territorial passa a um plano secundário, o que abre espaço para a especulação de capital por meio do agronegócio, da mineração, para citar apenas os exemplos mais emblemáticos.

Presenciamos todos nós que defendemos a pauta dos direitos humanos, de certa forma, estarrados, na véspera do dia no qual se celebra a consciência negra, episódio na Câmara dos Deputados que levantou o véu insano do racismo sob todas as suas formas, inclusive com afirmações racistas que vinculam a criminalidade à população negra, como autora. Trata-se, no caso, da destruição a pontapés, pelo Deputado Federal Coronel Tadeu, de obra de arte que retrata a realidade diuturna da infância e da juventude negra, as maiores vítimas de homicídios no Brasil, mas, também, do trabalho infantil, da moderna escravização, da exploração das piores formas de trabalho, do desemprego, do subemprego, e da discriminação no acesso e na permanência em um posto de trabalho, de modo que não é demais afirmar que, no Brasil, a cor da pele, a etnia, a religiosidade, determinam a possibilidade de se existir e de ser titular de direitos e garantias fundamentais para garantia de uma vida digna.

Por esta luta, Paulo Paulino Guajajara, o lobo guardião da floresta, perdeu sua vida em uma emboscada de madeireiros sem que, até o momento, tenha sido veiculada qualquer notícia sobre a apuração deste crime hediondo, porque o é!

Referidos fatos mostram a oportunidade do evento realizado pelo Ministério Público do Trabalho e desta sessão especial, o que demonstra que as instituições ministeriais e do Poder Legislativo estão em compasso com o tempo no qual delas se exige atuação proativa na defesa intransigente dos direitos humanos, do meio ambiente e no combate a todas as formas de corrupção e de vulneração de direitos.

Tempos difíceis e de muitos desafios porque, no sistema posto, o exercício das atribuições constitucionais do Ministério Público e da Magistratura, em regime de independência funcional e com imparcialidade, não atende aos fins ora postos no contexto da instrumentalização da democracia para a concretização de valores que ela não alberga: o racismo, o preconceito, a intolerância e a discriminação.

O simpósio, esta sessão especial e os fatos que lhes antecederam e sucederam evidenciam os riscos que podem afetar nossa incipiente República, o Estado democrático de direito e os direitos e garantias fundamentais de povos historicamente vulnerabilizados: a população indígena, negra, quilombola e religiosa de matriz africana, mas também os riscos para a laicidade do Estado, para a preservação dos direitos territoriais dos povos originários e comunidades tradicionais, bem assim para a efetividade dos acordos e convenções internacionais e da Constituição que os legitima e garante. É fato!

(Soa a campainha.)



A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – Nas redes circulam notícias; é fato. Na imprensa falada e escrita são noticiados fatos. É fato. Análises políticas e econômicas permeiam o noticiário nacional. É fato. Existem fatos que são invisibilizados, mas precisam ser analisados de forma sistêmica, coordenada, articulada porque, a um só tempo, são causas e efeitos que refletem o Brasil real, e não o País das maravilhas de Alice, ou um admirável mundo novo de igualdade e equidade, de uma democracia étnico-racial e religiosa, o que não somos em absoluto.

Vejamos os fatos recentemente noticiados e outros que não foram noticiados, mas que são causas dos primeiros: "Os chineses serão os principais parceiros comerciais do Brasil, tendo adquirido a maior parte das concessões para a exploração de petróleo"; "O porte de armas foi liberado em toda a extensão das propriedades rurais"; "O Brasil é judaico-cristão"; "Será escolhido para Ministro do Supremo alguém que seja terrivelmente cristão"; "O Ministro da Economia diz que pretende aumentar a área de livre comércio com a China sob o argumento da necessidade de integração do País às cadeias globais. 'Tem-se pressa porque se perdeu muito tempo. Esse seria o caminho para sair da pobreza, como ocorreu, por exemplo, na Finlândia', afirma ele".

Fala-se em aumentar as trocas tecnológicas. Nada contra! Mas aqui, deste lado do Atlântico, retira-se, gradualmente e de forma ostensiva, investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia. Quimeras...

A imprensa noticia – e muitos celebram – o aumento do número de pretos e pardos nas universidades. Segundo dados do IBGE, 50,3% dos alunos da rede pública do ensino superior são pretos e pardos. Maravilha! Não obstante, segundo o IBGE, essa população está sub-representada, considerando que essas pessoas representam 55,8% da população brasileira. Dos 2,6 milhões de estudantes do ensino fundamental e do nível médio que reprovaram no ano de 2018, 48,41% são pretos e pardos, dado corroborado pelo Unicef, que, segundo seus estudos, afirma que o número de reprovados nesse grupo é o dobro de brancos, somando, em 2018, 1,2 milhão de alunos reprovados. Os fatores que podem levar à reprovação são raça, cor, gênero, idade, pessoa com deficiência e – pasmem! – local da escola. Também o abandono escolar aflige fundamentalmente jovens pretos e pardos na Região Norte do País.

Os indicadores comprovam também que os negros se encontram em situação de desvantagem em condições de moradia, em escolaridade e em acesso a bens e serviços e que estão mais sujeitos à violência. O Brasil possui cerca de 59,7 milhões de crianças e adolescentes. Aproximadamente metade desses é afrodescendente. Além disso, dos 821 mil indígenas que vivem no País, pelo menos um terço são crianças ou adolescentes.

As crianças e adolescentes que são submetidas a situações de violência frequentemente, estão sujeitas a uma série de outras violações de direito, uma vez que se encontram em um contexto de extrema vulnerabilidade e risco.

Dados do Atlas da Violência registram mais de 65 mil homicídios em 2017. O perfil das vítimas é o de homem jovem, solteiro, negro, com até 7 anos de estudo. Esse é o perfil dos jovens com maior probabilidade de morte violenta intencional no Brasil. Os homicídios respondem por 59,1% dos óbitos de homens entre 15 e 19 anos.

Os dados do Atlas da Violência também trazem evidências de outra tendência preocupante: o aumento, nos últimos anos, da violência letal contra os grupos vulnerabilizados. A desigualdade de raça/cor nas mortes violentas acentuou-se no Brasil. A taxa de negros vítimas de homicídio cresceu 33,1%, e a de não negros, apenas 3,3%.



Houve aumento dos casos de violência. Esses dados foram todos postos aqui pelos diversos estudos.

Estes são fatos que a imprensa e as redes noticiam e que nada dizem para uma pequena e numericamente insignificante parcela da sociedade, que se encontra deitada em berço esplêndido ao som do mar e à luz do céu profundo de uma suposta nação que pretende fulgurar como florão da América e iluminar o sol de um novo mundo dentro do qual não cabem...

(Soa a campainha.)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – ... os grupos vulnerabilizados: indígenas, pretos, pardos, quilombolas, religiosos de matriz africana, LGBT, ciganos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência. Para estes, a possibilidade de existir é posta em tela de juízo, como é questionado o seu direito à liberdade, notadamente quando se trata do direito ao território para preservação de suas culturas, tradições, religiosidade e saberes ancestrais.

Portanto, não causa estranheza o retrato deste "novo" país inaugurado há pouco mais de dois anos, cujos levantamentos realizados pelo IBGE reforçam a histórica desigualdade de oportunidades e de condições de vida da população de acordo com a raça, a etnia ou a cor da pele.

Ocorre que 56% da população e 55% da força de trabalho no Brasil é preta e parda, mas 60% são desocupados, subutilizados, desalentados. No Brasil, a questão salarial... Tudo isso já foi colocado, ou seja, o quadro de vulnerabilidade em que está situada a população negra no Brasil é público e notório; todos aqui tiveram acesso.

Assim, a maioria da população brasileira – porque os negros e pardos são a maioria – não tem acesso a condições de vida digna porque não tem acesso a bens e serviços públicos de qualidade, o que repercute no mundo do trabalho e explica as distorções noticiadas. Se somarmos a esse quadro a situação das minorias étnicas, representada pela população indígena, a situação ganha contornos do inferno de Dante. Somos um País de excluídos, eis a verdade nua e crua.

Novidade nenhuma há em relação aos fatos que permeiam as redes e as notícias que ocupam lugar na imprensa falada e escrita nacional, inclusive quanto ao debilitamento do controle da corrupção protagonizado por decisão do atual Presidente do STF, pela recém aprovada Lei de Abuso de Autoridade, em que se propõe migrar a tarja dos olhos da Justiça para a mordaça em sua boca, ou pela Medida Provisória 905, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo e altera a legislação trabalhista, para precarizar as relações de trabalho de primeiro emprego para pessoas entre 18 e 29 anos de idade, com meio salário mínimo para qualquer atividade da empresa, transitória. Quem é o público alvo? Pretos e pardos, marginalizados das favelas.

Considerando que a maioria dos desempregados ou desalentados são trabalhadores pretos e pardos, a precarização tem endereço certo e em nada contribui para a diminuição das desigualdades sociais que afligem este segmento populacional. Ao revés, agrava, na medida em que desonera as empresas de obrigações que lhes permite o cumprimento da sua função social, tal e como exigida pela Constituição da nossa incipiente República.

Este é apenas um parêntese, porque a referida medida provisória, ao arrepio das exigências constitucionais para sua expedição, evidencia em suas entrelinhas o propósito de inviabilizar o exercício da independência funcional do Ministério Público do Trabalho para prevenir...

(Soa a campainha.)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – ... e fazer cessar lesão – já estou concluindo – ou ameaça de lesão à ordem jurídica, ao regime democrático, aos interesses sociais e



individuais indisponíveis, à dignidade da pessoa humana, à valorização social do trabalho e à justiça social.

Em síntese: mordaça ao Ministério Público, como agente promotor dos princípios republicanos e democráticos postos em cheque por ação de tantos quantos pretendem fazer da coisa pública bem de gestão privada a serviço de interesses que não aqueles entregues à sua tutela por imperativo constitucional.

A referida medida provisória, a exemplo da Lei de Abuso de Autoridade e das reformas trabalhistas pretendem, em verdade, criar ambiente propício para integrar o País nas cadeias globais produtivas, ao custo do sacrifício de direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores e da proteção ao meio ambiente, esta desembocando nos direitos de territorialidade dos povos originários e comunidades tradicionais, que, a teor da Convenção 169 da OIT, para serem utilizadas para a execução de grandes obras, exigem consulta prévia, o que, obviamente, o Estado brasileiro não pretende observar, por entender que este seria um obstáculo para a atração de capital estrangeiro.

Tudo se encaixa se visto desde fora. Liberação de porte de armas em toda extensão das propriedades rurais, que tem se constituído em um cheque em branco para a matança da população indígena, para liberação de seus territórios para exploração comercial. Aldeias incendiadas com pessoas dentro de seus *habitat*, prática de tortura, como aconteceu nesses últimos dias com os Kaioás Guarani, em Dourados. Assassinatos, como foi o caso recente de Paulo Paulino Guajajara, morto covardemente em emboscada. E o toque de requinte: territórios quilombolas, como o dos Kalunga, em Cavalcante, deve estar livre para implantação de grandes obras. Obstáculo para concretização da ação: Convenção 169. Implantação da base de Alcântara. Obstáculo: Convenção 169. Utilização das terras indígenas para agronegócio e mineração.

(Soa a campainha.)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – Obstáculo: Convenção 169. Caminho a ser adotado para retirar o obstáculo: denunciar a convenção 169 sob o argumento de soberania, deslocando a questão para o gabinete de segurança institucional da Presidência da República.

Detalhe: Consequência da implantação de grandes obras nestes territórios: violência gerada pelo desmensurado crescimento da população, em razão da exploração das piores formas de trabalho, como é o tráfico. Recente matéria na imprensa mostrou o que está acontecendo lá em Altamira. É o que se quer levar.

Abertura do mercado a parceiros comerciais do Brics, que, salvo engano, à exceção do Brasil, não são signatários dos acordos e convenções internacionais que visam a garantia do trabalho decente. Então, para haver nivelamento por baixo – menos direitos e mais trabalho, ainda que precário, conforme discurso presidencial –, impõe-se a remoção de obstáculo: as Convenções da OIT relativas ao trabalho decente subscritas e ratificadas pelo Brasil e supressão da legislação nacional...

(Soa a campainha.)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – ... protetiva dos direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores.

Caminho a ser seguido mais uma vez: alegação de invasão de soberania para subsidiar a não aplicação das normas internacionais, e reforma trabalhista que precariza as relações de trabalho, aumenta o número de desalentados, de subempregados, de desempregados, e de trabalhadores



informais, mas comemora-se um imaginário êxito da reforma, agora aparelhada com uma reforma previdenciária que não dá horizonte para o trabalhador, que, também, agora, se beneficiário de seguro-desemprego, será credor do estado de contribuição previdenciária.

Ainda, como o Brasil não é um Estado laico, mas um Estado judaico-cristão presidido por uma pessoa terrivelmente cristã, abriram-se as portas do País para o fundamentalismo e sectarismo religioso, inclusive no mundo do crime. Isso porque hoje temos os narcopentecostais, os traficantes de Cristo, e toda uma rede de pessoas terrivelmente cristãs que, com uma Bíblia na mão e o coração e a cabeça repletos de ódio, transformam este ódio em crime para investir contra...

(Soa a campainha.)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – ... todos aqueles que não são terrivelmente cristãos. Quem são esses anticristos? Os praticantes das religiões de matriz africana e indígenas, que são expulsos de seus templos, ameaçados de morte e impedidos de praticar a sua religião, de forma que a liberdade de credo e de culto que a Constituição assegura é algo para inglês ver. Vidas estão sendo ceifadas, templos estão sendo destruídos, literalmente a bala, ferro e fogo.

A reação do Estado instituído é de condescendência com o estado paralelo que os terrivelmente cristãos instauraram no País, seja por ocupação do espaço legislativo com uma bancada fundamentalista e terrivelmente evangélica cristã neopentecostal. Tanto assim, que não se pode dar voz, na Casa do povo, à minoria, que não professa desse credo, que vai de encontro a um pensamento judaico-cristão e que não converge com a violência, com a exclusão e com a barbárie, porque professa o maior de todos os mandamentos: "Ama ao próximo como a ti mesmo".

Aqui uma pergunta: como estará...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – Muito mais poderia ser dito e será, a tempo e modo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Sa. Puder concluir...

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – Já acabou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi em torno de 40 minutos, mas foi, percebi, um discurso muito bem elaborado, e não seria eu que iria, aqui, não permitir que V. Sa. usasse o tempo necessário...

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – E eu agradeço, por questão dessa questão de honra.

Muito mais poderia ser dito e será, a tempo e modo, dentro do exercício da minha atuação institucional, porque ninguém vai me fazer curvar e a nenhum membro do Ministério Público.

Porque, se as redes de imprensa nos trazem informações, o certo é que elas não constroem resistência às denúncias e tragédias que noticiam. Geram cliques e audiências, mas não geram reação. Quando muito, uma indignação pontual, que não altera o estado das coisas que estamos vivendo, em um silêncio eloquente, nunca antes experimentado no Brasil.



Daí porque a conclusão razoável deste editorial é aquela a que George Orwell chegou no seu livro *A Revolução dos Bichos*: "As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco..."

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EDELAMARE BARBOSA MELO – ... e de um porco para um homem outra vez; mas já se tornara impossível distinguir quem era homem, quem era porco".

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Subprocuradora-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, com a qual fui bem tolerante: eram dez, ficaram 40, porque percebi que foi todo um estudo que V. Sa. fez... E explicou antes: faria por escrito, porque entendia que queria realmente mostrar o quadro que acontece no nosso País hoje, mediante a sua análise.

Eu vou... Bom, primeiro quero cumprimentar os alunos do colégio público militar Centro Educacional NR-7 de Ceilândia, Brasília: sejam bem-vindos! Uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

Vou convidar agora o Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Sorbonne, em Paris, e Consultor aposentado do Senado Federal, Sr. Mário Lisboa Theodoro.

Enquanto ele vai à tribuna, eu faço dois registros: esse livro que recebi, com o título *Discurso Antirracista no Brasil: da Abolição à Ação Afirmativa*. Enfim, agradeço aqui a homenagem feita pelo Prof. Teun van Dijk, da Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona, Espanha, em seu livro *Discurso Antirracista no Brasil: da Abolição à Ação Afirmativa*.

O autor dedicou um capítulo inteiro para relatar e explicar a importância da luta que travamos, no Congresso, em relação à política de cotas e ao Estatuto da Igualdade Racial, inclusive no Supremo.

Quando digo "travamos", não sou eu não: somos nós todos, o movimento articulado de todos aqueles que combatem o racismo e o preconceito.

Meus cumprimentos pelo trabalho e meu sincero agradecimento pela dedicatória e reconhecimento do trabalho que nós todos realizamos no Congresso, na sociedade civil e nos embates que tivemos no Supremo Tribunal Federal.

Não só eu. A gente pode sempre se referir a você, porque eu estive lá naquele debate, entre mim e o Demóstenes, sobre a política de cotas. Felizmente – não graças somente àquele embate, mas aos nossos advogados –, ganhamos por nove a zero.

Então, uma salva de palmas a todos aqueles que trabalharam por essa causa. (*Palmas.*)

Por favor, o Sr. Mário Lisboa Theodoro.

Já fiz as considerações, e a palavra é sua.

O SR. MÁRIO LISBOA THEODORO (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria inicialmente agradecer o convite, saudar a Mesa, em nome do Senador Paim, com quem eu tive o privilégio de trabalhar em muitas circunstâncias aqui neste Congresso, neste Senado, e falar da minha satisfação muito grande por ter tido a honra de trabalharmos juntos por causas sempre muito bem-vindas e muito significativas.

Queria também saudar todos os colegas da Mesa, alguns de longa data, como o Hélio, enfim, e também saudar o público, falando da satisfação de estar aqui neste dia 20 de novembro.

Eu estava pensando um pouco... Eu preparei uma fala, mas essa fala vai mudando de acordo com o que nós vamos ouvindo, incorporando e às vezes até percebendo que aquilo já foi falado



etc... Eu pensei nesse 20 de novembro e de quantos 20 de novembro nós já participamos aqui, de quantas vezes nós já viemos falar aqui da questão do Zumbi, da questão da consciência negra, e me veio à cabeça quantos mais nós vamos ter que fazer para que este País entenda que a questão racial não é uma questão de negros, mas é uma questão do Brasil.

A minha grande colega Márcia, que falou há pouco aqui, fez um relato muito interessante do ponto de vista psicológico e do ponto de vista da questão racial no indivíduo: como isso se retrata no indivíduo negro, como é difícil e como, na percepção das pessoas brancas, elas não conseguem atingir esse peso que é o racismo vivenciado pelas pessoas a partir do quinto, sexto ano, enfim... Quando as pessoas começam a se ver como pessoas, esse peso já está colocado. E foi muito importante você falar da questão do racismo do ponto de vista individual.

Mas eu queria aproveitar para fazer outra fala – e serei breve, Senador – sobre uma questão específica. Eu fico pensando que ela talvez seja a questão mais importante para se entender – eu digo entender para as pessoas que não ainda não estão muito a par – a questão do racismo no Brasil. Eu resumiria essa questão em uma palavra que é a palavra igualdade. Talvez o movimento negro seja o movimento mais republicano que eu conheça, porque ele nunca pediu supremacia, ele nunca pediu para ter um apelo elitista; ele pediu sempre, sempre, igualdade: igualdade de oportunidades e igualdade de linha de partida e linha de chegada. Essa igualdade é que é essencial. Numa sociedade que não é igual, todas os outros atributos ficam prejudicados. Por exemplo: uma sociedade diversa como a nossa... O Brasil talvez seja a sociedade mais diversa que existe no mundo. O passaporte brasileiro vale para qualquer cidadão de qualquer país, do finlandês ao chinês. Essa diversidade talvez tenha sido ou seja a nossa maior riqueza, mas, pela lupa da desigualdade, essa diversidade se torna preconceito, racismo... Essa lupa faz com que alguma coisa que era muito importante e muito rica passe a ser uma mazela social.

Da mesma forma, pela falta de igualdade, a própria liberdade está comprometida. Uma liberdade entre pessoas que não são iguais significa autoritarismo, porque uns são mais livres do que outros pela falta de igualdade. E, da mesma forma, sem guardar a igualdade, a fraternidade se transforma em caridade, em coisa de alguém superior que concede para outro. E uma sociedade, em que você tem autoritarismo, caridade e benevolência, é uma sociedade que está fadada ao fracasso.

Essa é a questão que eu queria trazer para vocês aqui como uma forma... E eu digo que, há algumas décadas, a gente trabalha com a questão racial, que reflete sobre essa questão, e há a percepção de que, se não conseguirmos ultrapassar essa questão, nossa sociedade vai continuar sendo essencialmente uma sociedade desigual. Por quê? Porque a essência da nossa desigualdade é o racismo; a essência da desigualdade que faz com que as pessoas não se importem com o fato de que 1,5 milhão pessoas viviam no lixão é porque a maioria dessas pessoas, 99,9% dessas pessoas são negras, e a sociedade não se importa com isso. Desse 1 milhão de pessoas no lixão, 55 mil crianças estão nesse lixão, são negras, e isso se naturaliza numa lente do racismo que não consegue ver na desigualdade o pior, o pior da nossa sociedade hoje.

A desigualdade, que, em última essência, é racismo, é prejudicial para todos os brasileiros, primeiro, porque nós não conseguimos uma sociedade em que as pessoas tenham fraternidade, uma sociedade fraterna, uma sociedade em que todos se indignem pelo fato de alguns não estarem bem. Essa sociedade, em que se naturaliza em que alguns podem tudo e outros não podem nada, é a sociedade em que as pessoas não se veem como iguais. E, nessa essência, a problematização da questão racial deixa de ser uma questão negra, deixa de ser uma questão da população negra,



deixa de ser uma questão do Dia da Consciência Negra, porque, anos e anos, as TVs vêm conversar com a gente no Dia da Consciência Negra como se fosse esse dia um problema nosso. Não é um problema nosso; é um problema do Brasil.

Enquanto o Brasil não resolver a sua chaga racial – e aí eu parafraseio Joaquim Nabuco, quando, ao escrever *O Abolicionismo*, ele dizia: "O Brasil ainda vai passar alguns séculos para conseguir superar essa chaga". E, de fato, a gente está passando já quase... Já passamos mais de um século, um século e meio, e nós vamos ainda ter que purgar muito disso para a gente entender que, se nós queremos uma sociedade de iguais, se nós queremos uma sociedade de pessoas, de fato, vivendo numa democracia, nós temos que entender que ultrapassar a questão racial, ou seja, mudando um pouco as palavras, enfrentando o racismo, o preconceito e a discriminação, esse ato é o único ato que vai fazer com que este País seja, de fato, um país igual, um país democrático, em que as pessoa todas vão poder dizer: "Igualdade e oportunidade, sim! Por quê? Porque partimos do mesmo ponto". "Igualdade e oportunidade, sim! Por quê? Porque a minha educação é igual a sua e nós vamos disputar a partir daí os mesmos espaços". Enquanto nós não tivermos isso, enquanto nós tivermos, a cada 23 minutos, jovens morrendo, porque são negros, ou tivermos 3 mil a 4 mil comunidades quilombolas sem a propriedade da terra, ou tivermos mães negras e famílias negras, passando fome, justamente porque as famílias são negras, enquanto nós tivermos isso neste País e – mais – naturalizarmos isso, nós vamos continuar no 20 de novembro fazendo o nosso dever de casa, mas sempre com aquela sensação de que o porvir ainda vai demorar um pouco a chegar do jeito que nós queríamos.

Era isso, Senador. Eu queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui, falar da minha satisfação de trabalhar, de ter trabalhado e de continuar a luta no trabalho sobre a questão racial, e falar que, enfim, o Brasil para mudar vai ter de olhar muito de frente essa questão racial. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Sorbonne, em Paris, e Consultor aposentado do Senado Federal, Dr. Mário Lisboa Theodoro! Meus parabéns mais uma vez.

Enquanto o Prof. de Filosofia e Biótica da UnB, Universidade de Brasília, o Sr. Wanderson Flor Nascimento, vai à tribuna, eu faço mais um registro da Casa.

Informo que a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho coloca à disposição no Senado Federal a toda a população o *Boletim de Bibliografias Selecionadas – Autoras Negras: Protagonismo Feminino*. Esse boletim não tem o intuito de ser exaustivo em relação a incluir todas as autoras negras nem todas as publicações e, sim, dar um panorama inicial para incentivar a leitura das obras dessas mulheres. Foram selecionados alguns livros de autoras negras que eram do acervo do Senado Federal.

Resumindo aqui, o boletim está inserido no Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal edição 2010 a 2021. Essa é uma publicação alinhada com o quinto objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento, que orienta a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. O racismo, estereótipos distribuídos, a cultura negra e outros temas fazem parte da escrita das mulheres que figuram nessa lista. É um pincelamento do protagonismo feminino negro no mercado editorial. É um modo negro e feminino de ver o mundo.



As mulheres negras que foram aqui destacadas: Conceição Evaristo; Roxane Gay, Ana Maria Gonçalves, Linda Heywood, Bell Hooks e Carolina Maria de Jesus.

Meus cumprimentos aos Senado por esta publicação, dando publicidade ao trabalho dessas escritoras.

Queria também, neste momento, cumprimentar o Senado pelo sistema de cotas adotado aqui na Casa tanto nos contratos informais como nos concursos – esse é mais um passo – e pelos cursos que estão dando na linha de se combater todo tipo de preconceito.

Uma salva de palmas ao Senado pelas iniciativas. O que é bom a gente tem que elogiar. (*Palmas.*)

Professor, antes de passar a palavra a V. Exa., eu já adianto que, com a TV Senado, a Agência Senado e a Rádio Senado, desde as 14h até nós terminarmos este nosso debate, estaremos ao vivo para todo o Brasil.

Eu sempre digo que eu, quando sento para coordenar os trabalhos, sejam sessões temáticas, aqui no Plenário, ou nas Comissões, eu tenho hora para começar, mas não tenho hora para sair daqui. Neste sentido, passo de imediato a palavra a V. Sa.

Dou mais uma informação positiva: dia 10 de dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos; no dia 9 de dezembro teremos aqui uma sessão temática. É debate com o Plenário em relação a direitos humanos e à questão racial. Foi o entendimento que fizemos na Casa. Todos estão convidados para estar aqui presentes. Vai ser muito importante. É a primeira vez que o Senado vai fazer uma sessão temática de debates. Sempre fazemos dia 10, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Este ano será sobre direitos humanos e a questão racial no Brasil, dia 9 de dezembro.

A palavra é sua, Professor.

O SR. WANDERSON FLOR NASCIMENTO (Para discursar.) – Boa tarde a cada uma e a cada um.

Gostaria de iniciar saudando o Senador Paulo Paim, nosso Presidente, e a cada uma e cada um de vocês da Mesa. E chamo a atenção para o fato curioso e interessante de que a gente esteja saudando ou comemorando o Dia da Consciência Negra depois do Dia da Consciência Negra, o que é algo muito interessante para que a gente não fique com aquela impressão de que apenas o dia 20 de novembro é o dia dedicado a essa discussão. E, como já foi chamada a atenção várias vezes aqui, essa discussão em torno do racismo e da afirmação da população negra no Brasil precisa ser feita no cotidiano, coisa que as pessoas negras e as pessoas, como diz a Elisa Lucinda, brancas abolicionistas têm feito já há algum tempo. Ou seja, não encapsulemos a discussão sobre a população negra e a influência do racismo na vida dessas pessoas apenas no dia 20, mas que nós possamos discutir durante todo o ano, porque, como chamou a atenção o Prof. Mário Theodoro, isso é um problema nosso, da sociedade brasileira, e que não acontece apenas no dia 20 de novembro.

Portanto, o Dia Nacional da Consciência Negra é um dia para lembrar, lembrar daquilo que a gente tem que fazer o ano inteiro. E como já chamaram a atenção aqui tanto a Dra. Edelamare como a Márcia, praticamente em todos os indicadores sociais a população não branca deste País, que é a maioria, está em algum tipo de desvantagem social. E isso não acontece apenas no dia 20 de novembro, isso acontece em todo o ano, persistentemente, há pelo menos 519 anos. Então, nós temos uma história para lembrar, e também fazer alguma coisa com essa lembrança e tentar construir estratégias para modificar aquilo que nós vivemos.



E acho que é importante pensar na persistência do racismo, sobretudo a partir daquilo que é o lugar de onde eu falo. Apesar de ser um professor de Filosofia e Bioética de uma universidade federal, eu também, assim como Edelamare, sou um filho de santo desde criança e passei a vida inteira pertencendo a um povo que carrega na sua história uma história, sim, de resistência. E gostaria de pensar, então, com vocês o impacto do racismo nessa persistência ao longo desses anos sobre os povos de terreiro.

É importante que a gente pense no que são os terreiros.

Normalmente a gente pensa no terreiro apenas como um espaço religioso, o que também é, mas não só. E me interessa pensar no terreiro como um espaço de resistência. Resistência a quê? Não é resistência apenas a não querer participar ou compartilhar de uma crença ou de uma fé que não é sua. É resistência a um processo que desumanizou um povo inteiro, trouxe-o para cá sequestrado, à força – para aqui veio trabalhar forçadamente, para construir este País. E nesse trabalho desumanizante, essas pessoas foram forçadas também a abandonar parte daquilo que viviam no passado, suas línguas, sua relação com seu território, seus modos de organização, seus saberes, seus valores. Crença a gente não dá conta de tirar da cabeça de ninguém com tanta facilidade, mas se tentou também.

Exatamente com relação a isso, os povos de terreiro se constituíram como desses espaços de resistência, resistir para não esquecer o que nós fomos no passado, quando fomos retirados do continente africano e, chegando aqui, em aliança com povos indígenas, aprendemos novamente a comer, aprendemos a usar as folhas do lugar, de modo que esses povos se constituíram numa resistência fazendo alianças.

É absolutamente fundamental então pensar que essa estratégia de resistência foi uma resistência contra esse processo escravagista colonial que desumanizou um povo inteiro, por isso pensar os terreiros como um espaço ou um território que acolhe povos quando houve um sistema colonial que tentou retirar a humanidade, retirando também a característica de povo, refazer um povo. Talvez esse seja o ponto mais fundamental daquilo que os terreiros fazem. Os terreiros reservam o seu território e a sua experiência para refazer um povo que foi violado na experiência colonial escravagista, preservando, pelo menos naquilo que foi possível, a memória, os saberes, os valores e as práticas.

Lembrando Conceição Evaristo, que foi aqui citada algumas vezes, num dos contos de *Olhos d'Água*, ela chama a atenção para o fato de que combinamos não morrer. E combinamos não morrer também como tradição, não apenas como religião, embora também.

E esse é um espaço em que se aprendeu a enfrentar o racismo de uma maneira muito particular, acolhendo as pessoas e cuidando das pessoas, independente da sua cor, independente do seu sexo, independente da sua orientação sexual, independente da sua condição econômica. Esse é um espaço de acolhimento. Portanto, esse espaço, esse território, por essa experiência que foi criada exatamente na resistência ao processo escravagista colonial que reformula o povo, hoje, pelo menos nos termos das políticas públicas que vinham sendo feitas nos últimos 15 anos, nós começamos a chamar os povos de terreiro estrategicamente de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Isso não é apenas estratégico, mas é feito para lembrar que se refez um povo aqui a partir dessa estratégia de resistência e também para denunciar o modo como o racismo impacta esses povos, como muito bem chamou a atenção a Dra. Edelamare.



O que acontece com os povos de terreiro é intolerância religiosa, mas não só, exatamente porque esse não é um espaço apenas religioso, mas é um espaço em que valores africanos e indígenas estão sendo afirmados numa sociedade que foi construída pela estrutura do racismo. O racismo aqui não é acidente de percurso na história do nosso País. Ele é estrutural, como chamou a atenção o Dr. Mário.

Então, quando a gente pensa na experiência de ataques aos terreiros hoje, o que a gente pensa que se ataca? É a diferença de crença? Nós vivemos em um País, como chamou a atenção a Dra. Edelamare, em que pelo menos há uma prevalência judaico-cristã. Vocês conhecem quantos templos budistas que foram incendiados, apedrejados? "Ah, mas não é só porque é de outra religião!" Nós temos muitas religiões no Brasil e nós não temos o mesmo histórico de ataque para além das religiões não cristãs. Então me parece que não é o caráter meramente religioso. "Ah, mas é que esse povo é meio feiticeiro, faz magia, faz essas coisas estranhas aí! A gente tem medo. Então, a gente ataca porque a gente entende como um mal!" Mas será que é isso mesmo? Nós temos no Brasil também uma grande presença de uma prática de neopaganismo, de Wicca e de muitas dessas experiências...

(Soa a campainha.)

O SR. WANDERSON FLOR NASCIMENTO – ... que têm sido feitas em torno de espiritualidades mágicas. Vocês já viram algum incêndio numa casa de oração Wicca? Parece-me que também não é isso.

Então, o que seria atacado aí? O que se ataca quando se apedreja uma menina como Kailane, como aconteceu no Rio de Janeiro, ou, como aconteceu já em duas experiências recentes em casas de oração indígenas, que não são de matriz africana, mas que não são também dessa hegemonia branca das religiões no Brasil? O que é que se ataca? No caso dos terreiros, o que se ataca é exatamente a sua herança africana, é exatamente a sua herança negra. É exatamente isso que o racismo faz com todas as outras coisas. Por isso, nós podemos falar tranquilamente em uma experiência de racismo religioso que ataca os terreiros e que tem um procedimento muito sofisticado ao reduzir todo esse complexo modo de vida, que tem a ver com gestão de território, com gestão da natureza, com a relação política, com a relação social entre as pessoas, a um rito. E se reduz isso a rito exatamente na forma do negativo do que o cristianismo imaginou, de uma certa forma estereotipada também do que o cristianismo imaginou. Pensa-se que isso é uma religião apenas, uma religião do mal, uma religião do demônio, introduzindo elementos que não fazem parte sequer dessas comunidades dos povos de terreiro.

O racismo religioso não apenas ataca, mas captura todo o modo de viver, todo o modo de vida, e o atrela a uma experiência religiosa fora daquilo que se pratica na realidade desses povos. Então, quando a gente critica, quando a gente ataca um povo, a gente está atacando um povo com todos os complexos que existem no seu interior, como religiões, como o modo de produzir conhecimento – há um monte de coisas, e a religião é uma dessas coisas também, ou pelo menos a espiritualidade, se vocês quiserem.

Mas me parece que o que a gente ataca aqui é exatamente esse modo de resistência que nós aprendemos com os terreiros e com os quilombos, sobretudo; esse modo de resistência que veio se alastrando ao longo de todos esses anos e que hoje aparece como uma espécie de imagem muito desconfortável de que é possível resistir e de que é possível inventar e de que é possível festejar no meio da resistência. Então, grande parte do que a gente tem experimentado ao termos os ataques aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, aos terreiros, tem a ver exatamente com



atacar a resistência, atacar essas estratégias que foram pensadas por esses povos e a sua memória, sobretudo na sua característica africana e afro-brasileira. E aí as suas vestes, a sua maneira de se alimentar, a sua relação com a natureza, o seu modo de produzir conhecimento, o seu modo de instituir um jeito de ter hierarquia que não seja violento e agressivo, ou seja, há uma série de elementos que são atacados aí no meio, muito mais do que meramente a crença, que esses povos também têm.

É muito importante pensar que a gente, portanto, tem que aprender também com o que esses povos fizeram no meio desse processo de resistência e entender que, quando a gente ataca essa resistência, a gente está atacando um jeito de produzir a luta e entregando à violência, entregando à morte a tentativa de preservação da memória, que talvez tenha sido uma das mais potentes contribuições, para além dessa estereotipada presença negra apenas na forma da força de trabalho no nosso País.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos!

Professor de Filosofia e Bioética da UnB (Universidade de Brasília), Sr. Wanderson Flor Nascimento, que, de forma muito didática, muito tranquila, nos deu uma aula, não só para nós da Mesa, mas para todo o Plenário – meus cumprimentos – e, naturalmente, para todo o Brasil pelo sistema de comunicação da Casa.

Agora, com a mesma alegria com que fiz o convite a todos os convidados, passamos a palavra à Especialista em Políticas Culturais de Base Comunitária, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-IberCultura Viva), Sra. Jackeline Silva. (*Palmas.*)

A SRA. JACKELINE SILVA (Para discursar.) – Boa tarde.

Primeiramente, peço licença, a benção aos meus mais velhos, a toda a minha ancestralidade e também aos mais novos; *ago* aos Orixás.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e também as mulheres negras que me antecederam nessa mesma sessão de hoje: a Dra. Márcia Silva, a Dra. Denise Costa, da OAB; cumprimento igualmente a Dra. Edelamare, que tem feito um trabalho brilhante realizando o Simpósio Indígena, Negro/a, Quilombola, trazendo as nossas pautas para dentro desses espaços de poder e de decisão sobre as nossas vidas, sobre os nossos corpos.

Também quero cumprimentar as mulheres negras que estão fazendo política. Aproveitando esse contexto do mês de novembro, o Mês da Consciência Negra, para além do Dia da Consciência Negra, quero lembrar as nossas nobres Parlamentares: Deputadas Leci Brandão, Benedita da Silva, Áurea Carolina, Talíria Petrone e outras mulheres Brasil adentro, e também a Parlamentar indígena Joênia Wapichana.

As mulheres negras do Distrito Federal, que com seu trabalho de articulação e de mobilização da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, também vêm politizando os nossos grupos.

A Coletiva Pretinhas, da qual eu faço parte.

Saúdo também o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso, do qual eu faço parte. Eu estive aqui, no ano de 2016, representando esse grupo e recebendo a Comenda Senador Abdias Nascimento, também das mãos do Senador Paulo Paim, por indicação do Senador Wellington Fagundes, que já passou por aqui.

Dizer que...



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – O Abdias foi Senador desta Casa. Senador negro que realmente aqui pautou a sua vida na defesa do povo negro foi uma Senadora, a Benedita, foi Abdias, e agora não vou dizer quem, para uma salva de palmas ao Abdias! (*Palmas.*)

A SRA. JACKELINE SILVA – E em memória também da nossa juventude negra, falo pela Ághata e pela Marielle Franco, que nós seguiremos em luta, existindo, resistindo e militando, em todos os espaços que ocuparmos.

Bom, eu venho de Mato Grosso, uma terra com uma população majoritariamente indígena, negra, quilombola, e eu sou fruto desse aprendizado do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso, que em 2020 vai completar 18 anos de ativismo realizando ações de formação, ações culturais. E o motivo pelo qual fui levada a ingressar justamente no trabalho com a cultura afro-brasileira, buscando conhecer, reconhecer, dar visibilidade e ampliar as ações, as políticas públicas nesse setor, ainda, para esses povos que são extremamente invisibilizados. No caso, recortando para a questão de gênero, das mulheres quilombolas, das mulheres negras, das mulheres de axé, dos nossos terreiros.

Eu cumprimento também, envio, já que estamos em transmissão para todo o Brasil, os meus colegas do Coletivo Audiovisual Negro Quariterê; como eu já disse também, da Coletiva Pretinhas, eu cumprimento a artista Rebeca Realeza, que se apresentou mais cedo também, mulher preta, que está aqui vencendo esses...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E que vai cantar no encerramento.

A SRA. JACKELINE SILVA – Que está vencendo esses desafios da nossa escassez, na verdade, do nosso desmonte sistemático que o Estado brasileiro, que esse Governo conservador e violento vem causando diretamente às nossas vidas, exterminando nosso povo, os indígenas e quilombolas, desterritorializando a nossa gente, disputando as terras indígenas, as terras quilombolas, excluindo nosso povo, retirando os empregos, precarizando o nosso modo de vida e causando uma série de conflitos armados em nossas comunidades.

Então, nós estamos aqui falando para muitos apoiadores, mas também ao mesmo tempo existem muitos inimigos presentes na política. E eu só vejo essa mudança quando nós, mulheres negras e indígenas, estivermos neste Parlamento ocupando não só o auditório, mas também essa mesa, ao lado do Senador Paim e de outros que vão sucedê-lo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me uma questão de justiça. Passou por aqui, foi minha Vice na CDH, e depois eu fui Vice dela, com muito orgulho: Senadora Regina Sousa, que é Vice-Governadora do Piauí. (*Palmas.*)

Eu havia aqui esquecido.

A SRA. JACKELINE SILVA – E lembrando também da importância de nós, cidadãos e cidadãs, de nós, pessoas negras, estarmos atentos, atentas, alertas, prestando atenção a tudo que é discutido, seja nas escolas, aqui no DF, especialmente, nesse processo de militarização da educação, que também tem sido muito violento nas comunidades periféricas, a esse corte no investimento, tanto na educação, ciência, pesquisa...

Eu, como mulher negra, sou pesquisadora autônoma e, atualmente, estou concluindo essa especialização, mas procuro também trabalhar como militante, como ativista, promovendo formação, promovendo atividades de autocuidado e de afro-afeto junto com os nossos coletivos,



para as pessoas negras elevarem a sua autoestima, buscarem os seus espaços e a sua inserção em todas as esferas, sejam elas econômicas, sociais e, inclusive, na cultura, visto que no Brasil também nós passamos por esse desmantelamento do Ministério da Cultura, que foi rebaixado, assim como outras pastas do Governo...

Houve o desmonte também das instâncias de participação social nos conselhos, a saúde, a economia, enfim, todos os outros dados que já foram trazidos pelas mulheres e homens que aqui me antecederam, como o Prof. Wanderson Flor, a Dra. Edelamare, a Dra. Márcia...

Nós sabemos, estamos enxergando que estamos caminhando para um colapso. Esse genocídio já vem acontecendo, a morte sistemática, o apagamento... A eliminação do povo negro, da cultura negra, está em curso. Então, o que eu quero é chamar a atenção de todas as mulheres negras, para lembrar que nós somos descendentes de reis e de rainhas, de heroínas, de domésticas também, de quilombolas – como é o meu caso, descendente de benzedores quilombolas –, para que nós venhamos a esse lugar disputar o nosso espaço, porque esse lugar foi tomado. Então, nós precisamos retomar.

E o tempo da inclusão e da equidade vem sendo construído por nós, mulheres negras. É por isso que nós precisamos preservar a nossa liberdade de viver, de sentir e de pensar, que é o mais importante.

Eu agradeço o espaço.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Especialista em Políticas Culturais de Base Comunitária pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso-Ibercultura Viva), Sra. Jackeline Silva.

Meus cumprimentos, Jackeline, pela fala, que me deu a oportunidade, inclusive, de fazer um aparte a V. Sa., porque não é comum o Presidente querer fazer aparte. Mas parabéns.

Eu passo a palavra agora para o último orador da Mesa. Em seguida, eu terei que fazer o meu pronunciamento, por dever de ofício, que é em nome da Casa inclusive.

Eu passo a palavra ao Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, no período de 2005 e 2006, o Advogado e Professor Hédio Silva. (*Palmas.*)

O SR. HÉDIO SILVA (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Paulo Paim; Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Esequiel Roque do Espírito Santo; minha querida amiga, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. Edelamare Barbosa Melo; Mário Theodoro Barbosa de Melo; o Mário Theodoro, parceiro, amigo de tantas lutas, de tantas batalhas; um dos melhores pensadores, um dos melhores intelectuais negros deste País, o nosso querido Prof. Wanderson Flor Nascimento, também um intelectual de ponta; a querida Jackeline Silva, especialista em políticas culturais de base comunitária; e todas as pessoas que nos ouvem.

Senador, primeiro, eu quero dizer que vim para essa sessão para carregar a pasta da Dra. Edelamare e para aplaudi-los...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso porque ele é uma liderança do movimento em todo o Brasil, viu?

O SR. HÉDIO SILVA – Mas, como V. Exa., além de ser um ícone do povo preto, do povo brasileiro, além de ser um Parlamentar com uma trajetória exemplar que dignifica o Parlamento, que engrandece o Parlamento, que engrandece a atividade política, a política no seu sentido mais transformador, mais democrático, mais civilizatório, V. Exa. também é um fidalgo. E eu então



credito essa fidalguia à oportunidade de ocupar essa tribuna para dirigir algumas palavras aos que nos ouvem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. é que é um diplomata, eu diria.

Eu o convoquei, e ele disse: "Está bem, está bem, estou indo".

O SR. HÉDIO SILVA – Eu me lembro de que V. Exa., então Deputado Constituinte, teve um papel destacado para que a Constituição de 88, ao contrário de todas as Constituições anteriores, reconhecesse que o Brasil é um país plural. O Brasil é um país formado por indígenas, o Brasil é um país formado por 4 milhões de africanos escravizados que vieram para cá, e o Brasil também é formado pelo seu matiz europeu.

Eu quero fazer dois registros aqui: primeiro, a Constituição da República reconhece a diversidade e a pluralidade étnico, racial e religiosa, que é uma característica do País. Não vai ser, portanto, um governante de plantão que vai querer decretar que são cidadãos apenas aqueles que se filiam à chamada tradição judaico-cristã. (*Palmas.*)

Não será um governante de plantão. Acima dos governantes, pelo menos por ora, nós temos uma Constituição, uma Constituição que custou o sangue de muitos brasileiros, que custou luta, que foi produto de trabalho, de dedicação, de entrega e de dores de muitos brasileiros e brasileiras para que nós tivéssemos a Constituição que nós temos.

E, também nessa Constituição, está consignado que a gestão pública não se confunde com gestão privada. No período em que eu atuei no magistério do ensino jurídico, qualquer aluno meu de segundo semestre de Direito Constitucional aprendia que o gestor privado pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe; já o gestor público só pode fazer aquilo que a lei determina. E ao que nós assistimos hoje? Nós assistimos à privatização

E ao que nós assistimos hoje? Nós assistimos à privatização da coisa pública. A palavra República, que consta no art. 1º da Constituição de 1988, vem do latim *res publica*, que significa coisa de todos; coisa de todos não pode ser privatizada por alguns. Nós vivemos num país em que, apesar de todos os avanços que o protagonismo do povo preto, com a solidariedade de brancos democráticos, obteve nos últimos anos, e V. Exa. teve um papel destacado nas cotas, na mudança da imagem do povo preto na publicidade, na mídia, no orgulho, na dignidade com que eu vejo as jovens negras hoje curtindo a sua beleza, reconhecendo o seu corpo, o seu padrão africano de raiz africana da beleza de ser preto, da beleza de ser preta no Brasil, apesar disso tudo, nós passamos por um processo, a meu juízo, temeroso de privatização do espaço público por facções religiosas. Professores tendem a fazer de escola pública um puxadinho de templo religioso para submeter crianças ateias, ou vinculadas às religiões afro-brasileiras a toda sorte de humilhação, de constrangimento, de tortura psíquica, porque não professam a tradição judaico-cristã.

Eu tenho defendido que, já que o gestor público insiste em tocar a coisa pública como se fosse gestão de circo mambembe, o povo preto deveria atravessar a rua e pedir o *impeachment* do atual Presidente da República, porque é uma vergonha internacional uma mulher assumir um ministério e dizer: "Estou assumindo o Ministério, mas sou terrivelmente cristã". Isso é um problema de S. Exa. na gestão da sua casa, na gestão do circo mambembe de onde a senhora vem. Quando a senhora assume a gestão pública, há um princípio constitucional que rege a gestão pública que é o princípio da impessoalidade. (*Palmas.*)

A impessoalidade quer significar que as minhas convicções, as minhas crenças, as minhas preferências não podem sobrepujar o interesse público. E o que é o interesse público, qual é a



definição jurídica de interesse público? É o que determina a lei, e não o que determinam as minhas preferências ou as minhas vontades pessoais.

Portanto, eu quero finalizar dizendo que é um motivo de orgulho... Primeiro, lembro que eu gostaria de fazer parte da mesma tribo de V. Exa., porque V. Exa., passados tantos anos, continua com essa expressão jovial, e eu estou cada vez mais, daqui a dois anos, serei tecnicamente idoso, e V. Exa. continua com essa expressão jovial de tantos anos atrás. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso dizer quantos aninhos eu tenho, já que você me elogiou?

O SR. HÉDIO SILVA – Diga!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço 70 agora em março. (*Risos.*)

O SR. HÉDIO SILVA – É por isso que eu disse que eu gostaria de pertencer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você está jovem também.

O SR. HÉDIO SILVA – ... a essa tribo de V. Exa., porque V. Exa. tem uma aparência muito mais jovial do que a idade. Eu já, ao contrário, pareço ser bem mais velho do que a idade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É porque ele é meu amigo também, é muito meu amigo. Então, eu o trato com carinho.

O SR. HÉDIO SILVA – Mas quero dizer que é uma honra e uma alegria participar desta sessão solene, é uma honra contabilizar todas as vitórias que o protagonismo negro imprimiu, com muita luta e com muita dedicação, à sociedade brasileira. É uma alegria imensa nós vermos hoje os jovens negros que ingressaram pelo sistema de cotas, demonstrando para os racistas que o que eles chamavam de instituição republicana, o vestibular como medidor de meritocracia, na verdade era a antessala da universidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉDIO SILVA – E V. Exa. sabe que a maioria dos alunos cotistas têm o mesmo desempenho, quando não desempenho superior, aos que entram pelo chamado sistema universal.

O povo preto, a militância do povo preto mudou a história do Brasil, mas nós estamos chamados agora a manter as conquistas, que não são conquistas de Governo A, B ou C. Nós temos de reconhecer que houve Governos que efetivamente dialogaram, respeitaram a interlocução social negra, abriram espaço, foram sensíveis às demandas do povo preto, mas as conquistas que nós temos hoje são conquistas que decorrem do protagonismo negro.

E, para isso, se for o caso – e entendo que é o caso –, nós temos de começar essa discussão pedindo o *impeachment* do atual Presidente da República, para lembrá-lo que, ao assumir aqui nesta mesa o compromisso de defender a Constituição da República, ali naquele instante, as preferências, os credos, as inclinações pessoais dele têm de estar subordinadas ao que prescreve a Constituição da República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Esse foi o Hélio da Silva, advogado e conselheiro, eu diria, do movimento negro brasileiro. Ele foi Secretário da Justiça do Estado de São Paulo no período – cumprimente-me aqui. Não vai passar sem me cumprimentar não! – de 2005 a 2006. Ele é advogado e professor de universidade. Meus cumprimentos!



Sei que muitos estão cansados, mas eu quero registrar ainda a presença, aqui entre nós... Disseram-me que havia um amplo roteiro, mas faziam questão de vir aqui prestigiar este evento: os alunos da Turma Fidel Castro, dos beneficiários da reforma agrária da Universidade Federal de Goiás, a Profa. Dra. Érika Moreira, Coordenadora Pedagógica, e o educando Weber Alves, representante da turma.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Ao final, há o acordo de que eles vão receber o último livro que escrevi: *Tempos de Distopia*. Na verdade, ali eu digo que ninguém vai barrar nossos sonhos. Estaremos juntos aqui. (*Pausa.*)

Agora, respirem fundo e tomem um copo de água. Vão ter de ter paciência, porque este é o discurso oficial que eu faço em nome da Mesa do Senado.

Vinte de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Dia de Zumbi dos Palmares, dia para pensar o povo negro.

O genocídio do passado e do presente, o racismo e as discriminações... Dia para gritar ao País inteiro: "Sim, somos negros. Negros, sim, com muito orgulho, sim, senhores!"

Ninguém tem que ter vergonha da sua etnia, da sua raça, da sua origem.

Eu me lembro sempre do colégio, onde os meninos perguntavam um para o outro... Por exemplo, você é branco, eu sou negro, aí perguntavam: "Qual é sua origem?". Um dizia que era da Itália, outro dizia que era da Alemanha, de Portugal. Como meus pais me ensinaram que eu era um príncipe, eu dizia: "Sou da mãe-pátria África, com muito orgulho sim, senhor". (*Palmas.*)

Isso marcou minha época e meu tempo.

Lembro também com satisfação – e vocês sabem – um dos idealizadores, um dos criadores do dia 20 de novembro, o escritor e poeta gaúcho Oliveira Ferreira da Silveira. Em 2010, tive a satisfação, porque os tempos passam, naturalmente, e ele já faleceu, de visitar seu túmulo, onde deixei flores, na pequena cidade de Rosário do Sul, região da Campanha do meu Estado.

Não morreu Oliveira Silveira, apenas bateu asas como os pássaros cantadores. Ele continua a voar na consciência dos homens e das mulheres, ensinando-nos o caminho, a luz, mostrando-nos que é preciso não só ler e contar a história, é preciso fazer história.

Assim ele escreveu:

Encontrei minhas origens
Em velhos arquivos
Livros
Encontrei
Em malditos objetos
Troncos e grilhetas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

Encontrei em doces palavras
[...]
Em furiosos tambores
Ritos
Encontrei minhas origens



Na cor de minha pele
 Nos lanhos de minha alma
 [...]
 Em minha gente escura
 Em meus heróis altivos
 [...]
 Encontrei-as enfim
 Me encontrei

Encontrei a minha história.

Palmas para ele, eu estou lendo aqui o poema dele! É um poema dele. (*Palmas.*)

Fiquei um pouquinho emocionado, mas o mérito é todo dele.

O Brasil abraçou a escravidão por 400 anos. Nesse período foram trazidos à força, tirados da terra onde nasceram, do continente africano, mais de 6 milhões de negros.

Vinham amontoados em navios, chamados navios negreiros, jogados nos porões, mulheres violentadas, famílias desfeitas; muitos se jogavam ao mar para alívio da própria morte, outros morriam por doença. Jogavam-se ao mar porque queriam voltar, nadando, vendo a sua terra desaparecer no horizonte.

A escravidão passada, os ferros marcados nos corpos, o fogo queimando na pele, a chibata fazendo geografias de sangue, a farsa da abolição...

Hoje, tudo isso tem sua herança e seus reflexos nas condições de vida do nosso povo negro.

Na criança, no jovem, no idoso, no trabalhador, na mulher, no homem, que são assassinados por serem negros, mortos, dizem, por balas perdidas.

Eis a pergunta: 20 de novembro para quê?

Respondemos: para que pessoas em situação de rua não sejam cruelmente mortas, como foi agora, por pedirem um real a outro ser humano.

Vinte de novembro para quê?

Para que as crianças não sejam alvejadas em perus escolares, para que pais de família não sejam exterminados com mais de 200 tiros de fuzis.

Vinte de novembro para quê?

Inaceitável. Em plena véspera, e já foi comentado aqui, em plena véspera do Dia da Consciência Negra, em que discutimos o combate ao racismo, às discriminações e à violência, um Parlamentar, com o apoio de outros, no Congresso, destruiu parte de uma exposição sobre o genocídio do povo negro. O País está perdendo os princípios da democracia, da liberdade e da tolerância? O Conselho de Ética da Câmara tem que tomar atitude. É isso que nós esperamos. (*Palmas.*)

É isso que nós esperamos!

Eu tenho aqui os dados do IBGE, que vão ficar marcados. Não vou repetir, porque vocês todos já falaram exaustivamente sobre isso. Vou pular os dados e vou à frente. São três páginas só de dados. Poderia avançar aqui.

A taxa de homicídios de pretos ou pardos de 15 a 29 anos chegou a 98,5 em 2017 – de assassinatos de negros –, contra 34 dos não negros. Para os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, foi de 185 o número de assassinatos. Cerca de 77% dos jovens assassinados no Brasil são negros. Eles vivem em favelas e periferias. Essas mortes terminam sendo banalizadas e naturalizadas: "Ah, é mais um número". Isso é inaceitável.



Também não há igualdade de cor ou raça na representação política. Aqui foi lembrado, mas eu repito: por que somente 24,4% dos Deputados Federais, 28,9% dos Deputados Estaduais e 42,1% dos Vereadores eleitos eram pretos ou pardos? Aqui mesmo no Senado, quantos negros existem? Não vou dizer. Imaginem vocês.

A escravidão de ontem se faz presente na falta de saúde, no desemprego, no analfabetismo, na habitação precária, no aumento da violência, na perseguição ideológica, religiosa, na desigualdade, na concentração de renda. Mortes por bala perdida no Rio, principalmente, isso é muito comentado, aumentam 40% em relação a 2018. De janeiro até agora, foram 50 óbitos.

No Brasil, são cerca de 180 homicídios por dia. Desses 180, 75% de negros. Se com a lei atual esses números aterrorizam, assustam, nos deixam indignados, agora vou ter que falar, com o tal excludente de ilicitude, será uma licença para matar. É isso que tem que ser dito. É o início do caos, é o absurdo. (*Palmas.*)

Espero que este Congresso não aprove isso. Ninguém tem licença para matar. Ninguém. Ninguém pode ter. E me digam qual é o país do mundo... Avança cada vez mais na contramão o Brasil. Dizer que tem licença para matar, não!

Uma sociedade não é governada à bala. E preciso investir em políticas públicas, voltar o olhar para a alma das nossas periferias, não só para números.

É óbvio que são tempos difíceis. Mas eu sempre digo que só o ato de pensar que estamos derrotados nos torna um derrotado. E nós não somos derrotados. Tentam passar a imagem de que nós somos derrotados.

É preciso acreditar que as coisas podem acontecer, podem ser mudadas.

É necessário encarar os fatos, seguir adiante e fazer o bom combate. Nós não estamos derrotados.

O povo negro tem história, o povo negro tem raiz, o povo negro já demonstrou que tem muita, muita coragem, que tem virtudes, que tem som, que tem palavras, que tem verbo, que tem sonhos, que tem heróis. Sim, temos heróis: Zumbi; Ganga Zumba; André Rebouças; Machado de Assis; Cruz e Sousa; João Cândido Felisberto, nosso querido Almirante Negro; Lanceiros Negros; Cartola; Grande Otelo; Elza Soares; Paulinho da Viola; Martinho da Vila; Lázaro Ramos; Mano Brown; Margareth Menezes; Negra Li; Zezé Motta; Evaristo de Moraes; Milton Gonçalves; Milton Santos; Iza; GOG; Rebeca Realleza e muitos outros. Aqui não vou ler o nome de todos.

Tenho de lembrar que foi com a perseverança do povo negro que hoje temos a Lei Caó, que definiu que crimes de preconceito de raça ou cor são inafiançáveis.

Foi com Caó, com Benedita, com Edmilson... Era uma bancada de quatro: Caó, Edmilson, Paim e Benedita. Éramos quatro Parlamentares negros no processo da Constituinte. (*Palmas.*)

Rendo uma homenagem a eles. Esta é uma homenagem a eles.

Se me permitissem falar por mais um minuto, eu diria... Eu daria uma salva de palmas àquele que já faleceu, que é o Caó. (*Palmas.*)

Construímos juntos o Estatuto da Igualdade Racial e Social, construímos juntos, todos nós, a Lei de Cotas.

A luz de um novo tempo está nas nossas próprias mãos. A luz de um novo tempo está em nossas mãos, está no verbo "esperançar". É preciso ter esperança, mas lutar para fazer acontecer. Somos sujeitos, sim, da história. Temos orgulho de sermos negros, como aqueles que não são negros têm de ter orgulho também de sua etnia, de sua raça, de sua origem, porque assim é a identidade de cada um.



O caminho nos pertence. Temos de ocupar os espaços que nós temos por direito na sociedade.

Pela primeira vez, o número de negros nas universidades públicas ultrapassou o de brancos, passando a barreira de 50%, chegando ao patamar de 50,3%. Apesar desse marco para a área no País, a democratização do acesso não foi uniforme quando consideramos todos os cursos. Lembro que, no total, nós temos 50%, e, em outros aspectos, aqueles que não são negros têm 78,8%.

Eu quero que todos tenham acesso à universidade, todos os brancos, todos os negros, todos os índios, todos os imigrantes. Assim, poderemos chegar ao Brasil, entrar numa universidade e ver que o cenário dos estudantes vai ser como este aqui. É bom olhar aqui! Olhe para as galerias, onde a gente vê brancos e negros aqui e acolá. Assim é que vamos formando o País dos nossos sonhos.

Quero aqui dar um destaque especial: recentemente, ocorreu a formatura da primeira turma de Medicina da Universidade Federal do Recôncavo, na Bahia. Foram 12 negros nessa turma.

Tayana Barbosa disse o seguinte: "Eu, negra, de família pobre, que recebeu Bolsa Família e vendeu cachorro-quente, me tornei médica". Ela prossegue: "Quando estava na 5^a série da escola, uma menina, negra como eu, disse que era impossível este nosso sonho, nós negros nos tornarmos médicos". Ela disse: "Quero que outras crianças vejam [saibam e contem em verso e prosa] que, na cidade delas, [o sonho se tornou realidade] há, sim [naquela pequena cidade], uma médica negra".

Uma salva de palmas a ela! Palavras lindas da Tayana! (*Palmas.*)

Letícia Almeida, outra negra formada em Medicina, disse – abro aspas: "A gente passou a ter uma noção coletiva de como éramos tratados. Depois, passamos a nos ajudar. Falávamos [uma para a outra, um para o outro] de vagas de emprego e indicávamos [um para o outro] cursos. [Nós nos ajudávamos]". (*Palmas.*)

Enfim, dados do IBGE apontam que, entre 2012 e 2018, o número de autodeclarados pretos e pardos cresceu em quase 12 milhões de pessoas no Brasil. Isso é bom, é a nossa autoestima crescendo! (*Palmas.*)

A nossa autoestima é muito boa. E isso é muito bom para mostrar ao nosso povo que está nos assistindo agora das suas casas que é preciso ter esperança e, repito, caminhar, lutar para fazer acontecer. Eu sei que é difícil, mas há condição. Vocês estão vendo aqui na Mesa e viram na primeira Mesa e no Plenário intelectuais negros; professores, doutores, formados no Brasil e no mundo, eu diria. E também teremos outros aqui no dia 9 – aproveitando a possibilidade do sistema de comunicação da Casa.

Mais uma informação e vou para o final.

Para a pesquisadora do Ipea Fernanda Lira Goes, ocorre um "aumento de identificação, informação, o aumento de consciência [do nosso povo]".

O poeta – e agora eu termino; é coisa do Rio Grande, e eu não tenho como não voltar às minhas origens –, cantor e tradicionalista gaúcho Pedro Ortaça assim escreveu... Eu o estive visitando, e ele foi fundamental na minha campanha. Falo isso com satisfação e tranquilidade. E essa foi a minha última campanha. Está na hora de dar espaço para os mais novos. Disse Pedro Ortaça: "Negro de sorriso aberto como clarão de alvorada. Abre essa gaita aporreada, e canta [e canta] a mais não poder. Canta negro até morrer, com força de mil gargantas. Pois cantando [cantando] como cantas ninguém te iguala [e mostra todo o teu] [...] saber". Na verdade, ele mostra o caminho do saber, da inteligência do povo negro, que está no canto, mas vai muito além do canto. Grande Pedro! (*Palmas.*)

O Pedro Ortaça é de descendência indígena, e no seu compromisso ele dá a vida à causa dos povos discriminados.



Neste Dia Nacional da Consciência Negra, temos que refletir muito sobre o passado e o presente do povo negro, dos miseráveis e pobres. Que futuro queremos para a nossa gente? É claro que queremos um futuro promissor.

Gostaria de parabenizar também algumas iniciativas, como o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, que já registrei, com a adesão inclusive ao Programa Pró-Equidade criado pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2005, no Governo anterior a esses dois que estão aí.

O objetivo desse programa é estimular a adesão e fornecer ferramentas para que as empresas e instituições participem e possam detectar possíveis desigualdades internas e promover ações de correção.

Termino. O Senado Federal obteve dois selos de compromisso com a equidade, inclusiva, uma das ações que buscava atualizar cadastros dos terceirizados com a inclusão do quesito cor/raça foi contemplado como boa prática, em publicação própria da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Enfim, esses aqui são os dados mais oficiais da Casa.

Quero, neste momento... Vocês podem até estranhar. Eu fiz questão de colocar no fim do meu pronunciamento.

Aproveito também para parabenizar grande parte da imprensa brasileira e vou dizer por quê. Porque eu estou na vida pública há 33 anos e não vi tanto debate sobre a questão racial no Brasil como estou vendo este ano. Fiquei apaixonado por ver aquela juventude, por duas vezes, ontem e anteontem, no programa de televisão, falando da luta deles para conquistar o seu espaço na sociedade.

Claro que ninguém vai dizer que a imprensa agora mudou radicalmente, mas é importante que a gente ocupe cada vez mais espaços na imprensa, seja na rede social, seja na internet, seja na mídia oficial assim chamada. Espaços são para ser ocupados. Se a gente não os ocupa, podem crer que outros os ocupam.

Eu quero dar uma salva de palmas para aquela juventude (*Palmas.*) porque os vi em programas de televisão falando com muita convicção sobre porque estão avançando no dia a dia, melhorando a qualidade de vida!

Onde se encontram a igualdade de oportunidades e direitos? Eu diria, para concluir, que estão ali, do outro lado do rio, através das montanhas. Basta querer transpor as barreiras das desilusões, seguir o desejo sagrado para que a vida nos aponta.

A você, que está em casa, e muitos que estão aqui no Plenário, eu deixo essa mensagem. A você jovem negro ou negra, acredite! Acredite na sua negritude, tenha orgulho dos seus ancestrais que vieram da África. Tenha sonhos, vá atrás dos seus sonhos, dos seus desejos, estude, estude! Sei lá se você será médico, advogado, psicólogo, filósofo, professor, engenheiro! Vá em frente! Escolha a sua profissão e chegue lá. Não permita que ninguém barre o seu sonho. Não desista jamais!

Saiba você que existe luz para todos esses desencontros do País, para esse peso que está hoje nas suas costas, nas nossas costas. Isso vai passar. Nós vamos avançar.

Acredite em você, acredite na sua cor, na sua pele, na sua alma, no seu coração, na sua inteligência, no amor! E diga sempre não ao ódio, mas no seu poder de construir caminhos.

Já disse o poeta que o caminho você só constrói se você caminhar. O caminho a gente faz caminhando.



Termino com O Negro de 35, eternizado na voz do cantor gaúcho, já falecido, negro, César Passarinho. Ele vencia todos os festivais. Eu não sei se todos, mas quase todos ele vencia! E tem uma passagem muito bonita que um parceiro dele me contou e eu nunca mais esqueci. Eles foram numa cidade do Rio Grande do Sul fazer uma apresentação. Só ele era negro. Quando foram subir no palco, disseram: "Olha, aqui não dá. César Passarinho não sobe porque é negro". Todos os cantores brancos disseram: "Então, tudo bem; ninguém sobe". "Ninguém sobe. Pode-se virar." Havia milhares de pessoas assistindo àquele espetáculo. "Aqui ninguém vai subir." O que é a resistência, não é? Em cinco minutos, mudou tudo, e todos subiram. E eles me contaram quem foi o cantor mais aplaudido daquele espetáculo, por milhares de pessoas: César Passarinho. E gritavam: "César Passarinho, César Passarinho!". Uma homenagem ao já falecido César Passarinho. Era um valente – era um valente! (*Palmas.*)

E ele, numa das canções, dizia que:

A negritude trazia a marca da escravidão
[...]
Castrado de seus direitos não tinha casta nem grei
[...]
E o branco determinava, fazia e ditava a lei

Apesar de racional, vivia o negro na encerra
E adagas furavam palas, ensanguentando esta terra
Da solidão das senzalas tiraram o negro pra guerra [...]
[mas o negro peleou... E ele termina dizendo:]

(Peleia, negro, peleia com as armas da inteligência
Semeia, negro, semeia teus direitos na querência).

Qual é a mensagem que ele queria dizer? Estude, estude e se prepare, fortaleça a tua inteligência.

E repito – e aqui termino –:

(Peleia, negro, peleia com as armas da inteligência
Semeia, negro, semeia teus direitos na querência).

Vida longa a negros, brancos, índios, migrantes, homens, mulheres, a quem tem orientação sexual diferente um do outro, o que é também natural, às religiões, enfim esse é o povo brasileiro! Este País será um dia um país de primeiro mundo quando nós soubermos – porque aqui é Governo também – governar para todos – governar para todos! – sem discriminar por motivo nenhum brasileiro, independentemente da origem, da cor da pele! Vida longa ao povo negro! Vida longa ao povo brasileiro! (*Palmas.*)

Obrigado.

Agora, neste momento eu agradeço ao Hélio, que faz um sinal. Eu agradeço, Hélio. Agora nós temos que terminar, ainda. Não vão embora já, não.

Agora, com uma enorme alegria, eu passo a palavra para ouvirmos a música, na canção da cantora Rebeca Realzeza, Escolhas. (*Palmas.*)

A SRA. REBECA REALZEZA (Para discursar.) – Eu vou me atrever a fazer uma falazinha muito rápida.



Primeiramente, quero me apresentar. Eu sou a Rebeca Elen, conhecida como Realleza. Sou filha de uma mulher que lutou para me criar sozinha, sendo empregada doméstica; virou professora e sempre me incentivou a estudar. Hoje, eu sou bolsista do Programa ProUni, 100%. (*Palmas.*)

Daqui a exatamente um ano serei a primeira advogada da família, até onde tenho ciência. Gostaria muito de agradecer a luta dos meus antepassados – a luta de vocês, a inspiração é em vocês –, para que hoje eu pudesse estar aqui ocupando este lugar. Durante muito tempo o mercado de trabalho fechou as portas para mim: eu fiz da minha arte, da minha resistência e da minha cultura o meu negócio, a minha fonte de renda. E eu vou contar um pouco da minha história para vocês.

(*Procede-se à execução da música Escolhas.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi Rebeca Realleza...

A SRA. REBECA REALLEZA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que recebe palmas, de pé, de todo o Plenário e da Mesa.

Parabéns, Rebeca, por toda a sua história, por ser cotista e agora se formar a primeira advogada da família. Você é um exemplo para todos, para toda a juventude, para todo o nosso povo e para toda a nossa gente!

Essa foi Rebeca Realleza.

Assim, esta sessão atingiu todo o seu objetivo. Eu vou encerrar, mas eu quero vocês todos pertinho da gente aqui porque, em toda a grande sessão que a gente faz, a gente tira uma foto coletiva.

Então, convido todos vocês a subirem aqui. Vamos fazer uma grande foto neste momento.

Vamos lá?

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 27 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 225^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a instrução do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que continue sua tramitação, nos termos do parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno.

Concluída a instrução dos Projetos de Lei da Câmara nºs 34/2015, 25, 70 e 104, de 2018, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Recebido o Ofício nº 393, de 2019, da CCJ, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, em turno único.

Concluída a deliberação da matéria em turno único, fica aberto o prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CCJ, para oferecimento de emendas ao Substitutivo à matéria, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

É o seguinte o ofício:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 393/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 26 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do **Substitutivo** ao Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, que “Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Encaminhamento de matérias



Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Aviso nº 907 - GP/TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 2.704/2019 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto) proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, na Sessão Ordinária de 6/ II/ 2019, nos autos do TC-018.272/2018-5, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo, que tratam de auditoria acerca das emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária.	Tribunal de Contas da União	CTFC



Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
CE-P-143/2019	Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), o Relatório de Acompanhamento das Metas e dos Resultados na execução do Plano de Negócios e das Estratégias de 2018, bem como o Extrato de Ata da Reunião do Conselho de Administração que tratou do assunto	NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS	CTFC



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Faça-se a
substituição
voluntária
à publicação.
Lm 09/11/2019

Ofício nº 123/19-GLPSDB

Brasília, de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o senador **IZALCI LUCAS**, como suplente, em substituição ao senador **ROBERTO ROCHA**, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Atenciosamente,

Senador IZALCI LUCAS
Vice - Líder do PSDB em Exercício

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 21/11/2019
Hora: 16:52

Thiago Giovanni Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM





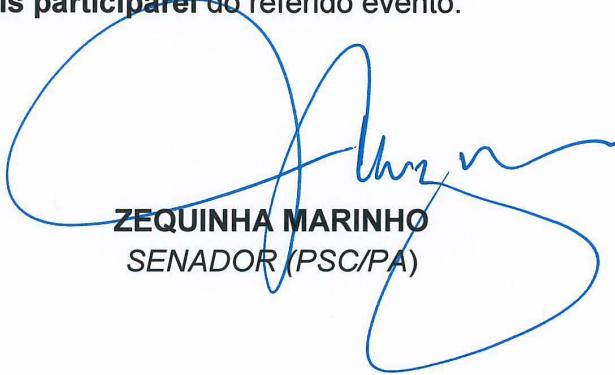
SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

Memo GSZMARIN nº 93/2019

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Senhor Secretário-Geral,

Em referência ao Requerimento nº 964/2019 em que solicito autorização para desempenho de missão parlamentar - a fim de participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 25, que estava prevista para realizar-se na cidade de Santiago do Chile e que, em função dos graves distúrbios sociais que ocorrem naquela região, foi alterada para a cidade de Madrid na Espanha - informo que **não mais participarei** do referido evento.


ZEQUINHA MARINHO
SENADOR (PSC/PA)

A Sua Senhoria o Senhor
Luiz Fernando Bandeira de Melo Filho
Secretário-Geral da Mesa
Senado Federal

Recebido em 20/11/19
Hora 17:59
Débora Rodriguez Matos - Mat. 257607
SGM - Senado Federal

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6623
sen.zequinhamarinho@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
FL. nº 04


Expedientes dos Senhores Senadores Rodrigo Pacheco, Nelsinho Trad e Humberto Costa, referente aos Requerimentos nºs 1018, 799 e 870, de 2019, respectivamente, contendo relatórios de missão oficial no exterior. Os relatórios foram disponibilizados no endereço eletrônico do Senado Federal. Os Requerimentos vão ao Arquivo.



SENADO FEDERAL
Liderança do PSL

OFÍCIO N° 107/2019-GLIDPSL

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – SF

*Fazem-se as
substituições.
Em 20/11/19.*

Exmo. Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, esta Liderança Partidária solicita alteração das designações da Senadora **SORAYA THRONICKE (PSL/MS)**, que passa a exercer o cargo de membro suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e do Senador **FLÁVIO BOLSONARO (SEM PARTIDO/RJ)**, que deixa de integrar a referida comissão.

Atenciosamente,

SENADOR MAJOR OLÍMPIO

Líder do PSL

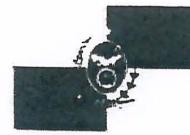
Recebido em 29/11/19
Hora: 10:51
Edmundo A.
Estagiário - SLSF/SGM



00100.165807/2019-87 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO BOLSONARO



OFÍCIO Nº 113/2019-GSFB

Brasília, 19 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

*A publicação.
Em 20/11/19.*

Assunto: Informar a desfiliação do Partido Social Liberal/PSL

Senhor Presidente,

Venho à presença de Vossa Excelência, bem como da Mesa Diretora dessa Casa, dar conhecimento de minha desfiliação do Partido Social Liberal (PSL), conforme solicitação protocolada na data de ontem, 18 de novembro de 2019.

Em face disso, solicito a V. Exa. as providências cabíveis decorrentes da desfiliação informada – uma vez que me encontro totalmente desvinculado da referida agremiação política.

Atenciosamente,

FLÁVIO BOLSONARO
Senador da República



00100.165807/2019-87 (VIA 001)

Brasília, 15 de novembro de 2019

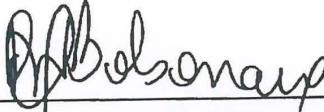
Senado Federal

Gabinete do Senador Flávio Bolsonaro

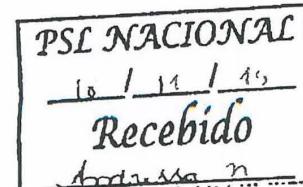
Ao Diretório Nacional do Partido Social Liberal

SHS, Quadra 06, Complexo Brasil 21, Conjunto A, Bloco A, Sala 906, Asa Sul,
Brasília/DF, CEP: 70.316-102

Eu, **FLÁVIO NANTES BOLSONARO**, brasileiro, casado, advogado e Senador da República, inscrito no CPF/MF sob o nº 087.011.227-97, detentor do título de eleitor nº 1085.6326.0302, residente e domiciliado na SQS, nº 316, Bloco C – apto 601 – Asa SUL– Brasília – DF, CEP: 70.387-030, venho por meio desta solicitar a imediata **DESFILIAÇÃO** dos quadros do Partido Social Liberal, nos termos do art. 14 do Estatuto do PSL e do art. 21 da lei 9.096/95.



FLÁVIO NANTES BOLSONARO



Ofício nº /19 – GLPODEMOS

Brasília, 20 de novembro de 2019

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Faca-se a
substituição.
Em 20/11/19.
RWS

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência solicitar a minha substituição pela Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, como titular.

Cordialmente,

Senador ALVARO DIAS
Líder do PODEMOS





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DOC 1B
à Publicação
Em 20/11/2019
José Kiderl Pastore
Senador de Santa Catarina
Secretário-Geral da Mesa Ad Hoc

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

DECLARAÇÃO

Senhor Presidente,

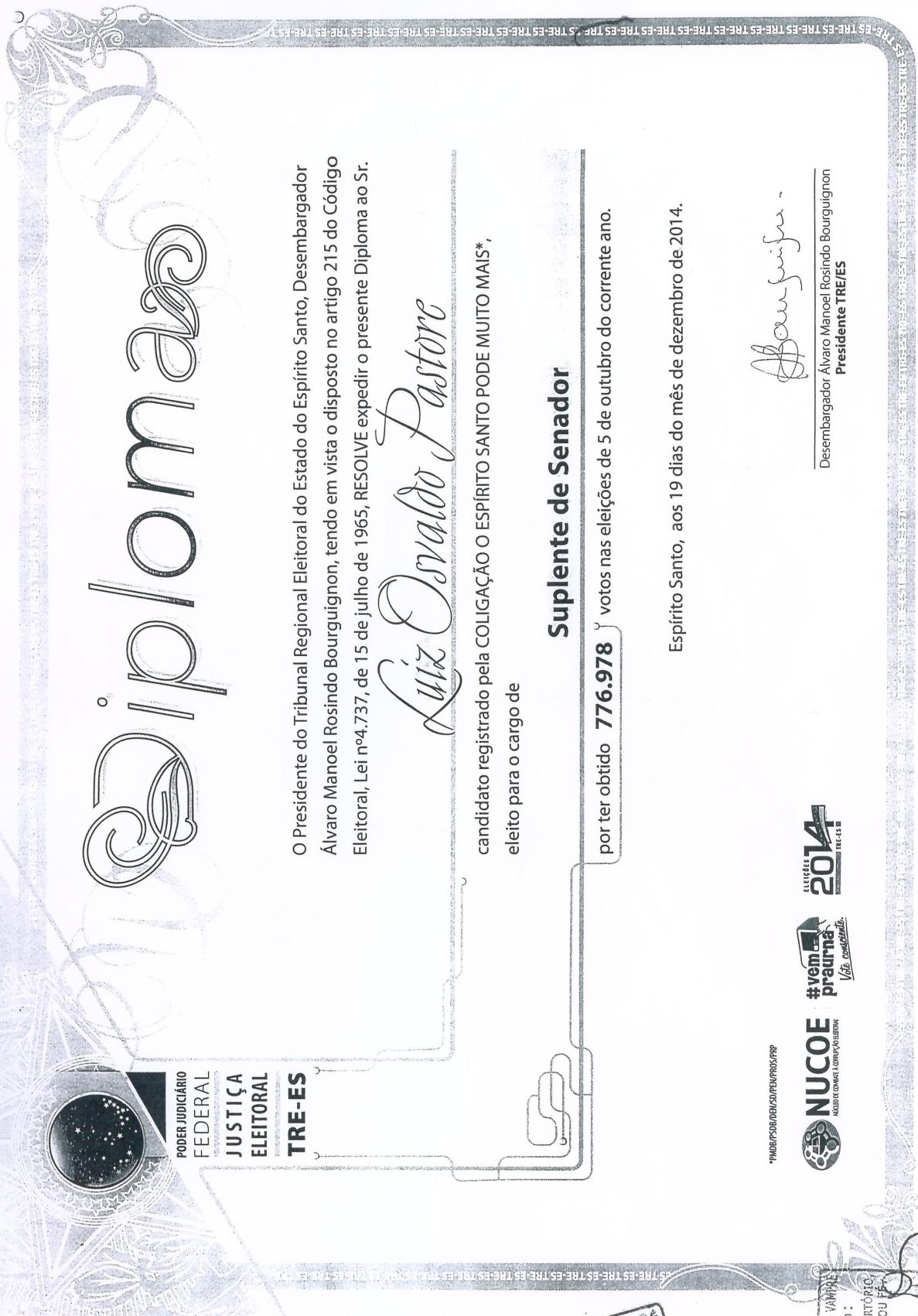
Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Espírito Santo, em substituição a Senadora Rose de Freitas, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido MDB.

Nome do Parlamentar: Luiz Pastore

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2019.

Para mais informações, ligar para a Secretaria-Geral da Mesa: (61) 3303-5740 e 3303-4568.





candidato registrado pela COLIGAÇÃO O ESPÍRITO SANTO PODE MUITO MAIS*, eleito para o cargo de

Suplente de Senador

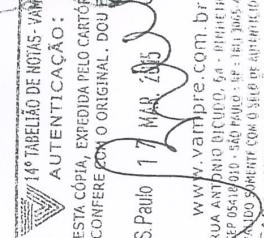
por ter obtido **776.978** votos nas eleições de 5 de outubro do corrente ano.

Espírito Santo, aos 19 dias do mês de dezembro de 2014.

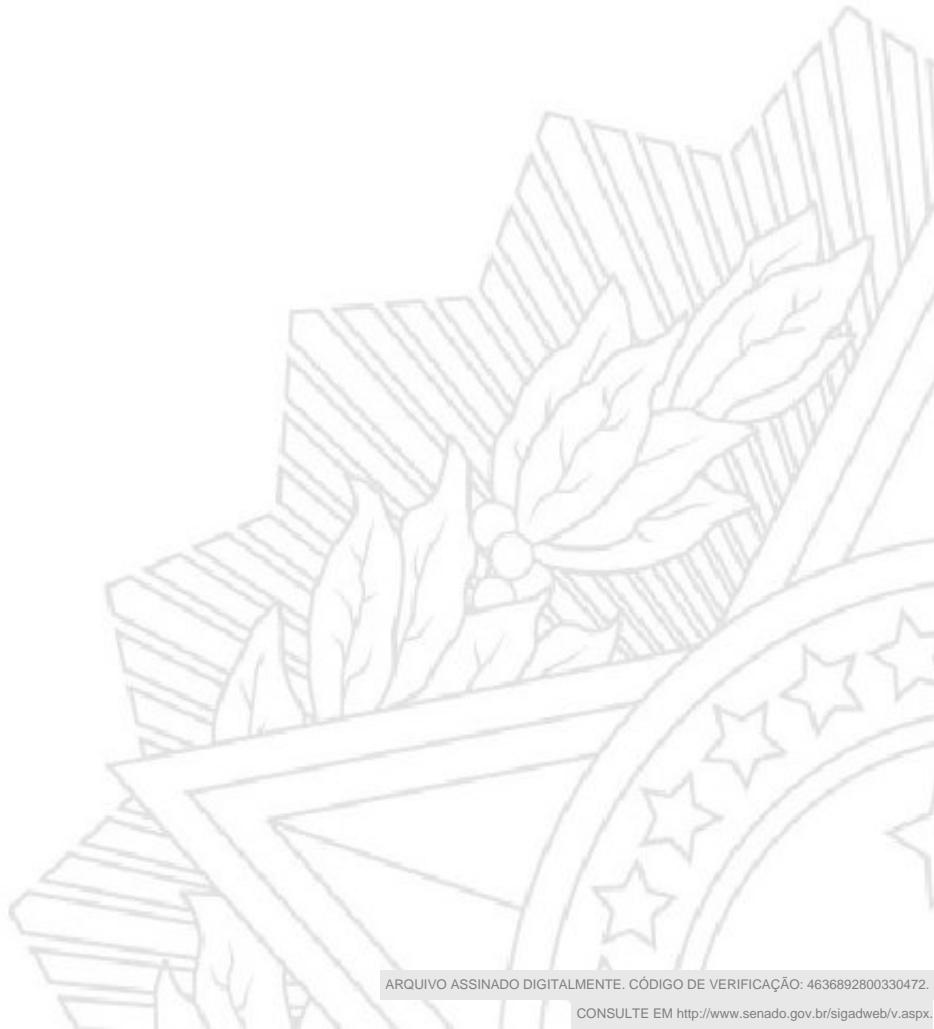
Desembargador Álvaro Manoel Rosindor Bourguignon
Presidente TRE-ES



*PRODUTO DE PROTEÇÃO



Discurso encaminhado à publicação



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nesta semana comemoramos em Rondônia o aniversário de importantes cidades para o nosso Estado. Evidente que todas as 52 cidades de Rondônia são importantes, mas estas que comemoram a emancipação política e administrativa nesta semana se destacam como polos da economia regional.

É o caso de Ji-Paraná, a cidade em que moro com minha família, no coração de Rondônia, na região central do Estado, que comemora, nesta sexta-feira, 22 de novembro 42 anos de emancipação política e administrativa.

Presto aqui minha homenagem a todos que contribuíram e que ainda contribuem para o desenvolvimento de Ji-Paraná, a todos os seus mais de 120 mil habitantes que fazem, dia após dia, uma cidade melhor e mais bonita para todos.

Hoje vivemos um momento especial em Ji-Paraná, e vemos a esperança e a autoestima dos jiparanaenses renovadas pelo fortalecimento de nossa economia e por grandes obras de infraestrutura que estão transformando a paisagem urbana do Município.

Com estas obras realizadas recentemente ou que ainda estão em andamento, como a duplicação da ponte sobre o rio Machado e a travessia urbana na BR-364, a urbanização e a pavimentação de diversas ruas e avenidas, o Anel Viário, as obras de esgotamento sanitário, a ampliação do Hospital Municipal; do Feirão do Produtor; o novo Parque Ecológico; a Escola de Tempo Integral e muitos investimentos na educação e na saúde, enfim, são muitas obras que levamos para Ji-Paraná e estão preparando nossa cidade para um novo tempo.

Estas obras só estão acontecendo em Ji-Paraná porque conseguimos estabelecer a união da classe política, dos empresários e de todas as pessoas de bem que querem o desenvolvimento do Município.

Este alinhamento político está sendo fundamental para as transformações em curso, que irão mudar para melhor a fisionomia e a economia de nossa cidade.

É com esse espírito de união por uma Ji-Paraná cada vez melhor que vamos seguir em frente e continuar trabalhando pelo crescimento de todos os Municípios de Rondônia.

O meu abraço ao prefeito Marcito Pinto, nosso amigo e companheiro de PDT; ao ex-prefeito Jesualdo Pires, aos vereadores e a toda a população de Ji-Paraná. Parabéns a todos!

Os Municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Caçoai também comemoram nesta semana 42 anos de emancipação política e administrativa.

Todos esses Municípios foram criados pela mesma Lei – a de nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, porém comemoram o aniversário na data da instalação oficial da administração pública.

Em Vilhena, a instalação oficial do Município ocorre em 23 de novembro.

Em Vilhena vivem cerca de 80 mil habitantes, e a cidade possui o melhor índice de Desenvolvimento Humano do estado de Rondônia e o 9^a melhor da Região Norte do Brasil.

A cidade também vive um bom momento na economia e tem crescido muito com a expansão da soja, da pecuária e da agroindústria.

Nós também temos uma parceria muito boa com a população de Vilhena, e com prefeito Eduardo Japonês, que vem fazendo um bom trabalho.



Para Vilhena também destinamos muitos recursos, para obras importantes, como a reforma e ampliação do aeroporto; a construção do Centro de Referência em Assistência Social e várias unidades de saúde; a iluminação de um trecho urbano de 12 quilômetros da BR-364, e de 6 quilômetros na BR-174; melhorias e equipamentos para o Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira; a urbanização e pavimentação de diversas ruas e avenidas e muitos outros investimentos, em todas as áreas, como máquinas e equipamentos para servir de apoio aos nossos agricultores.

Meus parabéns aos vilheneses pela bela cidade que construíram e que a cada dia fica mais bela.

Quem também nos orgulha muito é o Município de Pimenta Bueno, que comemora neste domingo, dia 24, seus 42 anos de emancipação, e o Município de Cacoal, que comemora sua emancipação na próxima terça-feira, dia 26.

Pimenta Bueno foi a segunda cidade originada a partir da passagem do Marechal Rondon na região Sul do Estado, depois de Vilhena, por volta de 1912.

Assim como as demais cidades rondonienses, seu progresso ocorreu a partir da construção da BR-364, na década de 80, tendo um acelerado crescimento econômico, demográfico e urbano, e hoje o Município conta com cerca de 35 mil habitantes.

Em Pimenta Bueno estamos realizando uma importante obra, em parceria com o prefeito Arismar Araújo, que é a reforma e ampliação do

Hospital e Maternidade Ana Neta; e concluímos outra não menos importante, que é a urbanização e duplicação da Avenida Cunha Bueno - a principal via do centro da cidade.

Meus parabéns aos pimentenses e contem sempre com o nosso trabalho.

Meus parabéns também ao Município de Cacoal e a toda sua população. Cacoal é um dos maiores produtores de café de Rondônia, conhecida como a Capital do Café, com a produção de 35 mil toneladas/ano.

Atualmente, o Município produz, em média, 600 toneladas de cacau/ano e também se destaca por ser um importante polo universitário, de saúde, e por sua crescente indústria têxtil.

Também já levamos obras de infraestrutura importantes para Cacoal, como a drenagem e pavimentação das avenidas Urapuru e Amazonas, e de diversas ruas dos bairros Brizon, Jardim

Eldorado e Vista Alegre, além de melhorias nas linhas rurais e carreadores dos nossos agricultores. Na área da saúde, entregamos três ambulâncias, construímos duas unidades básicas de saúde e uma UPA; além da ampliação do Laboratório Central: com a construção do Centro de Testagem e Acompanhamento e duas salas oftalmológicas. Na área da educação destinamos recursos para reforma de escolas, para construção de duas quadras poliesportivas, cursos de formação profissional do Projovem e também atuamos para a manutenção da escola do Sesi na cidade. Meus parabéns aos cacoalenses e podem sempre contar com o nosso trabalho.

Como eu disse, Rondônia está em festa e é com alegria que celebramos estas datas. Parabéns a todos esses Municípios.

Um bom fim de semana a todos.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta semana comemoramos o Dia da Consciência Negra! Um dia muito importante, que foi lembrado com solenidades e manifestações em todo o Brasil!

Não se pode escrever, nem compreender a história do Brasil, sem falar sobre a luta dos negros, dos africanos e seus descendentes que desde o início, sempre foram grandes guerreiros e trabalharam muito para construir o nosso Brasil!

Passados 130 anos da abolição da escravatura, negros e negras continuam vulneráveis à violência, são maioria entre os encarcerados, seguem preteridos no mercado de trabalho, com dificuldade de acesso à educação, e integram as camadas mais pobres da sociedade.

Se alguns conseguem romper essa estrutura, é porque muitos tombaram pelo caminho, e hoje iluminam os passos dos que caminham rumo a um horizonte mais justo e fraterno. Assim como Zumbi dos Palmares.

Por isso, não só hoje, mas todos os dias, precisamos reconhecer o valor do povo negro na construção do Brasil, fortalecer as políticas de reparação, conviver em harmonia com a diversidade, dentro dos ideais democráticos, para que todos possam ter as mesmas oportunidades, independentemente da sua cor da pele ou origem.

Só assim vamos exercer com plenitude a cidadania, pautada nos valores humanistas, em que a raça, a cor da pele ou origem de uma pessoa já não será mais tema de debate, pois teremos a consciência de que somos todos iguais, mesmo diante das diferenças.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, rondonienses e brasileiros que nos acompanham pela TV, pela Rádio Senado ou pelas mídias digitais, é com expectativa que recebemos a informação do Governo Federal de lançamento do edital de licitação para contratação da empresa que vai elaborar o projeto básico e executivo de engenharia para pavimentação e melhoramentos do chamado "Trecho do Meio" da BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM).

O edital foi publicado no Diário Oficial da União, na edição do dia 8 de novembro.

Este é mais um passo importante para garantir a recuperação completa dessa rodovia importante para a integração da Amazônia e importante para todo o Brasil.

O edital de licitação contempla a pavimentação de 406 quilômetros da rodovia, do km 250 - no Igapó-açu, Município de Careiro Castanho (AM) ao km 656 - no distrito de Realidade, Município de Humaitá (AM), incluindo obras de arte especiais, como pontes, bueiros e passagens para animais.

A licitação está sendo realizada pelo sistema RDC Eletrônico. A abertura das propostas está prevista para o dia 2 de dezembro.

Esperamos que tudo corra bem com essa licitação e que até a abertura das propostas o governo também tenha uma resposta para os impasses sobre o licenciamento ambiental para recuperação completa da rodovia.

É bom lembrar que a reabertura, a manutenção e, agora, o reasfaltamento da BR-319 são resultados de uma luta que iniciamos há 10 anos – período em que realizamos três diligências e diversas audiências públicas através das Comissões de Infraestrutura e de Agricultura aqui do Senado.



Vamos continuar acompanhando as ações do Governo e trabalhando para que essa obra comece logo e para que essa rodovia seja completamente asfaltada, como já foi há mais de 20 anos.

A BR-319 é uma importante via de integração da Amazônia e que, por conta de seu abandono, relegou cidades e comunidades inteiras ao isolamento e ao atraso, além de ter prejudicado sobremaneira a integração e o desenvolvimento econômico dos Estados da Amazônia, e principalmente a integração de Rondônia e o Amazonas.

O Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, e o Presidente Jair Bolsonaro assumiram compromisso conosco e com o povo de Rondônia e de toda a Amazônia de iniciar no próximo ano – em 2020 – a pavimentação asfáltica do trecho do meião da BR-319. A publicação do edital para contratação do projeto é um indicativo de que esse compromisso será honrado.

Eu, em nome do povo de Rondônia, estarei sempre cobrando o cumprimento dos cronogramas e dos compromissos assumidos com nosso Estado.

Isso porque, Sr. Presidente, foi com muita força de vontade e determinação que nós conseguimos reabrir essa rodovia em 2013, logo após uma diligência que realizamos através da Comissão de Agricultura do Senado.

Muitas pontes foram reconstruídas. O Dnit fez a recomposição de praticamente todo o leito da pista de terra no trecho do meião, com instalação de bueiros de concreto em muitos pontos, permitindo a trafegabilidade no período das chuvas após 20 anos de isolamento, e agora, o nosso grande desafio é fazer o reasfaltamento desse trecho de 405 quilômetros do meio.

Falta pouco, mas para isso também será preciso força de vontade, determinação e articulação política e institucional.

No que precisar do meu trabalho e da minha experiência nessa empreitada, o ministro Tarcísio Freitas e o governo federal podem contar comigo. Estarei sempre a postos para auxiliar e fazer o que considero melhor para o povo de Rondônia e do Amazonas e de todo o Brasil.

Sr. Presidente, mais importante até do que a BR-319 é a nossa espinha dorsal de Rondônia, a BR-364, que precisa urgente de manutenção e recuperação em diversos trechos.

Existia a expectativa de que a BR-364, pelo menos o trecho de Vilhena a Porto Velho, entrasse no primeiro leilão de rodovias do atual governo.

Mas a nossa rodovia ficou de fora e agora apelamos ao governo federal para que dê a devida manutenção, para evitar mais acidentes e mortes, que aumentaram nos últimos meses, e para que possamos escoar a nossa produção agropecuária com segurança e com menor custo.

O transporte da safra de soja do Mato Grosso e de Rondônia, através dos portos da Amazônia, recomeçará em breve e com a rodovia nas atuais condições o prejuízo será grande para os produtores, para as transportadoras e para o país.

De acordo com dados do SIGA Brasil, sistema de informações do Senado, o Governo Federal investiu R\$ 5,4 bilhões em transporte rodoviário nos dez primeiros meses de 2019. O montante é o mais baixo dos últimos seis anos para o mesmo período.

Não é por acaso que as condições das rodovias brasileiras pioram muito nesse ano e já impõem um custo extra de 28,5% no setor de transporte.



Ou seja, o brasileiro já está pagando mais caro pela falta de investimentos do Governo em obras públicas de infraestrutura.

Pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) mostra que 59% dos trechos rodoviários avaliados tiveram problemas em 2019; com avanço de 75% nos pontos críticos.

Faço esse alerta para que o Governo retome os investimentos públicos em obras de infraestrutura, pois só assim é que vamos superar esse momento de crise em nossa economia.

A manutenção da BR-364 é apenas uma necessidade urgente, pois o que queremos mesmo é a duplicação dessa rodovia, nem que seja através de concessão à iniciativa privada, com pedágio justo e manutenção permanente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, outro tema que trago à essa tribuna é com relação a necessidade de retomada das obras do Hospital Regional de Ariquemes, que está sob a responsabilidade do Governo do Estado.

Estive na semana passada com o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que nos assegurou que dá parte do Governo Federal está tudo certo no convênio com o Governo do Estado para uma nova licitação para a retomada das obras, que estão paradas desde setembro de 2015 por falta da entrega por parte da Secretaria de Estado da Saúde de alguns documentos para o convênio com a Caixa Econômica Federal, por ocasião do pagamento da primeira medição à empresa construtora.

A nossa parte foi feita, e continuo fazendo, que é assegurar os recursos, cobrar transparência e agilidade na execução da obra.

Conseguimos assegurar R\$ 32 milhões para a execução dessa obra em 2012, quando fui relator de Receitas do Orçamento Geral da União.

A nossa emenda foi empenhada em 2013 e liberada para a formação do convênio com o Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal em 2014.

A ordem de serviço para o início das obras foi assinada no dia 23 de março de 2015 e as obras começaram de fato em junho de 2015, sendo paralisadas em setembro, quando tinham sido feitos apenas a preparação do terreno, a instalação do canteiro de obras e o fundamento do prédio.

A construção do Hospital Regional de Ariquemes é importante para a região do Vale do Jamari e para todo o Estado, dentro da proposta de regionalização e descentralização da Saúde.

A estimativa é que o novo hospital desafogue em pelo menos 30% o atendimento de alta complexidade nas unidades de saúde de Porto Velho, em especial, do Hospital João Paulo II.

O objetivo, com a regionalização e a descentralização dos serviços de alta complexidade, é acabar com a saúde de ambulância e atender às pessoas mais perto de suas casas, com mais rapidez, qualidade e menor custo para o cidadão.

O hospital contará com 11 mil metros quadrados de construção. Terá 140 leitos, sendo 113 de internação, seis de unidades de cuidados intermediários, 20 leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), seis de recuperação pós-anestésica e ainda cinco centros cirúrgicos. O futuro hospital gerará mais de mil empregos diretos.



Era o que tinha a dizer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais de Rondônia estão recebendo do Ministério da Defesa, através do Programa Calha Norte, 321 máquinas e equipamentos, adquiridos com recursos oriundos de emenda impositiva da bancada Federal de Rondônia - dos 3 Senadores e dos 8 Deputados Federais.

A entrega simbólica desses equipamentos aconteceu no início desse mês, em Porto Velho, e contou com a participação do Governador Marcos Rocha, do diretor do Programa Calha Norte, General Ubiratan Poty, Senadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores. As máquinas e equipamentos agora já estão chegando nos Municípios e sendo entregues às Prefeituras.

De nossa parte, destinamos um total de 36 equipamentos, sendo 10 tratores, 12 carretas, 12 grades, 1 caminhão-caçamba e 1 escavadeira hidráulica.

Os equipamentos destinados por nosso mandato estão sendo distribuídos a seis Municípios, sendo que Buritis recebeu 2 tratores, 4 grades e 4 carretas; Governador Jorge Teixeira receberá 2 tratores; Ji-Paraná receberá 4 tratores, 6 grades e 6 carretas; Nova Mamoré receberá 2 tratores, 2 grades e 2 carretas; Espigão do Oeste receberá 1 caminhão-caçamba e Cabixi receberá 1 escavadeira hidráulica.

Esses equipamentos irão beneficiar toda a população de Rondônia, na medida em que serão usados na manutenção das estradas e no apoio aos agricultores.

Ressalto que a bancada fechou questão nessa emenda, e, com a união de Deputados e Senadores, conseguimos distribuir esses equipamentos pelos 52 Municípios.

Agora tanto o Governo do Estado como as Prefeituras terão melhores condições de fazer a manutenção das estradas e auxiliar os agricultores, o que será muito bom para nossa população e para nossa economia.

Era o que tinha a dizer.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2017, a matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2019

Acrescenta o art. 166-A na Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto da proposta de emenda à Constituição](#)
- [Projeto original](#)

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1834092&filename=Avulso+-PEC+48/2019



[Página da matéria](#)

Acrescenta o art. 166-A na Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 166-A:

"Art. 166-A As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de:

I - transferência especial; ou

II - transferência com finalidade definida.

§ 1º Os recursos transferidos na forma do *caput* deste artigo não integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, nos termos do § 13 do art. 166, e de endividamento do ente federado, vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos a que se refere o *caput* deste artigo no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas; e

II - encargos referentes ao serviço da dívida.

§ 2º Na transferência especial a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, os recursos:

I - serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere;

II - pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e

III - serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o disposto no § 7º deste artigo.

§ 3º O ente federado beneficiado da transferência especial a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo poderá firmar contratos de cooperação técnica, para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.

§ 4º Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo, os recursos serão:

I - vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar; e

II - aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

§ 5º Na transferência especial a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, a aplicação dos recursos será fiscalizada pelos:



I - órgãos de controle interno, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II - tribunais de contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos entes federados sob suas respectivas jurisdições.

§ 6º Na transferência com finalidade definida a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo, a aplicação dos recursos será fiscalizada pelos órgãos de controle interno federal e pelo Tribunal de Contas da União.

§ 7º Pelo menos 70% (setenta por cento) das transferências especiais de que trata o inciso I do *caput* deste artigo deverão ser aplicadas em despesas de capital, observada a restrição a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo."

Art. 2º No primeiro semestre do exercício financeiro subsequente ao da publicação desta Emenda Constitucional, fica assegurada a transferência financeira em montante mínimo equivalente a 60% (sessenta por cento) dos recursos de que trata o inciso I do *caput* do art. 166-A da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



A Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Mensagens do Presidente da República



MENSAGEM N^º 592

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei de conversão que “Autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil) e altera as Leis n^ºs 7.783, de 28 de junho de 1989, e 6.009, de 26 de dezembro de 1973”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei n^º 13.903, de 19 de novembro de 2019.

Brasília, 19 de novembro de 2019.



MENSAGEM Nº 593

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 178.229.045,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.904 , de 19 de novembro de 2019.

Brasília, 19 de novembro de 2019.



Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar dos autógrafos das Mensagens da Presidência da República nºs 592 e 593, de 2019.



Ofícios da Câmara dos Deputados



PLS 54/2010



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 444/2019/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador SÉRGIO PETECÃO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

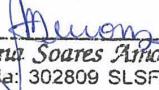
Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 1.514, de 2011, do Senado Federal que “Confere ao Município de Florestópolis, no Estado do Paraná, o título de Berço da Pastoral da Criança”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.900, de 11 de novembro de 2019.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


 Deputada SORAYA SANTOS
 Primeira-Secretária

Recebido em 20/11/19
 Hora: 11:25


 Juliana Soares Arhorim
 Matrícula: 302809 SLSF/SGM

24.579 (AGO/18)



PLS 112016



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 445/2019/PS-GSE

Brasília, 20 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador SÉRGIO PETECÃO
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

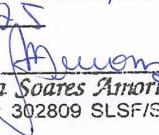
Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 133 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foi arquivado o Projeto de Lei nº 9.944, de 2018, do Senado Federal (PLS nº 1, de 2016), que “Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa”.

Atenciosamente,


 Deputada SORAYA SANTOS
 Primeira-Secretária

Recebido em 20/11/18
 Hora: 11:25

 Juliana Soares Amorim
 Matrícula: 302809 SLSF/SGM

24.579 (AGO/18)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1381/2019/SGM/P

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor
 Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
 Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de proposição prejudicada.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que determinei, nesta data, o arquivamento do Projeto de Lei n. 7.911/2017, de autoria dessa Casa, que “Acrescenta art. 4º-A à Lei n. 12.591, de 18 de janeiro de 2012, para instituir o Dia Nacional do Turismólogo”, tendo em vista a aprovação do Projeto de Lei 3.629/2012, transformado na Lei n. 13.784/2018.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
 Presidente da Câmara dos Deputados

Recebido em 20/11/2019.
 Hora: 17:17

Cidelle
Cidelle Gomes Vitor Almeida
 Matrícula: 204432 SLSF/SGM

24.579 (OUT/17)



Documento : 83627 - 3



Ofícios da Câmara dos Deputados nºs 444, 445 e 1.381, de 2019. A matéria retorna ao Arquivo.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1037, DE 2019

Licença para tratamento de saúde no período de 20/11/2019 a 25/03/2020.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

**RQS
01037/2019**

REQUERIMENTO N° DE

SF/19830.969/7-45 (LexEdit)


Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõem os arts. 55, III, e 56, II, da Constituição Federal, licença saúde, de 20/11/2019 a 25/03/2020, conforme laudo de inspeção de saúde em anexo.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2019.

**Senadora Rose de Freitas
(PODEMOS - ES)**



Término de prazos



Encerrou-se em 19 de novembro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 61 e 69 de 2018; e aos Projetos de Lei nºs 4672, 5018 e 5104, de 2019. Não foram oferecidas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 19 de novembro o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 75, de 2016; 355, de 2017; e nºs 26 e 429, de 2018; e dos Projetos de Lei nºs 549, 1747, 2342, 3011, 3135, 3260, 3700 e 5183, de 2019. Não houve interposição de recurso. Tendo sido aprovadas terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 12 de novembro o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 182, de 2017; 146, de 2018; 145, 146, 171, 174, 254, 526, 530, 532, 544, 549, 562, 574, 585, 591, e 604, de 2019. Não houve interposição de recursos. Tendo sido aprovados terminativamente pela CCT, as matérias vão à promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECER APROVADO EM COMISSÃO





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 271, DE 2019-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, do Senador
Telmário Mota, que Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº
2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a
substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de
direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis)
anos de idade.

PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco
RELATOR: Senador João Capiberibe
RELATOR ADHOC: Senador Paulo Paim

08 de Junho de 2016



PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, do Senador Telmário Mota, que altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.

Relator: Senador **JOÃO CAPIBERIBE**

RELATOR “AD HOC”: SENADOR PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 669, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, pretende alterar o inciso I do art. 44 do Código Penal para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que tenham filho até 6 anos de idade.

O autor justifica sua iniciativa mencionando que, apesar de já haver benefícios aplicáveis às condenadas que tenham filhos pequenos, é importante garantir que o convívio entre a mãe e a criança, desde a gestação, ocorra longe do ambiente carcerário, sempre que possível. Deve-se buscar, principalmente em favor da criança, a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos, desde que o crime não tenha sido



praticado mediante violência ou grave ameaça a pessoa e a conduta não seja qualificada como crime hediondo.

O PLS nº 669, de 2015, foi distribuído para análise desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual caberá decidir terminativamente sobre a matéria.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme disposto no art. 102-E, incisos IV, V e VI, compete à CDH opinar sobre proposições que, como o PLS nº 669, de 2015, sejam pertinentes à proteção dos direitos da mulher, da família e da infância.

Atualmente, o art. 44 do Código Penal estabelece os requisitos para a substituição de pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. São eles: a) aplicação de pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e prática de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa ou, independentemente da pena aplicada, seja o crime culposo (inciso I); b) o réu não seja reincidente em crime doloso (inciso II); c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indiquem que essa substituição seja suficiente (inciso III).

Não há, portanto, hipótese expressa de substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos para as gestantes e as mães de crianças com até 6 anos de idade, de modo que a proposição inova no ordenamento jurídico.

Com relação ao mérito, é bastante evidente que a promoção do convívio entre a mãe e seus filhos, especialmente fora do ambiente carcerário, favorece os laços e o bom desenvolvimento das crianças. Frise-se, a esse respeito, que o benefício cogitado não seria, portanto, restrito à condenada, pois entende-se que a manutenção dos laços e do convívio entre mãe e filhos opera em benefício desses e de toda a sociedade, pois é notória a correlação entre a manutenção desses vínculos e o crescimento saudável da criança. Evidentemente, situações nas quais, por falta, omissão ou abuso, o



convívio com a mãe condenada possa representar ameaça à integridade física e moral da criança são passíveis de aplicação de medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que vão desde a orientação e o apoio até o acolhimento institucional e a colocação da criança em família substituta.

Dessa forma, pode-se argumentar que há interesse público em preservar os vínculos maternos em prol das crianças, principalmente na primeira infância, até mesmo quando a mãe exiba condutas antissociais, sem que isso represente, contudo, um valor absoluto, cabendo ao juiz, no momento em que for analisar as circunstâncias descritas no inciso III do art. 44 do Código Penal, e ao sistema de proteção dos direitos da criança, a qualquer tempo, avaliar os casos concretos, aplicando a lei de modo razoável e adequado a cada família.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015.

Sala da Comissão, 08 de junho de 2016.

Senador Ricardo Franco, Presidente Eventual

Senador Paulo Paim, Relator “ad hoc”





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

5

Reunião: 57ª Reunião, Extraordinária, da CDH
Data: 08 de junho de 2016 (quarta-feira), às 11h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PPS)
VAGO	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. Gleisi Hoffmann (PT)
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM, PV)	
Ricardo Franco (DEM)	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PSD)
Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Eduardo Lopes (PRB)



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 33

RQM nº 513/2019	Angelo Coronel	RISF Art. 13	05/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 514/2019	Jayme Campos	RISF Art. 13	06/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 515/2019	Eduardo Gomes	RISF Art. 13	05/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 516/2019	Soraya Thronicke	RISF Art. 13	05/11/2019	Atividade parlamentar. Atender a convite da Presidência da República para participar da Solenidade Alusiva aos 300 Dias de Governo.
RQM nº 517/2019	Marcio Bittar	RISF Art. 13	06/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 518/2019	Kátia Abreu	RISF Art. 13	05/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 519/2019	Jean Paul Prates	RISF Art. 13	11/11/2019 e 12/11/2019	Atividade parlamentar. Participar de Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte sobre as manchas de óleo no litoral potiguar.
RQM nº 520/2019	Fernando Collor	RISF Art. 13	05/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 521/2019	Fernando Collor	RISF Art. 13	06/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 522/2019	José Maranhão	RISF Art. 13	05/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 523/2019	Roberto Rocha	RISF Art. 13	De 29/10/2019 a 31/10/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 524/2019	Daniella Ribeiro	RISF Art. 43, I	29/10/2019 e 30/10/2019	Licença saúde.
RQM nº 525/2019	Otto Alencar	RISF Art. 13	11/11/2019 e 12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 526/2019	Jader Barbalho	RISF Art. 13	05/11/2019 e 06/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 527/2019	Mailza Gomes	RISF Art. 13	De 12/11/2019 a 14/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 528/2019	Wellington Fagundes	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 529/2019	Alvaro Dias	RISF Art. 43, I	05/11/2019 e 06/11/2019	Licença saúde.
RQM nº 530/2019	Mecias de Jesus	RISF Art. 43, I	12/11/2019	Licença saúde.
RQM nº 531/2019	Confúcio Moura	RISF Art. 43, I	De 16/11/2019 a 30/11/2019	Licença saúde.
RQM nº 532/2019	Veneziano Vital do Rêgo	RISF Art. 43, I	De 25/06/2019 a 28/06/2019	Licença saúde.
RQM nº 533/2019	Kátia Abreu	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 534/2019	Flávio Arns	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 535/2019	Rodrigo Pacheco	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 536/2019	Romário	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 537/2019	Renan Calheiros	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 538/2019	Jader Barbalho	RISF Art. 13	11/11/2019 e 12/11/2019	Atividade parlamentar.



RQM nº 539/2019	Luiz do Carmo	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 540/2019	Luiz do Carmo	RISF Art. 13	De 02/12/2019 a 06/12/2019	Atividade parlamentar. Participar do 1º Congresso Internacional de Mulheres Empreendedoras, em Boston, Estados Unidos.
RQM nº 541/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	De 20/11/2019 a 22/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 542/2019	Arolde de Oliveira	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 543/2019	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar. Participar da Convenção Nacional da ABRAS em São Paulo.
RQM nº 544/2019	Nelsinho Trad	RISF Art. 13	De 24/11/2019 a 28/11/2019	Atividade parlamentar. Participar do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), na Antártica.
RQM nº 545/2019	Omar Aziz	RISF Art. 13	12/11/2019	Atividade parlamentar.

Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 1

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 512/2019	Marcos Rogério	art. 40, § 1º	De 17/11/2019 a 21/11/2019	Participar do 16º Dubai Airshow 2019, a convite da Sua Alteza Real Sheikh Mohammed Bin Rashid Al Maktoum, Vice-Presidente e Primeiro-Ministro dos Emirados Árabes Unidos.
RQM nº 471/2019 - RETIRADO	Rodrigo Pacheco	art. 40, § 1º	De 22/10/2019 a 31/10/2019	Participar de Missão Oficial, integrando a Comitiva do Presidente da República em viagens aos seguintes países: Japão, China, Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
S/Partido - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Luiz Pastore* (S)
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-14 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz Pastore.	MDB / ES
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 10

PSDB-8 / PSL-2

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
-------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	21
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	10
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Paim** (PT-RS)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juíza Selma** (PODEMOS-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz Pastore* (MDB-ES)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (S/Partido-RJ)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (S/Partido-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21 Líder Esperidião Amin - PP (29) Líder do MDB - 14 Eduardo Braga (8,28,36) Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (11) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (10) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 10 Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,39) Rodrigo Cunha (32,45) Líder do PSL - 2 Major Olímpio (5) Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (23) Líder do PATRIOTA - 0 Líder do PDT - 4 Weverton (9) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (2) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (19) Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55) Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (14,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,22) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (14,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (7,17) Jorginho Mello (1,16) Zequinha Marinho (18,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (7,17) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,16) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (18,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (3) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
PODEMOS - 10 Líder Alvaro Dias - PODEMOS (6) Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (25,48)	Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (8,28,36)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (35) Vice-Líderes Eduardo Gomes (41,53) Elmano Férrer (38) Izalci Lucas (33,39) Chico Rodrigues (40)
Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (19)		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).



6. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
10. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Orio visto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
35. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
36. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Orio visto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019/GLREDE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (1)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)

Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (1)

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 22/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 06/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 13/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 487, de 2013

PRAZOS

Apresentação de Emendas a Projeto de Código : 2019-09-26 a 2019-11-26T23:59:59.000000 (Art. 374, III, do RISF)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3) CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

* De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Angelo Coronel (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovaldo Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. nº 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE).

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. VAGO (8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (24)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)
1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8,48,49)	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14,46)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (24)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. VAGO (3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Irajá (1,23)	2. VAGO (1,25)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Carlos Viana (1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permudam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
- Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).
- Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
- Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. VAGO (20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. VAGO (19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,22)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (25)	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,29)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- * . A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (1)	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,27)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Romário (20,26)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- 9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
 2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegera o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-T0) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-T0) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (20)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (24)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,23)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe ^(19,24)	1. Senador Styvenson Valentim ^(19,20,25)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovento Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovento Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olímpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

